

TERÇA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 2010

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Vice-presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 15h00)

2. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

3. Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito (comunicação das propostas de resolução apresentadas): ver Acta

4. Recente sismo no Haiti (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão, Catherine Ashton, sobre o sismo no Haiti.

Ouviremos ainda a intervenção do Senhor Comissário De Gucht, mas passo de seguida a palavra à Senhora Alta Representante. É com imenso prazer que lhe dou as boas-vindas, porque tivemos uma longa colaboração noutros domínios, e aproveito para lhe desejar todo o êxito nas suas novas funções.

Catherine Ashton, *Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão.* – (EN) Senhor Presidente, agradeço-lhe sinceramente as suas amáveis palavras. Senhoras e Senhores Deputados, solicitei a realização deste debate para poder facultar informação actualizada ao Parlamento sobre a situação no Haiti na sequência do dramático sismo de 12 de Janeiro. As perdas são devastadoras e os danos imensos. A tragédia afectou três milhões de pessoas, e o número de mortos continua a aumentar.

É uma catástrofe humanitária e política de enormes dimensões. A nossa atenção no imediato volta-se para a colaboração com as Nações Unidas e com as autoridades haitianas com o objectivo de aliviar o sofrimento do povo haitiano. O nosso compromisso de reconstruir o Haiti é um compromisso a longo prazo. Muitos cidadãos europeus também perderam a vida, e cerca de mil continuam desaparecidos.

A resposta da UE foi célere, não procurando manchetes, mas apenas centrada em levar ajuda às pessoas que dela precisam. Seguindo recomendações das Nações Unidas, resistimos a deslocar-nos de imediato para o Haiti. Tal medida apenas teria desviado a atenção e desperdiçado recursos do esforço de ajuda de emergência. Iremos, naturalmente, deslocar-nos ao Haiti assim que for adequado, e acordei com o Senhor Comissário De Gucht que se deslocará ao Haiti esta semana para apresentar as condolências em nome da União Europeia e sublinhar o nosso compromisso para com a população. O Senhor Comissário aproveitará também esta oportunidade para rever o nosso esforço de ajuda até à data e debater com as Nações Unidas e com o nosso pessoal no terreno as necessidades mais prementes nas próximas semanas e nos próximos meses.

Entretanto, continuamos a trabalhar incessantemente em todos os níveis: humanitário, político e de segurança. Nos últimos dias, tenho estado em contacto permanente com a Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton, com altas patentes das Nações Unidas, com os Ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia e do Canadá, que está a liderar o grupo dos "Amigos do Haiti": tudo para assegurar uma resposta internacional eficaz e coordenada. Deslocar-me-ei aos Estados Unidos esta semana para fazer o acompanhamento da situação e de outras questões com o Governo norte-americano e com o Secretário-Geral das Nações Unidas, entre outras personalidades, em Nova Iorque.

As Nações Unidas pediram uma ajuda financeira urgente - 575 milhões de dólares norte-americanos -, bem como assistência logística para o transporte da ajuda humanitária. Ontem, o Secretário-Geral das Nações Unidas pediu ainda reforços policiais e militares da missão de manutenção da paz das Nações Unidas.

A fim de ajudar na mobilização e coordenação da nossa resposta, instei a Presidência espanhola da UE a convocar ontem uma reunião extraordinária do Conselho "Negócios Estrangeiros". Pela primeira vez desde

a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, estamos agora a reunir esforços da Comissão com os do Secretariado do Conselho, e dos Estados-Membros, numa abordagem abrangente, sob a minha coordenação geral. Isto é inovador.

A reunião de ontem do Conselho foi frutífera. Todos acordaram na necessidade de uma resposta rápida e de uma coordenação estreita com as Nações Unidas. No que diz respeito à assistência financeira, o Conselho chegou às seguintes conclusões. Congratulou-se com o compromisso inicial da Comissão relativamente a uma assistência humanitária imediata no valor de 30 milhões de euros, a juntar aos 92 milhões de euros a que os Estados-Membros já se haviam comprometido.

Congratulou-se pelo compromisso inicial da Comissão no valor de 100 milhões de euros destinados a assistência urgente não humanitária, nomeadamente em matéria de reabilitação e reconstrução, e tomou nota da indicação inicial da Comissão sobre a mobilização de 200 milhões de euros para uma resposta a longo prazo.

Solicitou, oportunamente e depois de as necessidades pós-emergência estarem devidamente avaliadas, a realização de uma conferência internacional sobre o Haiti.

Ou seja, trata-se de uma resposta de grandes dimensões num curto lapso de tempo. A assistência será também prestada à República Dominicana. O maior problema não será reunir fundos suficientes, mas sim fazê-los chegar às pessoas que deles necessitam. Devemos assegurar que o dinheiro se destina efectivamente a uma reconstrução política e física duradoura. Na sequência do pedido feito pelo Secretário-Geral das Nações Unidas no sentido de prestar ajuda para o transporte da ajuda humanitária e do envio de mais unidades policiais, o Conselho dirigiu-me o convite para identificar as contribuições dos Estados-Membros da UE e apresentar propostas para esta mobilização. Estou a trabalhar nisso.

Convocámos uma reunião do comité político e de segurança imediatamente após a reunião do Conselho para dar seguimento às propostas. As indicações prévias sobre as contribuições dos Estados-Membros encontram-se já disponibilizadas, incluindo possíveis contribuições através da Força de Gendarmaria Europeia. Os grupos preparatórios do Conselho prosseguirão os trabalhos durante os próximos dias para que a nossa resposta seja célere e dirigida a quem dela necessita.

O Conselho "Negócios Estrangeiros" reunir-se-á na próxima segunda-feira. Faremos o acompanhamento da situação no Haiti e consideraremos outras iniciativas.

Este é um grande teste à política externa da UE no novo quadro do Tratado de Lisboa. O povo do Haiti - e os nossos cidadãos - esperam uma resposta rápida, eficaz e coordenada. Penso que estamos a fazê-lo.

Estou ansiosa por colaborar com o Parlamento nesta questão e congratulo-me por estar aqui hoje a facultar esta informação aos senhores deputados e a ouvir os vossos pontos de vistas.

Karel De Gucht, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, permita-me que inicie a minha intervenção salientando a natureza sem precedentes desta catástrofe - no que respeita ao impacto humanitário, mas também em relação ao impacto sobre o país no seu conjunto.

O Haiti é um dos países mais pobres do mundo. É um país que vive numa situação de fragilidade crónica, cujas funções e capacidades básicas de funcionamento foram gravemente afectadas. A comunidade internacional também foi fortemente atingida. Funcionários das Nações Unidas e de várias ONG e da Comissão Europeia continuam desaparecidos, o que também explica as dificuldades de organizar a ajuda no terreno. As pessoas têm de entender que não se trata de falta de competência, mas que a própria comunidade que presta ajuda foi também ela atingida. As operações de ajuda de emergência não registam um ritmo tão rápido como seria desejável, embora se vão registando melhorias.

Ou seja, não está apenas em causa salvar vidas humanas. Temos, realmente, de salvar todo o país. É por esta razão que a Alta Representante, Catherine Ashton, solicitou a realização de uma reunião extraordinária do Conselho, que se revelou um instrumento muito útil na abordagem do problema. Permitam-me que me centre, brevemente, em quatro desafios principais.

Primeiro, temos, naturalmente, de dar resposta às necessidades humanitárias, que são enormes e dizem respeito, fundamentalmente, a cuidados médicos de emergência para os feridos, água e saneamento - porque existe o risco de uma epidemia de cólera, por exemplo -, alimentos e alojamento. A maior escassez é de material cirúrgico, cuidados de saúde primários e medicamentos, equipamentos para tratamento de água, alimentos, abrigos de emergência e apoio logístico. Existe uma boa capacidade de busca e salvamento.

As prioridades do esforço de coordenação organizacional são completar a avaliação das necessidades, ter uma visão mais aprofundada das necessidades concretas e organizar a logística do transporte. Tudo isto será abordado no quadro das instituições comunitárias.

Por último, temos de organizar a coordenação dos esforços de ajuda internacional, o que apresenta sempre imensas dificuldades em circunstâncias deste tipo. Permitam-me salientar que, poucas horas após o sismo, o serviço de ajuda humanitária ECHO e as equipas do Centro de Informação e Vigilância (MIC) estavam no terreno. Já se encontravam a trabalhar no local para contribuir para avaliar as necessidades e para coordenar a ajuda. Estamos a trabalhar com equipas do OCHA, um gabinete das Nações Unidas, e estamos em contacto permanente com John Holmes, o coordenador das Nações Unidas responsável pela operação humanitária.

O segundo ponto é construir, ou reconstruir, a capacidade de actuar do Estado. Isto reveste-se de uma grande importância. O país tem de voltar a funcionar, não apenas do ponto de vista físico - a maioria dos edifícios ruíu -, e apesar do desaparecimento de funcionários superiores e de as estruturas de Estado terem ficado severamente afectadas.

O Conselho congratula-se pelo facto de a UE ir enviar com carácter de urgência uma equipa de peritos da UE com a função específica de avaliar as necessidades mais prementes do Estado e da administração civil haitianos para podermos enviar assistência técnica. O nosso pessoal diplomático e de cooperação no terreno está, obviamente, mais bem colocado para o fazer, embora a sua capacidade seja limitada. Isto é algo que se tornará cada vez mais importante nos próximos dias. A União Europeia - a Comissão Europeia, conjuntamente com o Conselho - poderia desempenhar um papel de liderança no restabelecimento físico das instituições públicas, e ainda no que diz respeito à população.

O terceiro ponto é, obviamente, o plano de reconstrução do país, para o que é preciso olharmos mais além da fase imediata de ajuda de emergência. Dentro de algumas semanas, muitas equipas de emergência e meios que estão actualmente no terreno já lá não se encontrarão e existe o risco - muito comum neste tipo de catástrofe - de uma segunda vaga de catástrofe, se não mantivermos a nossa assistência e o nosso apoio.

Temos de estabelecer de imediato planos europeus de resposta à crise que sejam abrangentes, coordenados, a médio e a longo prazo. Os nossos serviços estão a trabalhar nesse sentido. Estes planos devem assegurar uma divisão adequada do trabalho entre as instituições da UE e os Estados-Membros e devem assegurar que as operações de reabilitação de emergência são seguidas de uma operação de desenvolvimento, que haverá uma transição sustentável e fluida entre a ajuda imediata e a resposta no período pós-emergência.

Temos instado todos os Estados-Membros a empenharem-se totalmente nestes esforços e a concretizar na prática todos os nossos compromissos em matéria de coordenação e de eficácia da ajuda. Este é um momento em que pomos à prova a força dos nossos compromissos, que devem ser sólidos, para que tenhamos êxito.

Por último, a resposta financeira. Como a Alta Representante já salientou, a Comissão Europeia fará uma contribuição considerável, em primeiro lugar destinada à ajuda humanitária - 30 milhões de euros, sendo que a maior parte, isto é, 22 milhões, para ser exacto - é composta por dinheiro completamente novo, que se junta aos compromissos humanitários já existentes que assumimos com o Haiti. A assistência de urgência para a recuperação - que não é assistência humanitária, e o que acabei de dizer sobre as instituições estatais insere-se, naturalmente, nesta assistência -, no valor 100 milhões de euros, sendo metade deste montante dinheiro novo e metade, reafectado de outros fundos, seguindo-se a assistência a longo prazo à reconstrução, para a qual existe neste momento um montante de 200 milhões de euros.

Depois teremos de fazer o ponto da situação. Ouvimos agora números da ordem dos 10 mil milhões de dólares norte-americanos. Parece-me um valor muito elevado e que, seja como for, o orçamento da Comissão não pode acompanhar. Teremos de ver junto da conferência de doadores e dos Estados-Membros qual vai ser exactamente a nossa participação em montantes mais elevados. Este é o pacote europeu que foi agora preparado, ao qual se juntam todas as contribuições que já foram feitas e que serão feitas pelos Estados-Membros.

Como a Alta Representante já referiu, deslocar-me-ei à região - ao Haiti e também à República Dominicana - amanhã de manhã para me avistar com as autoridades e debater nomeadamente os esforços de reconstrução das instituições públicas. O Presidente e as grandes ONG estão no terreno. Deslocar-me-ei também à República Dominicana. É importante avistarmos-nos com as autoridades daquele país, porque é um país vizinho do país afectado. Como sabem, a situação pode acabar por criar mais tensões na fronteira, pelo que me avistarei também com as autoridades dominicanas.

É tudo o que tenho a dizer de momento. Quando regressar, facultarei informações à Comissão do Desenvolvimento, na segunda-feira à tarde.

Gay Mitchell, *em nome do Grupo PPE*. – (EN) Senhor Presidente, estou certo de que o Parlamento gostaria de recordar os funcionários das Nações Unidas e da União Europeia desaparecidos e todos aqueles que estão desaparecidos e a sofrer no Haiti neste preciso momento.

Congratulo-me pelo facto de o Senhor Comissário De Gucht ir visitar o país e, no seu regresso na segunda-feira, informar a Comissão do Desenvolvimento. É um passo muito importante. Utilizando as suas próprias palavras, a natureza do impacto não tem precedentes, e penso que é uma boa atitude a ter para com um país com aquelas características, razão pela qual - e refiro-o de passagem - penso sinceramente que a União Europeia deve ter uma maior visibilidade.

Agora que temos o cargo de Alto Representante, que é uma Vice-Presidente da Comissão, o titular desse cargo deve ter uma maior visibilidade em questões deste género.

A União Europeia é o maior dador mundial, responsável por 60% da ajuda concedida, e somos provavelmente também o maior dador em termos de ajuda humanitária. Mas enquanto os navios-hospitais norte-americanos estão estacionados na região, a presença da União Europeia apenas se cinge a deslocações de representantes dos Estados-Membros que partem da Bélgica e da Irlanda e da Grã-Bretanha ou de qualquer outro sítio. A presença comunitária deveria ter visibilidade. Por que não grupos de combate? Por que não equipas, que se revezassem, prontas a avançar para a zona quando este tipo de catástrofe se regista?

O último ponto que gostaria de referir é que o que aconteceu no Haiti tem a sua origem na pobreza, e quando esta tragédia acalmar e sair dos ecrãs de televisão, não devemos esquecer o Haiti. É chegado o momento de fazer frente definitivamente à situação de pobreza latente no Haiti.

Linda McAvan, *em nome do Grupo S&D*. – (EN) Senhor Presidente, o nosso pensamento está hoje com a população do Haiti e o drama que estão a viver, e estou certa de que todos os senhores deputados desejam enviar as suas condolências à população do Haiti. É uma tragédia, mas, como o senhor deputado Gay Mitchell afirmou, é uma tragédia que abalou um país onde 75% da população vivia já abaixo do limiar da pobreza. Numa perspectiva de futuro, devemos ter este dado em consideração.

A resposta das pessoas ao desafio de ajudar o Haiti foi magnífica. Só no Reino Unido foi possível reunir 30 milhões de libras esterlinas em poucos dias - entre a população, num momento de crise financeira -, o que deixa claro que os cidadãos estão a apoiar os nossos esforços para conseguir fundos para o Haiti.

Senhora Alta Representante, desejo agradecer-lhe o trabalho que desenvolveu para que a UE desse uma resposta rápida a esta situação. Aprendemos com o maremoto que, efectivamente, uma boa coordenação é tão importante como os fundos que levamos para o terreno. Não importa que bandeira vai hasteada, o que importa é fazer chegar a ajuda à região, trabalhar com as Nações Unidas para a sua entrega.

Numa perspectiva de longo prazo, congratulo-me pela realização de uma conferência internacional sobre o Haiti. Penso que é preciso abordar a questão do Haiti no seu conjunto, a sua dívida pendente, e espero que os problemas da dívida do Haiti estejam na ordem de trabalhos da conferência internacional. O Haiti deve 890 milhões de dólares norte-americanos a credores internacionais e uma grande parte desse montante ao FMI. O FMI concedeu ao Haiti um empréstimo no valor de 100 milhões de dólares. Podemos converter esse empréstimo numa subvenção? Não há qualquer interesse em empobrecer este país nos próximos 100 anos. Espero, pois, que este assunto figure na agenda da reunião do FMI.

Espero também que abordemos outros assuntos, e concordo que a questão da fronteira com a República Dominicana é igualmente importante. Por isso, agradeço, mais uma vez, os seus esforços e espero que todo o Parlamento se empenhe em alcançar um esforço bem coordenado.

Liam Aylward, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente, permita-me que inicie a minha intervenção desejando à Senhora Alta Representante, Catherine Ashton, muito êxito em relação aos muitos desafios com que se defrontará durante o seu mandato. Como ela está consciente, e como as Nações Unidas afirmaram, a situação no Haiti é a pior catástrofe humanitária das últimas décadas, continuando a aumentar o número de desaparecidos, de vítimas e de mortos.

Os danos humanos desta catástrofe são incomensuráveis. À medida que a ajuda de urgência começa a chegar, todos ficamos conscientes dos enormes problemas que os cooperantes estão a enfrentar para tentar levar a ajuda àqueles que dela mais necessitam.

As ONG no terreno identificaram problemas como a segurança e questões logísticas e burocráticas que entravam a ajuda e que agravam a situação já de si dramática. São estes os problemas que decidem o equilíbrio entre a vida e a morte para os haitianos.

O desgastante trabalho para aliviar o sofrimento e diminuir o caos necessita de uma liderança clara e de uma assistência coordenada. As ONG, as entidades governamentais, as organizações internacionais e as autoridades locais devem trabalhar em conjunto para prestar ajuda de emergência a diversos níveis aos necessitados.

É evidente que o país necessita de uma enorme ajuda internacional imediata. A resposta dos cidadãos europeus e a sua pronta generosidade e solidariedade foram dignos de menção. O anúncio de ontem de que a ajuda humanitária da União Europeia para o Haiti ultrapassa os 420 milhões de euros revela liderança e empenhamento, mas a sua entrega deve ser feita de forma coordenada e eficaz.

O objectivo declarado da União Europeia é consolidar e reforçar o esforço global de ajuda de emergência. Espero que a Senhora Alta Representante e o Senhor Comissário De Gucht desenvolvam um intenso trabalho para alcançar este objectivo nas respectivas visitas que efectuarão no final desta semana aos Estados Unidos, ao Haiti e aos demais locais.

O desenvolvimento a longo prazo da nação mais pobre do hemisfério ocidental deve converter-se numa prioridade. A afectação de 200 milhões de euros da União Europeia para ajudar a reconstrução do Haiti a longo prazo é um começo positivo, mas quando as câmaras abandonarem o país e a atenção mundial se virar para outro lado, a União Europeia, na qualidade de líder mundial, deve intervir e estar à altura da sua responsabilidade.

Eva Joly, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Alta Representante, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, esta nova crise humanitária que assolou o Haiti talvez tenha atingido proporções jamais vistas, de tal maneira que duvido que seja possível encontrar as palavras certas para falar das vítimas, para falar aos sobreviventes e para dizer às famílias como comungamos a sua dor e como estamos conscientes da nossa responsabilidade.

A violência do sismo por si só, por muito intensa que tenha sido, não explica a extensão dos danos. Estes estão associados também à pobreza crónica em que o Haiti vive há muitos anos. A comunidade internacional não foi capaz até agora de alterar a situação daquele país. Pior, ao impor políticas ao Haiti que agora sabemos que não tiveram resultados, as instituições internacionais, a Europa e os seus parceiros agravaram a fragilidade do seu tecido social, da sua economia e das suas instituições.

Na década de 1970, o Haiti era praticamente auto-suficiente em termos alimentares. O país produzia 90% das suas necessidades agrícolas. Hoje, importa mais de metade. Este facto deve ter tido certamente um efeito prejudicial sobre a produção local. Já antes do sismo, o Haiti era um país sem recursos, porque estava privado dos recursos a que tinha direito.

Devemos, por conseguinte, começar por conceder ao Haiti toda a ajuda possível, para dar resposta aos casos de emergência. Deste ponto de vista, só podemos lamentar o facto de ter sido muito difícil levar a ajuda internacional aos locais onde esta era necessária. No futuro, devemos melhorar a nossa acção. Devemos, sobretudo, estar conscientes de que a ajuda ao desenvolvimento a longo prazo não será eficaz se impusermos o que consideramos serem prioridades correctas quando todas as pessoas no terreno nos dizem que estamos equivocados. Devemos questionar os nossos métodos e, para isso, temos de aumentar os fundos que afectamos às políticas de desenvolvimento a longo prazo. A União Europeia anunciou o montante da ajuda que irá mobilizar para o Haiti, e os Estados-Membros fizeram o mesmo. Estamos a falar de 130 milhões de euros a curto prazo, e de 200 milhões de euros para as necessidades a longo prazo.

Gostaria de comparar estes números com outros números, com os 155 mil milhões de dólares norte-americanos que os bancos da City e de Wall Street se preparam para pagar a alguns milhares de pessoas que trabalham no sector da banca. Aqui coloca-se a questão do modelo de desenvolvimento que queremos promover à escala mundial.

A ajuda humanitária urgente é necessária, mas não é suficiente. Não deve, sob circunstância alguma, substituir a ajuda ao desenvolvimento, que não deve chegar aos países que devem beneficiar dessa ajuda como uma verdadeira imposição. A primeira forma de prestar assistência aos países em situação de grande dificuldade é continuar a respeitá-los, a permitir-lhes que beneficiem dos seus próprios recursos. A dívida do Haiti deve ser cancelada e devemos pagar a nossa dívida para com aquele país.

Senhor Presidente, Senhora Alta Representante, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, é nosso dever para com as vítimas do Haiti ajudá-las a reconstruir um país que foi devastado ainda antes de ser atingido por uma catástrofe natural.

(Aplausos)

Nirj Deva, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, os nossos corações e os nossos pensamentos estão com a população do Haiti nesta hora de sofrimento. Agradeço a Catherine Ashton e a Karel De Gucht as suas palavras sobre o que aconteceu e sobre o que está a ser feito. Não há dúvida de que se estão a reunir fundos. Estive presente no maremoto que atingiu o Sri Lanka e, posteriormente, na Indonésia. Testemunhei sismos na Turquia. Vi o que aconteceu na China. Sempre que se regista uma catástrofe deste tipo, temos falta, não de comprimidos de purificação da água ou tendas ou água de qualidade, mas de infra-estruturas. Dizemos que as infra-estruturas estão destruídas; claro que estão destruídas! Precisamos de proporcionar muito rapidamente uma infra-estrutura de emergência.

Como? E se for um porta-aviões? Tem electricidade, tem energia nuclear, tem geradores para tratamento da água e tem helicópteros. Poderíamos criar uma operação global de ajuda de emergência, pronta a intervir a qualquer momento, capaz de propiciar portos provisórios, abrigos temporários e todas as infra-estruturas que estão destruídas? Temos de ponderar de novo a forma de salvar vidas de forma imediata a partir de agora.

Patrick Le Hyaric, em nome do Grupo GUE/NGL. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Vice-Presidente e Alta Representante, Senhor Comissário, gostaria de dizer, mais uma vez, que ficámos consternados com o sofrimento do povo haitiano, das crianças do Haiti.

Há sete dias que vivem, sobrevivem num verdadeiro inferno. A onda de solidariedade mundial aquece o coração, mas precisa de ser consolidada e mais bem coordenada, com a única finalidade de ajudar o povo haitiano, que tem sede, fome, não tem abrigo e está privado dos cuidados médicos mais elementares. Saudamos todos os homens e mulheres que estão envolvidos nesta operação.

A União Europeia decidiu mobilizar os primeiros meios financeiros. Todavia, não nos podemos ficar por aí. A ajuda da União Europeia deve ser aumentada de forma considerável, e o sistema bancário global deve participar. Os excedentes de produtos alimentares da Europa devem ser enviados urgentemente para a população do Haiti.

Sejamos francos. O nosso continente tem uma verdadeira dívida para com o Haiti e é seu dever compensar aquele país por tantos anos de domínio e pilhagem. As lições devem ser aprendidas com a forma como esta ilha, a pérola das Caraíbas, foi controlada pelas instituições financeiras internacionais que a asfixiaram com uma dívida terrível e com juros igualmente terríveis associados à dívida.

O nosso Parlamento deveria pronunciar-se a favor do cancelamento imediato e incondicional da totalidade da dívida. O nosso grupo gostaria que a conferência que terá lugar proximamente em Montreal preparasse de forma eficaz uma conferência internacional sobre a reparação, a reconstrução e o desenvolvimento sustentável do Haiti com a população do Haiti.

Esta reconstrução deve levar-se a cabo sob a égide das Nações Unidas, para que o povo haitiano possa recuperar a sua soberania económica e política. O Haiti não deve ser o prémio duma batalha pelo domínio entre grandes potências. Por essa razão, ao saudarmos os esforços de solidariedade dos Estados Unidos, devemos estar atentos e impedir que os líderes norte-americanos utilizem esta catástrofe com efeitos dramáticos como pretexto para ocupar a ilha, administrá-la e estabelecer bases militares no seu território.

A Europa deve dar o exemplo. Deve ter um único objectivo, uma única preocupação: a população, as crianças do Haiti.

Fiorello Provera, em nome do Grupo EFD. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, desejo manifestar a minha mais profunda solidariedade para com todos aqueles que foram afectados por esta catástrofe natural.

Em situações deste tipo, com uma enorme destruição de edifícios e das infra-estruturas e com milhares de mortos, é praticamente impossível fazer chegar a ajuda de forma eficaz sem ter as mínimas condições em termos de ordem pública e de segurança. Qualquer esforço de ajuda é difícil sem uma forte coordenação na recolha dos bens necessários e na distribuição ordenada da ajuda. É essencial entender o que é necessário, quem necessita e quando necessita.

Outro aspecto sobre o qual é preciso reflectir é que, em frequentes ocasiões, a generosidade das pessoas e de dadores privados foi traída, e recursos financeiros avultados não chegaram àqueles que deles necessitavam. É, por conseguinte, necessário que haja um sistema rigoroso de controlo a fim de evitar que o dinheiro seja desperdiçado ou roubado, em particular em países frágeis com elevados níveis de corrupção e baixos níveis de governação. A Europa deve demonstrar a sua própria eficácia. Espero que o consiga.

Nick Griffin (NI). – (EN) Senhor Presidente, o horror que se vive no Haiti é chocante. É humano sentir compaixão pelas vítimas inocentes da catástrofe natural que assolou aquele país.

Todos os que aqui estão são bem remunerados e podem dar-se ao luxo de contribuir. Eu vou dar o meu subsídio de assistência de hoje se todos os deputados britânicos também o fizerem. Todavia, com os impostos que têm de pagar, os nossos eleitores não têm possibilidades de imitar o vosso gesto de generosidade.

A globalização destruiu as nossas indústrias. Os bancos arruinaram as nossas economias. A burocracia comunitária asfixia os nossos empresários e a fraude do imposto sobre as emissões de carbono está a conduzir milhões para uma pobreza fatal e inevitável.

O número de mortos no Haiti é chocante, mas este Inverno, mais de 50 000 reformados só na Grã-Bretanha morrerão prematuramente devido ao frio e ao preço do aquecimento.

Por toda a Europa, o número de mortes atingirá as centenas de milhar, mas, porque esta verdade envergonha a elite política e porque coloca em evidência a verdade inconveniente do arrefecimento global, este escândalo será enterrado silenciosamente como os nossos idosos.

Centenas de milhar de cidadãos europeus morrem devido à negligência dos governos e aos impiedosos impostos comunitários e, no entanto, insistem em usar o dinheiro dos outros numa catástrofe que não aconteceu em nossa casa. Isto não é compaixão: isto é hipocrisia nojenta.

Sei que é uma posição incómoda dentro da nossa herança cristã, mas como sempre, a nossa Bíblia revela uma verdade eterna que muitos dos presentes preferem ignorar - I Timóteo, 5:8: "Mas se alguém não tem cuidado dos seus, e principalmente da sua família, negou a fé e é pior do que o infiel".

Michèle Striffler (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Alta Representante, como já foi dito, a catástrofe atingiu proporções de tamanha magnitude devido à violência do sismo, sem dúvida um dos mais graves da nossa história, pelo que tememos que haja um número muito elevado de mortos.

Congratulo-me, no entanto, pela rápida reacção da Comissão Europeia e dos Estados-Membros e pelo compromisso que assumiram de afectar um pacote de ajuda significativa no valor de 429 milhões de euros para o esforço de ajuda humanitária de emergência e para a reconstrução do Haiti. Todavia, é lamentável que os europeus tenham actuado com uma total falta de coordenação e que as iniciativas da União Europeia não sejam suficientemente visíveis, o que contrasta grandemente com a eficiência da máquina de ajuda dos Estados Unidos e faz-nos esquecer que a União Europeia é o maior dador mundial de ajuda humanitária e de ajuda ao desenvolvimento.

A Comissão Europeia activou também o Mecanismo Comunitário no domínio da Protecção Civil, que coordena os esforços de ajuda dos Estados-Membros e que representa actualmente o ponto crucial do nosso sistema de resposta às crises. Os acontecimentos recentes confirmam a necessidade de melhorar a resposta às crises por parte da União Europeia. Uma verdadeira organização com capacidade de protecção civil é essencial e, por isso, recorro a proposta de Michel Barnier, de 2006, de criação de uma força de protecção civil europeia; está pronta e basta aplicá-la.

Além disso, o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, pronunciou-se hoje a favor de uma força de reacção rápida. Em poucos dias, os Estados Unidos assumiram um papel dominante em matéria de ajuda de emergência e de coordenação. É fundamental recordar o papel de coordenação central e global do OCHA, o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas, que está mais bem preparado para liderar esta coordenação.

Não se deixem enganar, não estamos a travar uma guerra sobre as bandeiras que são hasteadas. Todavia, uma boa organização significa poupar tempo e recursos financeiros, e penso que os cidadãos europeus têm o direito de conhecer as actividades da União Europeia.

Patrice Tirolien (S&D). – (FR) Senhor Presidente, o Haiti está condenado à fatalidade?

Desde a sua independência, as catástrofes naturais sucedem-se às catástrofes políticas, e estamos hoje aqui confrontados com uma tragédia de proporções históricas. Há registo de mortos, feridos, de uma destruição imemorável e da destruição das estruturas políticas nacionais e das estruturas de cooperação.

Temos de superar a fatalidade. A União Europeia deve participar neste duplo esforço de emergência e de reconstrução. Devemo-lo aos inúmeros laços que mantemos com o Haiti, laços que, em primeiro lugar, são históricos: uma ex-colónia, o Haiti foi a mais próspera de todas; em segundo lugar, laços diplomáticos: o Acordo de Cotonu converte a ilha num parceiro privilegiado; e, por último, laços geográficos, na medida em que o Haiti é um vizinho da União Europeia graças às regiões ultraperiféricas.

Por outro lado, a crise no Haiti representa o primeiro teste do novo Serviço Europeu de Acção Externa, liderado pela Senhora Alta Representante. Tem sido decisivo até à data. Esta catástrofe coloca também em evidência os desafios e as melhorias que devemos introduzir nesta estrutura, porque, excluindo o movimento de solidariedade do nosso continente, a reacção dos Estados Unidos suscita questões sobre a nossa capacidade de mobilização.

Por conseguinte, os louváveis esforços a favor de uma coordenação europeia, as contribuições dos Estados-Membros não devem esconder a dificuldade das discussões relativas ao envio da Força de Gendarmaria Europeia. Se é crucial que as despesas da União Europeia sejam lideradas pelas Nações Unidas, estas dificuldades levam à conclusão de que a União Europeia deve dotar-se de uma estrutura autónoma, integrada e dotada dos meios susceptíveis de permitir executar tarefas tão complexas como a emergência humanitária.

Por último, a fase de reconstrução representa um enorme desafio. Há imensas coisas a fazer: a nível político, administrativo, económico, social e ambiental. Estamos porventura no ano zero de uma nova era para o Haiti. Estamos confrontados com um grande desafio político para uma Europa que deve afirmar-se como um líder com visibilidade neste processo.

Charles Goerens (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, todas as noites, o noticiário das 20 horas recorda-nos o sofrimento indescritível que se vive no Haiti.

O sofrimento só terá provavelmente paralelo com a compaixão manifestada por quase todo o mundo que o rodeia. Esta compaixão é, sem dúvida, espontânea e sincera, mas é efémera. O momento da verdade surgirá daqui a duas semanas, quando os meios de comunicação social decidirem centrar-se noutros acontecimentos. Se ninguém pegar no testemunho, os haitianos correm mais uma vez o risco de ficarem sozinhos, entregues à sua sorte.

Num país onde tudo está por fazer, começando pela reabilitação e pela reconstrução, é importante intervir de forma a que as diferentes sequências conduzam a um verdadeiro desenvolvimento. A União Europeia dispõe de uma série considerável de instrumentos e de experiência sólida neste domínio. É por esta razão que os desafios com que se depara a sociedade haitiana, que está numa situação de pobreza desesperante, representam também a hora da verdade para a União Europeia.

É nos próximos dias e meses que a nossa acção tem de ser eficaz e determinada. Este é o aspecto mais importante do ponto de vista da recuperação, depois de restabelecidas as condições de segurança e de ordem pública, imprescindíveis para qualquer acção coordenada num país onde tudo foi destruído pelo sismo, incluindo as suas estruturas institucionais.

Por conseguinte, julgo que é pertinente salientar um aspecto essencial: a recuperação, a reconstrução do Estado haitiano, é um trabalho que incumbe aos próprios haitianos. É o desenvolvimento deles que está em causa. Podemos ajudá-los, num espírito de parceria. Seria bom que a Europa reafirmasse isto nas conferências internacionais previstas sobre este tema.

Sim à parceria, não ao paternalismo e ao neo-colonialismo!

Edvard Kožušník (ECR). – (CS) Ninguém discordará certamente de que estamos perante uma das maiores catástrofes da região dos últimos 200 anos. E, intervindo em nome dos meus colegas do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, e em nome dos meus concidadãos da República Checa, gostaria de manifestar pesar e compaixão por todas as vítimas e por aqueles que estão a sofrer. Todavia, independentemente desta catástrofe, existem indícios de que inclusivamente após a ratificação do Tratado de Lisboa, a União Europeia continua a actuar com uma total falta de coordenação e é incapaz de uma acção rápida. Faz-me lembrar um dragão de quatro cabeças. Temos um Presidente, o Primeiro-Ministro do país que assume a Presidência, o Presidente da Comissão e um Comissário designado para estes assuntos. Senhoras e Senhores Deputados, penso que neste caso particular, temos de reconhecer que a União Europeia perdeu

o comboio. Quem não o fez foram os cidadãos dos vários Estados-Membros que têm fornecido material e ajuda financeira todos os dias.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - Senhor Presidente, também nos associamos às condolências e ao lamento que todos fazemos à tragédia que se abateu sobre o povo do Haiti e manifestamos-lhe toda a solidariedade, mas não podemos deixar de sublinhar algumas questões que consideramos fundamentais.

Começando por rejeitar que alguém ou algum país se procure aproveitar desta catástrofe para retomar o neocolonialismo, como parece indiciar o envio de milhares de soldados norte-americanos armados, esquecendo a pobreza em que vive a maioria da população, que continua vítima da exploração de multinacionais e de interferências externas, designadamente dos Estados Unidos da América.

Este é um momento para todos os apoios humanitários, cooperação e ajudas à reconstrução que a nobreza e valentia do povo do Haiti merecem. Recorde-se que foi ali onde 400 mil africanos, escravizados e traficados pelos europeus, se revoltaram contra a escravidão e realizaram a primeira grande revolução social daquele continente americano.

Não se deve tardar nos apoios urgentes e devidamente coordenados, mas sem ceder às tentações neocoloniais.

Roberta Angelilli (PPE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Haiti é palco de uma enorme tragédia, provocada pela natureza, mas também pela falta de um Estado digno desse nome, incapaz de gerir ainda que em termos mínimos a catástrofe e a emergência humanitária, incapaz de gerir a ajuda destinada à população civil que está agora a saque por parte de pessoas sem escrúpulos.

A Cruz Vermelha lançou um aviso. Na Conferência de Montreal que se realizará a 25 de Janeiro, a UE deve falar a uma só voz e solicitar uma gestão única e coordenada da acção humanitária; caso contrário, corremos o risco de ver o caos instalado e de a ajuda se perder, incluindo os valores avultados e valiosos aqui hoje referidos pela Comissão, bem como a ajuda dos Estados-Membros.

Senhora Alta Representante, deve ser feito um esforço excepcional em relação às crianças, sobretudo as crianças órfãs, que merecem uma assistência prioritária, também em matéria de apoio psicológico; caso contrário, serão condenadas à pobreza e à exploração. Devemos assegurar ainda que a comunidade internacional não está apenas preparada para simplificar os processos de adopção, porque isso apenas conduziria a uma forma de deportação legalizada de crianças, e não é disso que o Haiti necessita.

O Senhor Ministro italiano dos Negócios Estrangeiros Frattini fez bem em propor a construção de edifícios e de estruturas de acolhimento para que possam crescer com dignidade no seu próprio país e em propor a facilitação de viagens ao estrangeiro nas férias, principalmente com fins educativos. Vou terminar com uma pergunta: estamos preparados, a nível internacional, para reduzir ou cancelar a dívida do Haiti?

Corina Crețu (S&D). - (RO) Em todo o mundo há, neste momento, demonstrações de solidariedade e compaixão pelas vítimas do sismo que abalou o Haiti, deixando patente mais uma vez a necessidade de intervir rapidamente e de forma coordenada neste tipo de situações. Limitar os danos depende agora da eficácia da intervenção e, como já foi aqui dito, foi exemplar a forma como as agências e as organizações internacionais, juntamente com o Departamento de Ajuda Humanitária da UE, actuaram, sem esquecer os gestos individuais dos Estados-Membros.

Penso que deve criar-se uma força operacional de intervenção rápida da União Europeia porque a situação no Haiti põe a claro a necessidade de manter a ordem pública e de garantir a segurança da população, além da assistência que os sobreviventes necessitam. Presentemente, estamos, sem dúvida, numa situação em que muitas vozes lançam protestos e acusações segundo os quais a intenção visada é levar a cabo uma ocupação militar sob o pretexto de prestar assistência humanitária. Todavia, numa situação em que as forças da ONU são insuficientes ou foram ultrapassadas pelos acontecimentos, a União Europeia deve participar de uma forma mais activa, em particular porque goza de uma enorme credibilidade na região.

Penso que devemos, enquanto União Europeia, enfrentar um amplo processo de reconstrução no Haiti, ao mesmo tempo que devemos estimular a estabilidade das estruturas do Estado. É, obviamente, muito importante mostrar compaixão aos habitantes do país que estão a viver esta difícil situação, que inclui encontrar soluções específicas para facilitar os procedimentos de adopção de crianças que ficaram órfãs depois desta catástrofe e prestar assistência concreta à população que foi tão duramente posta à prova.

Paweł Robert Kowal (ECR). - (PL) Senhor Presidente, Senhora Alta Representante Catherine Ashton, estamos a ouvir opiniões de diferentes bancadas da Assembleia, contudo têm um assunto, um tema, em

comum: a reacção da União Europeia, a reacção política, não foi suficiente e não foi bem coordenada. Penso que devemos agradecer às organizações de caridade por terem, como sempre, sem falta e tão espontaneamente, assumido a responsabilidade pelas necessidades que se faziam sentir.

Além disso, devemos tentar determinar o que se poderia fazer melhor. Com efeito, tenho apenas uma pergunta a fazer à Senhora Alta Representante Catherine Ashton: esta é a primeira vez que se vê confrontada com uma situação deste tipo no seu novo cargo. Qual é a principal conclusão que extrai deste acontecimento e dos erros de que aqui estamos a falar? Mais importante, o que se pode modificar no futuro? Penso que este é o aspecto mais importante sobre o qual nos devemos debruçar e, em grande medida, compete-nos fazê-lo.

Philippe Juvin (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Alta Representante Catherine Ashton, basta! Já chega. É sempre a mesma coisa quando se dá uma catástrofe: os franceses enviam um avião e ajuda, os belgas, os italianos, os alemães fazem todos o mesmo, e fazem-no sempre cada um por seu lado. É sempre a mesma coisa. No terreno, o resultado é sempre o mesmo: não há coordenação, perdem-se oportunidades de ajudar as vítimas, há falta de organização.

Quando é que isto vai acabar? Quando é que a Comissão vai finalmente agir? Não nos venham dizer que é complicado porque os projectos estão prontos. Basta-nos usá-los. Em 2006, o Senhor Comissário Barnier propôs a criação de uma força europeia de protecção civil, para a qual os Estados-Membros deveriam contribuir numa base voluntária, sem que fosse necessário esperar por uma unanimidade hipotética entre os 27, utilizando em comum recursos das unidades nacionais de protecção civil existentes, dando-lhes formação em conjunto sobre técnicas de salvamento conjuntas, métodos de comunicação conjuntos e uma sede comum.

É fácil, Senhora Catherine Ashton: faça-o com aqueles que o desejarem fazer! Quanto aos outros, juntar-se-ão a nós quando compreenderem que é essa a via do futuro. Depois do tsunami foram assumidos compromissos mas, neste momento, ainda não se fez nada.

Não digo isto de ânimo leve; a inércia da Comissão é criminosa. Senhora Alta Representante Catherine Ashton, por que razão estará a Europa condenada a repetir os seus erros? Senhora Alta Representante Catherine Ashton, ninguém põe em causa a sua boa vontade, mas peço-lhe que anuncie aqui, hoje, a criação dessa força de europeia de coordenação. Se precisa de apoio, estamos aqui para a ajudar. Mas, por amor de Deus, pare de nos falar sobre coordenação - faça a coordenação acontecer! Não fique à espera da próxima catástrofe!

Michael Cashman (S&D). – (EN) Senhor Presidente, devo dizer que há pessoas que agem e pessoas que falam. Por conseguinte, quero agradecer ao Conselho, à Comissão e à Senhora Alta Representante as acções que realizaram. Nada disto era previsível. Estamos perante uma situação que era inevitável.

Tenho estado aqui sentado a ouvir as críticas políticas fáceis contra a Senhora Alta Representante, contra os Estados-Membros e contra a Comissão veiculadas pela ideia de que de alguma maneira, por ser uma mão americana a retirar alguém dos destroços e a salvar uma vida, se deve afastar essa mão e dizer "não ao neo-colonialismo", e de que, de alguma maneira, atacando o próprio Haiti, isso ajudará a melhorar a vida das pessoas que lá estão a sofrer. Deviam ter vergonha.

Tratemos de garantir que haja coordenação. Entreguem a coordenação aos americanos - se isso ajudar a salvar vidas, salvem-se vidas. Esqueçam a retórica política.

Parabéns pelo montante de dinheiro atribuído. Parabéns, Senhora Baronesa Ashton, por não estar preocupada em agradar à audiência e não estar a ocupar espaço aéreo para entrar no Haiti para poder simplesmente dizer que lá está. De que serve isso? De absolutamente nada. Portanto, zangado em nome das pessoas que queremos salvar, coordenemos a nossa acção com os americanos. Tratemos de dar um bom safanão à ONU para que entregue ajuda e deixemo-nos de críticas políticas fáceis.

(Aplausos)

Róza, Gräfin von Thun Und Hohenstein (PPE). – (PL) Senhor Presidente, gostaria de me associar às palavras do senhor deputado Juvin - a ajuda humanitária está a ser mal coordenada. Não quero falar apenas sobre ajuda humanitária, mas também sobre aquilo que se denomina ajuda técnica, estrutural e ao desenvolvimento. A catástrofe não era previsível, mas sabíamos que o Haiti estava num estado terrível e, para agravar a situação, foi atingido por esta desgraça. Há muito que sabíamos que o Haiti se encontrava em má situação e que as suas estruturas funcionavam muito mal. Também sabemos que se estivessem a funcionar melhor e se, antes do terramoto, tivéssemos organizado melhor a ajuda e a cooperação técnica com o Haiti,

essas estruturas estariam a funcionar melhor e, consequentemente, o país poderia estar a utilizar melhor a nossa ajuda agora e teríamos salvo muitos milhares de pessoas - mas isso não aconteceu.

Será que a Senhora Catherine Ashton, na qualidade de Alta Representante e membro do Conselho, tenciona empreender acções específicas, em datas específicas, a fim de coordenar a cooperação técnica de vários países europeus, de modo que os países terceiros aos quais concedemos ajuda utilizem realmente essa ajuda de forma correcta? Iremos nós utilizar um tipo qualquer de intercâmbio de boas práticas entre os países que têm muita experiência e onde a cooperação funciona muito bem e aqueles que apenas estão a começar a utilizar essa cooperação técnica? Será que vai ser criada uma política europeia comum, sólida e de qualidade a que os países terceiros possam realmente recorrer, de modo que não continuemos a prestar ajuda humanitária às escuras e à pressa quando, inesperadamente, centenas de milhares de pessoas se vêem numa situação trágica?

David-Maria Sassoli (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhora Alta Representante, Senhoras e Senhores Deputados, a enorme tragédia que atingiu o Haiti exige uma resposta imediata e estão em curso muitas actividades de ajuda e de salvamento realizadas isoladamente por alguns Estados-Membros, ainda que haja uma grande concorrência entre os países europeus.

A nova Europa, com a sua Alta Representante, deveria ser capaz de prestar ajuda por si própria às pessoas que estão a sofrer. Além disso, o terramoto atingiu o país mais pobre do hemisfério ocidental, onde 80% da população vive abaixo do limiar da pobreza e 54% vive na pobreza absoluta.

Esta emergência encerra, porém, uma outra: a situação de emergência em relação às crianças que ficaram sem família, sem protecção e sem Estado e que constituem o segmento mais frágil da população. Gostaria, portanto, de solicitar à Alta Representante para os Negócios Estrangeiros que examine acções destinadas a permitir que crianças haitianas com menos de 10 anos de idade sejam acolhidas por, e fiquem à guarda de, países europeus.

Lady Ashton, a Europa pode acolhê-las e oferecer-lhes condições de vida adequadas; refiro-me a um período de tempo limitado, até haver condições para regressarem ao seu próprio país. Tudo isto pode ser organizado, tudo isto seria fácil para os países europeus, e seria uma maneira justa de responder à necessidade de solidariedade e também de evitar que sejam realizadas acções especulativas e ilegais em detrimento das crianças. Estamos a falar de crianças, o recurso mais precioso que devemos proteger no Haiti.

Laima Liucija Andrikiienė (PPE). – (EN) Senhor Presidente, nos últimos dias tem havido uma série de queixas sobre a ineficácia e lentidão da resposta à crise Haitiana.

Muitas pessoas realçam a insegurança crescente, o desespero cada vez maior entre os sobreviventes do sismo e a terrível falta de alimentos e vestuário.

É verdade que estes problemas existem e necessitamos de os resolver o mais rapidamente possível. No entanto, devemos aplaudir o empenhamento de vários actores internacionais, desde governos a organizações da sociedade civil e a indivíduos do mundo inteiro.

A União Europeia encontra-se sem dúvida entre aqueles que expressaram sinceramente a sua solidariedade para com o povo haitiano. Mais uma vez, muitas pessoas têm criticado a suposta lentidão da reacção da UE à crise ainda hoje, mas a UE não tem a ver apenas com decisões tomadas em Bruxelas. Os governos nacionais já enviaram milhares de homens e mulheres para ajudar os haitianos e atribuíram milhões de euros de ajuda.

O papel da UE deve concentrar-se mais na ajuda a médio e longo prazo tendo em vista a reconstrução das cidades e aldeias haitianas, das suas infra-estruturas, escolas e hospitais.

A UE pode certamente ser um fórum, uma entidade coordenadora da distribuição da ajuda europeia a médio e longo prazo.

A recente promessa da Comissão e dos Estados-Membros de afectarem quase 500 milhões de euros constitui certamente um passo grande e significativo nesse sentido, e devemos todos dar-lhe o nosso apoio.

Enrique Guerrero Salom (S&D). – (ES) Em primeiro lugar, gostaria de apresentar as minhas condolências e expressar a minha solidariedade para com a população do Haiti, tão duramente afectada por esta catástrofe.

A União Europeia não é uma potência europeia nem nós desejamos que o seja. Somos, todavia, uma força mundial devido ao nosso modelo social. Somos também uma potência a ter em conta no que respeita à nossa acção nos domínios da cooperação para o desenvolvimento e da ajuda humanitária, e orgulhamo-nos disso.

Neste momento, o Haiti, ou pelo menos a catástrofe que atingiu este país, representa um desafio para as novas instituições criadas pelo Tratado de Lisboa. Nesta altura devemos prestar ajuda humanitária, mas muito em breve chegará o momento de reconstruir, promover o desenvolvimento e oferecer assistência ao nível da governação e das instituições. E temos de estar unidos ao responder às expectativas do povo do Haiti. Temos de responder conjugando as funções da Alta Representante com as dos comissários para o Desenvolvimento e para a Ajuda Humanitária.

Porquê? Por que razão devemos agir todos juntos? Para coordenar mais eficazmente a ajuda dos países, para garantir que a nossa ajuda seja mais eficaz, para falarmos com uma voz europeia que seja identificável no mundo e para nos mostrarmos à altura das expectativas do mundo nestas alturas: para apoiar esta crise humanitária e promover o desenvolvimento. O que está a acontecer hoje no Haiti pode ser uma outra catástrofe amanhã e pode afectar todas as partes do mundo depois de amanhã.

Jim Higgins (PPE). – (EN) Senhor Presidente, um dos países mais pobres do mundo ficou destruído em apenas 15 segundos, vítima de um mau governo, vítima da ditadura e da corrupção. Morreram cinquenta mil pessoas, milhares continuam desaparecidas e três milhões ficaram sem casa.

A resposta dos Estados Unidos tem sido louvável, a das Nações Unidas um pouco menos, mas tenho de concordar com tudo o que aqui tem sido dito. Não se trata de uma atitude política da nossa parte, senhor deputado Cashman: a nossa resposta tem sido muito insatisfatória. Ficámos a seguir o rasto dos Estados Unidos.

As dificuldades logísticas serão superadas - água limpa, medicamentos, alimentos e abrigo irão surgir a seu tempo. Mas aquilo de que o Haiti necessita para emergir da catástrofe é de uma democracia em pleno funcionamento com uma economia que possa sustentar o seu povo. A sua recuperação tem de se medir em anos, e não apenas nas semanas e meses a seguir à crise.

Tal como tem sido dito vezes sem conta, o Haiti irá desaparecer dos ecrãs de televisão. Deixará de ser o ponto um para se tornar o ponto três nas próximas duas ou três semanas, e depois desaparecerá. Mas é nisso que reside o verdadeiro desafio porque, em 2008, o Haiti foi atingido por dois furacões devastadores, que deixaram no seu rasto pobreza e desolação. Nessa altura, os líderes mundiais prometeram 600 milhões de euros. Apenas foram efectivamente entregues 40 milhões.

Aquilo que é necessário é o renascimento, o ressurgimento, o reemergir e o retomar do desenvolvimento no Haiti. A acção terá de ser conduzida e gerida correctamente, mas, acima de tudo, haverá que definir uma estratégia clara e exequível a fim de transformar o Haiti na entidade orgulhosa, independente e democrática que deve ser, mas que não é e não tem sido até à data, o que conduziu à actual catástrofe.

Roberto Gualtieri (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a catástrofe humanitária sem precedentes no Haiti afecta-nos profundamente e a União Europeia tem a obrigação de contribuir da melhor maneira possível para os esforços da comunidade internacional, utilizando todas as ferramentas de que dispõe.

No que respeita aos recursos financeiros, fizeram-se progressos significativos nos últimos dias e horas. O que necessita de ser mais bem pensado são os outros aspectos da resposta da Europa à crise, e devemos evitar preocuparmo-nos com a nossa imagem e concentrarmo-nos antes nas questões de fundo, tal como disse acertadamente a Senhora Alta Representante.

O papel fulcral da MINUSTAH revelou-se agora claramente, em termos de protecção civil e segurança, e exclui uma missão autónoma no âmbito da PCSD (política comum de segurança e defesa), mas o papel de coordenação da UE no apoio à missão das Nações Unidas continua a ser fundamental.

Quanto a este aspecto, gostaria de recordar ao senhor deputado Juvin que esta coordenação existe e que o Centro de Informação e Vigilância (MIC) a está a assegurar na área da protecção civil, e que o Centro de Situação Conjunto (SITCEN) da UE a está a assegurar no domínio da segurança, e espera-se que este trabalho se traduza no envio da Força de Gendarmaria Europeia, conforme expressamente solicitado pelas Nações Unidas.

Seria útil a Alta Representante e a Comissão informarem-nos como o MIC e o SITCEN estão a responder, na prática, a tarefas e provas tão onerosas, como está a sua coordenação a funcionar e se os instrumentos e recursos de que dispõem são suficientes.

Isso também nos ajudaria mais tarde, quando tivermos de considerar a adequação desses instrumentos e a capacidade de protecção consular, mas agora não é o momento para este tipo de debate. Agora é o momento de agir e de nos empenharmos, e apoiamos plenamente a acção que está a realizar a Alta Representante.

PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS

Vice-presidente

Milan Zver (PPE). – (SL) Também eu gostaria de expressar o meu pesar perante os acontecimentos no Haiti, bem como felicitar a Comissão Europeia e as Instituições europeias pela sua resposta relativamente apropriada.

No entanto, à semelhança de alguns dos meus colegas, também eu me pergunto se a nossa resposta terá sido suficientemente rápida. Talvez fosse boa ideia a Senhora Catherine Ashton, Vice-Presidente da Comissão, visitar pessoalmente o local do trágico acontecimento, já que isso se poderá revelar importante por várias razões.

Discordo daqueles de entre vós que sustentam que a presença de soldados e outro pessoal responsável pela aplicação da lei pode ser um prenúncio de uma abordagem colonial da nossa parte em relação ao Haiti. Na minha opinião, esse tipo de argumentos não é justo nem adequado.

O que é importante, porém, é que, na próxima conferência internacional sobre o Haiti, adoptemos medidas a longo prazo com vista ao restabelecimento das instituições do Estado, a fim de permitir que voltem a funcionar. Refiro-me, em particular, às políticas de saúde e de educação. Só este tipo de políticas e só o desenvolvimento nestes domínios e o desenvolvimento das instituições permitirá tornar o Haiti num país mais estável do que tem sido até à data.

María Muñiz De Urquiza (S&D). – (ES) Senhor Presidente, gostaria de salientar a importância de a União Europeia assegurar a liderança - não só imediatamente, em termos de ajuda humanitária de emergência, mas também a longo prazo, em termos de cooperação com vista à reconstrução do país. Temos de trabalhar com as autoridades locais e com o Governo do Haiti, uma vez que a situação do país já é suficientemente frágil para que nós a enfraqueçamos ainda mais pondo organizações internacionais a fazer o trabalho das suas autoridades. Devemos também trabalhar ao lado das organizações não governamentais.

Gostaria de reconhecer a rápida resposta da Presidência espanhola, tanto ao nível da coordenação da ajuda como da disponibilização de recursos da ajuda da União Europeia que Espanha já tinha enviado para o país e para a região, já que a Espanha é o principal doador de ajuda, não só à América Latina mas também, mais especificamente, ao Haiti.

Marielle De Sarnez (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Alta Representante Catherine Ashton, a política tem a ver, acima de tudo, com símbolos, e é por essa razão que eu penso que a Senhora Alta Representante não deveria estar aqui, mas sim no Haiti; é por essa razão que a Senhora Alta Representante não deveria deslocar-se aos Estados Unidos, mas sim ao Haiti.

Tenho a impressão - e digo isto com uma enorme tristeza - de que a Senhora Alta Representante não avaliou bem a dimensão do acontecimento, desta terrível tragédia e, no fundo, quando consideramos tudo isto, a Europa nunca esteve tão ausente. Somos os maiores doadores e, no entanto, não existimos.

A minha segunda impressão é que quanto mais pessoas nomeamos, quanto mais funções e cargos criamos, menos existimos, e isso deveria levar-nos a interrogarmo-nos sobre algumas coisas. Quantas catástrofes serão necessárias para que os líderes da União Europeia se mostrem finalmente à altura das suas responsabilidades? O relatório de Michel Barnier está em cima da mesa desde 2006. De que estamos nós à espera para o aprovar? De que estamos nós à espera para o aplicar?

James Nicholson (ECR). – (EN) Senhor Presidente, creio que já todos expressámos os nossos pensamentos e todos eles estão com aqueles que perderam a vida: os funcionários das Nações Unidas, a população do próprio Haiti e as pessoas que estão a sofrer embora tenham sobrevivido.

Aquilo que é necessário é um esforço coordenado forte e sólido, e nada - absolutamente nada - deveria impedi-lo. Gostaria de dizer que me congratulo pelo compromisso que assumimos na Europa para com a população do Haiti. Espero que esse compromisso se concretize porque fiquei comovido - o que se justifica inteiramente. O que acontecerá dentro de duas semanas quando os habitantes do Haiti deixarem de ser mencionados pelos meios de comunicação social e de fazer parte das notícias? O que irão eles fazer?

Sim, é manifestamente necessário reconstruir o Haiti, tanto a curto como a longo prazo, mas o mais importante neste momento é conseguir que a ajuda seja distribuída às pessoas que estão a sofrer, às pessoas que estão a viver a dor. Quero dizer que concordo inteiramente com as observações apresentadas há pouco pelo senhor deputado Cashman. O que se está a passar é demasiado importante para se usar a situação para marcar pontos políticos fáceis.

Luis Yáñez-Barnuevo García (S&D). – (ES) Permitam-me apenas alguns segundos para começar por felicitar a Alta Representante, o Conselho, a Comissão e a Presidência rotativa da União Europeia pela rapidez, coordenação e esforço de que deram provas desde o início.

Talvez não tenham gostado da grande atenção que os meios de comunicação social dedicaram ao desembarque de 10 000 fuzileiros navais dos EUA na ilha, mas tudo se passou com grande rapidez e eficácia na minha opinião, e tenho muita experiência. Gostaria apenas de mencionar uma coisa que não foi ainda mencionada no debate: 50% dos sobreviventes retirados dos escombros durante as primeiras 78 horas foram salvos por equipas da Europa e dos Estados-Membros.

Frédérique Ries (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, tal como já disse a senhora deputada Eva Joly, há circunstâncias em que as palavras e os números perdem todo o significado e se tornam absurdos: dois milhões de refugiados - segundo se tem dito - ou mais talvez, mais de 200 000 mortos, um país totalmente devastado, uma capital que foi praticamente apagada do mapa.

O que é urgente neste momento é retirar dos escombros os últimos sobreviventes - se ainda os houver -, enterrar os mortos, alimentar os vivos, distribuir água, tratar, operar e reconstruir. Todos os países partiram rapidamente, muito rapidamente, com os seus recursos, o seu equipamento, os seus cães, o seu pessoal e a sua generosidade. Trata-se de um esforço imenso, magnífico, mas é um esforço nacional.

É absolutamente necessário, agora, a Europa começar a agir com vista a concretizar a ideia que alguns de nós, muitos de nós, aqui têm estado a defender no Parlamento Europeu e noutros locais há vários anos, nomeadamente, a criação de uma força europeia de intervenção civil, os capacetes verdes ou os capacetes brancos, a cor pouco importa - pessoal, recursos e estratégias comuns.

A "EU-FAST", uma iniciativa lançada por Guy Verhofstadt em 2003, ou o EuropeAid, lançado por Michel Barnier em 2006, pouco importa a autoria - a ideia é conseguir agir rapidamente, ficarmos todos preparados em conjunto.

Liisa Jaakonsaari (S&D). – (FI) Senhor Presidente, parece-me estranho que algumas pessoas nesta Assembleia tenham falado de visibilidade e tenham posto em causa os motivos dos Estados Unidos da América, porque neste momento é necessário prestar ajuda. Considero especialmente trágico que neste momento, nas ruínas, haja pessoas que ainda poderiam ser salvas. Deve-se fazer tudo o que for possível para melhorar a situação.

Quando, há algum tempo, foi criada uma força para a gestão de crises destinada a reforçar a política externa e de segurança europeia, incluindo a sua política de defesa, a razão que me apresentaram, pelo menos na Finlândia, foi que essa força também fora criada para ajudar em caso de catástrofes naturais, onde quer que estas se dessem no mundo, incluindo a Europa, evidentemente. Contudo, neste momento, a força de gestão de crises não tem nada para fazer nos vários locais da Europa onde tem uma presença. Não tem nada para fazer! Felizmente, não há crises na Europa, por isso, não tem nada para fazer. O que está a impedir essa força de gestão de crises de ser utilizada em situações como esta, quando está a ser pedida ajuda?

Zigmantas Balčytis (S&D). – (LT) Hoje, estamos talvez perante a maior tragédia a registar-se desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, e temos de compreender a posição da Alta Representante quando, logo no início do seu mandato, se vê obrigada a desempenhar uma tarefa bastante complicada - diria mesmo uma tarefa que nunca teve de enfrentar. Sim, é verdade que neste momento existem algumas deficiências, e, de futuro, necessitamos de uma força conjunta da União Europeia que esteja mais bem preparada, que possa participar nas operações de salvamento. Penso que o maior contributo que podemos dar nesta altura consiste em enviarmos para a República do Haiti os fundos que aqui foram mencionados hoje, a fim de começarem a ser utilizados o mais depressa possível e gastos na reconstrução de infra-estruturas, conforme mencionou o Presidente do Haiti, e talvez esses fundos possam ser utilizados para remover alguns dos escombros das casas que ruíram e se encontram espalhados pelas ruas neste momento.

Catherine Ashton, Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, tal como disse no início, queria vir a esta

Assembleia ouvir as opiniões. Aceito e compreendo a frustração dos senhores deputados ao dizerem que há questões que poderiam ser resolvidas de uma maneira melhor.

Foram aqui feitas perguntas sobre a visibilidade e a coordenação. Não há dúvida que, por estar mais perto, os Estados Unidos têm a possibilidade de mobilizar as suas forças com a rapidez com que o fizeram, pelo que são as forças americanas que aparecem nos vossos ecrãs de televisão. O facto de termos trabalhado em estreita colaboração com os Estados Unidos é também um aspecto importante daquilo que fazemos agora e do que faremos no futuro.

E não há dúvida que, quando fui acordada a meio da noite para ser informada do sismo, mobilizámos o nosso pessoal o mais rapidamente possível. Foram mobilizados vinte e um Estados-Membros como parte da nossa resposta. Conseguimos realizar trabalho, com o Conselho e a Comissão a unirem-se pela primeira vez, e permitam-me que diga que foi apenas há oito dias que aqui estive aqui perante vós, na minha audição.

Vinte e um Estados-Membros com 11 equipas de busca e salvamento, cinco hospitais de campanha, seis postos médicos avançados, 40 equipas médicas, seis unidades de purificação de água - enviámos tudo isto o mais rapidamente que nos foi possível e preste homenagem aos Estados-Membros pelo trabalho que fazem. Presto também homenagem aos funcionários que trabalharam e continuam a trabalhar dia e noite para organizar este esforço.

Perguntei logo de início aos funcionários das Nações Unidas no terreno e ao Secretário-Geral Ban Ki-moon para que áreas seria mais útil canalizar os meus esforços. Não havia dúvida que um contributo meu no terreno apenas iria ocupar espaço precioso quando havia aviões a sobrevoar a pista de aterragem sem poderem aterrar devido ao estado em que se encontra o aeroporto. Não sou médica. Não sou bombeira. A minha função era promover a coordenação, falar com o grupo de países "Amigos do Haiti", coordenar a nossa acção com a dos Estados Unidos a fim de garantir um esforço máximo no terreno.

Presto igualmente homenagem, tal como fizeram os senhores deputados, às ONG e às pessoas que se encontram no terreno. A devastação registada no terreno está a ter um enorme impacto nas Nações Unidas, que perderam muitos funcionários de nível superior, e ao nível das ONG, que não têm conseguido responder com a rapidez habitual, simplesmente porque também perderam pessoal.

Isto tem dificultado muito a situação, e os senhores deputados têm visto - e estamos a ver - pessoas desesperadas à espera de ajuda, sem saber de onde ela virá. Fazer chegar a ajuda às pessoas nestas circunstâncias tem sido extraordinariamente difícil e, mais uma vez, há pessoas a trabalhar incansavelmente para assegurar que isso aconteça. Agora as coisas estão a melhorar um pouco, a ajuda está a chegar, mas não devem subestimar por um momento a dificuldade das circunstâncias no terreno.

A coisa funcionou bem? Sim. Estou satisfeita? Não. Ao iniciar as minhas primeiras semanas neste cargo, quero dizer-vos muito claramente: estou a ouvir o que dizem. Oiço a vossa frustração. Compreendo-a. E têm razão em criticar e dizer que as coisas não têm corrido tão bem como devem correr de futuro. Têm razão. Devem - e têm de - correr cada vez melhor.

O que eu tenho de fazer é considerar o que aconteceu e extrair daí lições agora, a fim de garantir que, de futuro, façamos um esforço maior para agir de forma coordenada, mas não tenho nada a criticar ao trabalho tremendo que foi e está a ser feito, hora a hora e dia a dia.

A longo prazo, os senhores deputados têm toda a razão. Quando as câmaras se tiverem ido embora, necessitaremos de estar presentes. Necessitaremos de lá estar fisicamente, necessitaremos de lá estar em termos do apoio que podemos dar. Concordo que as questões relacionadas com a dívida têm de ser incorporadas nas conversações a realizar. Concordo que o que for feito terá de ser feito em parceria com o povo haitiano e com todo o respeito por esse povo. Concordo que é importante reconstruir as infra-estruturas e concordo que temos de assegurar que o papel da ONU seja reconhecido e de garantir que o possa desempenhar.

É por essa razão que vou não só aos Estados Unidos para me encontrar com a Secretária de Estado Hillary Clinton, mas também às Nações Unidas falar com o Secretário-Geral e outras pessoas fundamentais sobre aquilo que podemos fazer neste momento para coordenar a nossa acção para o futuro, porque, tal como aqui se está a dizer, isso será extremamente importante.

Permitam-me que termine descrevendo a realidade da situação. Tal como os senhores deputados disseram, estamos a falar de um país em que mais de 70% dos habitantes já estavam a viver abaixo do limiar da pobreza.

É muito importante, tal como os senhores deputados disseram, que as crianças, especialmente as crianças órfãs, sejam tratadas como deve ser, e a devastação irá exigir apoio nos próximos anos.

Deixem-me apenas explicar-vos qual é o estado das infra-estruturas neste momento. Os hospitais, a rede de electricidade, as comunicações, o abastecimento de água, os portos marítimos e os aeroportos sofreram graves danos. Os principais edifícios públicos - o Palácio Presidencial, o Parlamento, os Ministérios das Finanças, da Justiça, do Planeamento, da Saúde e do Interior ficaram completamente destruídos. Muitos altos funcionários do governo estão desaparecidos. As capacidades do Governo haitiano não estão a funcionar. Trata-se, como já aqui se disse, de um dos países mais pobres do mundo, e atendendo a que é necessário reconstruir aquelas infra-estruturas, associo-me ao vosso compromisso de assegurar que isso aconteça.

(Aplausos)

Karel De Gucht, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer ao senhor deputado Hyaric, que pediu que os excedentes alimentares fossem enviados para o Haiti, que não é essa a abordagem da União Europeia, pela razão muito simples de que a Comissão prefere adquirir esses produtos na região. Começaremos por ver se será possível comprar esses produtos na região, em vez de transportarmos os nossos excedentes para o Haiti.

Membro da Comissão. – (EN) Em segundo lugar, relativamente a toda a questão da coordenação, protecção, etc., gostaria apenas de dizer três coisas.

Primeiramente, a protecção civil é da competência dos Estados-Membros e todas as iniciativas em matéria de coordenação terão de ser organizadas nessa base. Era isso também que propunha o relatório Barnier mas, até agora, não chegámos a uma conclusão. Trata-se de uma competência dos Estados-Membros e não da Comissão em si.

Em segundo lugar, no que respeita à protecção civil e à sua coordenação, desde o tsunami de 2004 a coordenação da protecção civil da UE tem vindo a ser reforçada e a tornar-se muito mais eficiente. Os exercícios de simulação nunca podem, evidentemente, pôr tanto à prova a eficácia da nossa cooperação como uma verdadeira catástrofe natural, infelizmente. Na actual crise, há países não pertencentes à UE a contactar o Centro de Informação e Vigilância (MIC) para perguntar como poderão contribuir para o esforço de ajuda humanitária utilizando as estruturas da UE.

Em terceiro lugar, não devemos esquecer que, na segunda Comissão Barroso, a ajuda humanitária e a protecção civil passaram a estar ambas sob a tutela de um só Comissário, o que constitui, a meu ver, uma medida muito acertada. Além disso, temos actualmente uma Alta Representante, que desempenhará um duplo cargo. O que temos visto no passado em termos de coordenação é que esta não falta dentro da Comissão, por exemplo - voltarei a este assunto mais adiante -, mas falta por vezes entre as instituições europeias e os Estados-Membros e entre a Comissão Europeia e o Conselho. A ideia por detrás desta atribuição de um duplo cargo foi precisamente que isso iria permitir uma maior cooperação entre o Conselho e a Comissão, e penso que esta crise já demonstrou, efectivamente, que isto representa um avanço considerável.

Por último, gostaria também de dizer que fiquei um pouco triste com aquilo que disseram alguns oradores. É evidente que, como Comissário não posso ficar triste, tenho apenas de tomar nota do que é dito, mas não se prestou suficientemente homenagem a todo o nosso pessoal que tem estado a trabalhar, a nível local e em Bruxelas, desde a primeira hora, dia e noite, aos fins-de-semana, sem se queixar e sem pedir qualquer compensação. Tem estado a trabalhar duramente e, poucas horas depois, também já havia pessoal nosso a trabalhar a nível local, embora as suas instalações também tenham sido gravemente afectadas pelo sismo.

Peço, portanto, que vejam isto como o tipo de catástrofe em grande escala que não é previsível, a que só possível responder quando ocorre, e em relação à qual é necessário demonstrar que somos capazes de organizar uma resposta em muito pouco tempo. Penso que a Comissão o tem demonstrado. Penso que os Estados-Membros apoiaram imediatamente e em massa a nossa acção, e penso que não devíamos criticar tanto os serviços em causa.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar no próximo período de sessões de Fevereiro.

Declarações escritas (artigo 149º)

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – Manifesto a minha solidariedade para com o povo do Haiti afectado pelo sismo que abalou o país em 12 de Janeiro e congratulo-me com os compromissos assumidos pela UE em matéria de auxílio. A União Europeia é o primeiro doador mundial de ajuda humanitária e de ajuda ao desenvolvimento. Poucas horas depois da catástrofe, a UE disponibilizou 3 milhões de euros de ajuda para as primeiras operações de socorro. Foram desbloqueados 1 34 milhões de euros para as primeiras acções de reabilitação e reconstrução. Serão concedidos ainda cerca de 200 milhões de euros para a reabilitação a mais longo prazo, a somar aos 92 milhões de euros concedidos por diferentes países da UE. Estes montantes, num total de 429 milhões de euros, podem ser ainda aumentados em função da avaliação das necessidades. Felicito a Comissão Europeia pela coordenação da ajuda, mas lamento que o rosto da União Europeia não tenha sido suficientemente visível no terreno, prejudicando a imagem da UE na opinião pública internacional, por oposição à imagem dos Estados Unidos que deram um contributo de 91,6 milhões de euros. Durante esta crise foi notória a necessidade de cuidados médicos e apelo ao reforço do contingente médico e de técnicos de saúde e ao aumento do apoio logístico.

Gaston Franco (PPE), *por escrito*. – (FR) Surpreende-me que a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança esteja ausente do local onde ocorreu a catástrofe natural do Haiti. Apesar da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a União Europeia continua a ter dificuldade em mostrar-se no palco internacional, o que é extremamente lamentável. Parece-me que o sistema europeu de resposta a crises se encontra demasiado fragmentado, é demasiado complexo e não é suficientemente eficaz. Em termos da recuperação do Haiti (à qual foram afectados 100 milhões de euros) e da reconstrução do país (200 milhões de euros), o que irão exactamente financiar o FED e o Instrumento de Estabilidade? Além disso, para responder ao pedido de apoio logístico e no domínio da segurança apresentado pela ONU, é necessário, a meu ver, que a União Europeia esteja em posição de utilizar todos os instrumentos previstos no Tratado de Lisboa, incluindo uma resposta militar. Apelo ao rápido estabelecimento de uma força europeia de protecção civil nos moldes concebidos por Michel Barnier em 2006, a fim de se criar uma capacidade de resposta europeia que seja planeada, verdadeiramente coordenada e eficaz. As recentes declarações do Primeiro-Ministro Van Rompuy vão no sentido certo. Herman Van Rompuy defende a criação de uma força humanitária de reacção rápida. Qual será a natureza exacta de tal projecto e quando será divulgado?

Filip Kaczmarek (PPE), *por escrito*. – (PL) Senhoras e Senhores Deputados, as notícias que nos chegam do Haiti são chocantes. Trata-se de uma das catástrofes mais horríveis de que jamais ouvimos falar. No entanto, já podemos extrair algumas conclusões que poderão ser úteis no futuro. Vê-se claramente que os mecanismos de coordenação da ajuda humanitária não são os melhores. A ajuda aos haitianos teria sido mais eficaz se os doadores de ajuda humanitária pudessem ter utilizado meios melhores de coordenar o seu trabalho. Melhorar a cooperação não é um assunto que diga respeito apenas à União Europeia, porque para fazer progressos nesta área é necessário haver uma análise e acção construtivas por parte de todos os principais doadores. Em situações como a que se está a registar no Haiti hoje, o que é importante é a rapidez, adequação e elasticidade. Hoje não é o momento apropriado para deliberar, por exemplo, sobre quem deverá controlar o aeroporto da capital do Haiti. Isso é sem dúvida importante, mas as decisões sobre a utilização de soluções específicas devem ser tomadas noutra altura. Agora, devemos fazer o possível por nos concentrarmos no objectivo mais importante - salvar vidas humanas.

Alan Kelly (S&D), *por escrito*. – (EN) O recente terramoto no Haiti mostra a todos nós como pode ser frágil a vida neste planeta. Todos nos comovemos com as imagens e as histórias que os meios de comunicação social nos têm transmitido nos últimos dias. A reacção da comunidade internacional a esta catástrofe natural tem sido extraordinária e felicito todos aqueles que estão a contribuir no terreno para o esforço de ajuda humanitária ou a financiá-lo do seu país. Serão necessárias várias gerações para o povo do Haiti recuperar inteiramente daquilo que se espera que seja um acontecimento único na sua vida. É importante que esta Assembleia se mostre solidária para com estas pessoas. Gostaria que a União Europeia pudesse desempenhar um papel de liderança, dando à população do Haiti a esperança de um futuro melhor. A ajuda de emergência a curto prazo tem de ser apoiada por energia a longo prazo destinada a ajudar as gerações futuras a recuperarem desta terrível provação. A forma como os deputados desta Assembleia - deputados de todos os grupos políticos - reagiram até à data tem sido extremamente animadora. Aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar com os meus colegas para fazer o que me for possível pela população do Haiti. A UE tem de procurar ser um exemplo e mostrar que as pessoas que se encontram numa boa situação estão sempre dispostas a ajudar aquelas que se encontram numa situação mais desfavorecida.

Joanna Katarzyna Skrzydlewska (PPE), *por escrito*. – (PL) Senhor Presidente, todos os dias nos chegam informações trágicas sobre o sismo devastador no Haiti. Estas notícias mostram de uma maneira muito clara que o Haiti, lançado no caos total e sem apoio, não está a conseguir fazer face aos efeitos desta terrível tragédia.

Toda a comunidade internacional, incluindo a União Europeia, tem a obrigação de conceder ajuda humanitária às vítimas desta catástrofe, que ficaram totalmente destituídas de bens de primeira necessidade. Por conseguinte, gostaria de lançar um apelo veemente no sentido de as estruturas adequadas da União Europeia tomarem medidas imediatas e efectivas com vista a enviar, o mais rapidamente possível, ajuda e apoio essenciais para combater os efeitos do terramoto no Haiti.

5. Situação no Irão (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão sobre a situação no Irão.

Catherine Ashton, *Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão.* – (EN) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esta é uma importante oportunidade para falar sobre a situação no Irão.

A União Europeia deseja manter relações normais com o Irão, e os nossos esforços no que respeita à questão nuclear fazem parte disso. Neste contexto, irei dar continuidade, na minha qualidade de Alta Representante, ao papel desempenhado pelo meu antecessor, Javier Solana, nas conversações internacionais com o Irão.

O Irão é um país importante com uma história profunda e uma cultura rica, e uma população extraordinariamente talentosa. Os filmes e livros que estão a sair do Irão são impressionantes, o nível de educação das mulheres é elevado, há capacidade de debate público e a população jovem é entusiasta e activa. Em muitos aspectos, a sociedade iraniana apresenta as características e possui a capacidade de uma sociedade livre. A ameaça à sociedade tem estado patente na agitação que se seguiu ao que muitas pessoas no Irão consideraram ser eleições fraudulentas no ano passado. Este é, evidentemente, um assunto que diz respeito aos Iranianos. A nossa preocupação é que as normas e critérios internacionais em matéria de direitos civis e políticos sejam respeitados.

Quanto a este aspecto, estou profundamente preocupada com as notícias sobre a repressão violenta de manifestações e as detenções arbitrarias em Teerão e noutras cidades iranianas durante as recentes celebrações do Dia de Ashura, no final de Dezembro. O emprego da violência contra manifestantes que tentavam exercer a sua liberdade de expressão e os seus direitos de reunião não é aceitável. Trata-se de direitos humanos universais que têm de ser respeitados, e as pessoas que foram detidas por exercerem pacificamente esses direitos devem ser libertadas.

Observo, também, com profunda preocupação que muitas detenções parecem ter visado defensores dos direitos humanos e jornalistas, e que está a ser negado a muitos detidos o acesso a representação por um advogado e o contacto com as suas famílias. O Irão tem de respeitar as obrigações internacionais e tratar as pessoas detidas em conformidade com as normas internacionais relativas aos direitos humanos.

Uma outra questão recente é a detenção de mais 12 membros da comunidade religiosa Baha'i. É necessário que seja garantido a essas pessoas um julgamento justo, aberto e imparcial, em conformidade com as normas internacionais.

A UE não tem perdido uma única oportunidade de pedir ao Governo iraniano para respeitar as obrigações internacionais que assumiu livre e voluntariamente. Emitimos declarações públicas e utilizamos outros meios diplomáticos. Trabalhamos através das Nações Unidas: a Assembleia-geral aprovou uma resolução condenando a situação ainda no mês passado. Iremos aproveitar inteiramente a próxima análise sobre o Irão a realizar no Conselho de Direitos Humanos em Genebra, no princípio de Fevereiro.

Relativamente à questão nuclear, lamentamos que Teerão não tenha dado continuidade à última reunião entre Javier Solana e Saeed Jalili, o principal negociador, em 1 de Outubro, em Genebra. Todos considerámos que a reunião foi positiva. Mas, na verdade, o Irão rejeitou agora um projecto de acordo proposto pela Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) e tem-se recusado a realizar as conversações sobre a questão nuclear.

A UE e os seus parceiros nas negociações estão todos empenhados em encontrar uma solução diplomática para a questão nuclear iraniana, e, para esse efeito, teremos de continuar a adoptar uma dupla abordagem. Necessitamos de um empenhamento sério por parte de Teerão em conversações significativas.

O nosso objectivo continua a ser aumentar a confiança em que o programa nuclear se destina a fins exclusivamente pacíficos. O défice de confiança acentuou-se ainda mais com a revelação de que o Irão tem estado a construir uma outra unidade de enriquecimento, sem ter informado atempadamente a AIEA. Além

disso, o Irão continua a não cooperar inteiramente com a AIEA e a não respeitar as suas obrigações internacionais.

É vital que a UE e a comunidade internacional se mostrem unidas neste esforço de negociação, nomeadamente apoiando-o com medidas apropriadas. Uma unidade o mais ampla possível é fundamental se quisermos atingir o nosso objectivo.

Se o Irão adoptar um rumo mais construtivo em relação à questão nuclear e à estabilidade regional em geral, poderá desempenhar um papel importante na região do Médio Oriente e do Golfo, que reflecta o seu lugar justo e a sua história notável.

Para concluir, os desafios que o Irão representa pesam muito na minha pasta. Trata-se de um país com um enorme potencial e temos manifestado repetidas vezes a nossa disposição em interagir com o Irão. Continuarei a sustentar esta posição. Espero sinceramente que, durante o meu mandato, eu possa regressar a esta Assembleia para apresentar um panorama mais positivo das relações com o Irão.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, *em nome do Grupo PPE*. – (ES) Senhora Baronesa Ashton, a Senhora Baronesa tem toda a razão em estar preocupada, porque a situação no Afeganistão é extremamente grave, especialmente do ponto de vista dos direitos humanos. Refiro-me particularmente aos direitos cívicos e às liberdades políticas, onde assistimos a uma degradação verdadeiramente incrível: exercício arbitrário da violência, detenções em massa de membros da oposição, assassinios, execuções, organizações não-governamentais impedidas de fazer o seu trabalho, e a impossibilidade de exercício da liberdade de imprensa, tendo, inclusive, uma delegação do Parlamento Europeu sido proibida de entrar no país.

Senhor Presidente, tendo em conta as presentes circunstâncias, pergunto-me se neste momento vale a pena visitar o país.

Senhora Baronesa Ashton, os comentários da Senhora Baronesa sobre a frente nuclear foram muito claros e também muito directos: o Irão continua a produzir urânio enriquecido, não obstante as advertências da comunidade internacional, tendo rejeitado a mão estendida que lhe apresentou o Presidente Obama, bem como o último plano sugerido pelos Seis, que envolvia a Rússia e a França.

A minha pergunta, Senhora Baronesa Ashton, é muito simples: a Senhora Baronesa crê que já esgotámos toda a nossa paciência com este país? Pensa que agora devíamos avançar para a adopção de medidas mais duras ou, pelo contrário, considera que uma abordagem suavezinha é o melhor processo de negociar com o regime iraniano?

Gostaria de lhe dizer, Senhora Baronesa Ashton, que aplaudo sinceramente a sua declaração a favor da defesa dos direitos humanos nesse país. As transgressões são extremamente graves, e eu creio, Senhor Presidente, que o Parlamento deve condenar, sem rodeios, a situação dos direitos humanos no país, esperando eu que possa fazê-lo mediante a aprovação da resolução relativa a este assunto. Cumpre que o Parlamento continue a manter-se firme, muito firme, na sua incansável defesa da liberdade.

Roberto Gualtieri, *em nome do Grupo S&D*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, perante a evolução da situação no Irão, não podemos deixar de manifestar sérias preocupações relativamente às crescentes violações dos direitos políticos e cívicos, que condenamos firmemente, e preocupações com a incapacidade de o Irão desempenhar as obrigações decorrentes do facto de ser signatário do Acordo de Não-Proliferação, que o próprio país afirma não querer pôr em causa.

Não duvidamos do direito do Irão a desenvolver energia nuclear para fins pacíficos, nem tencionamos subestimar o importante papel que o Irão pode desempenhar a nível regional, nem da legitimidade das suas exigências de segurança, ou da necessidade de criar um sistema credível de segurança regional que envolva todas as potências nucleares da zona. É precisamente por esse o motivo, porém, que não compreendemos as razões da sua incapacidade de aceder ao pedido da Agência Internacional de Energia Atómica de que o urânio seja enriquecido fora do país, decisão que lamentamos.

Perante esta situação, cabe ao Conselho de Segurança decidir a resposta da comunidade internacional e a possibilidade de novas sanções, que deveriam concentrar-se na não-proliferação e ser concebidas para constituir um instrumento destinado a apoiar o percurso do difícil, mas inevitável, diálogo, e não concebidas, nem usadas, para derrubar o regime.

Relativamente a este percurso da acção, a União Europeia deveria desempenhar o seu papel, pensando, no momento adequado e sob a forma adequada, em medidas técnicas possíveis para complementar as sanções

da ONU, confirmando simultaneamente a sua disponibilidade para o debate e o diálogo, disponibilidade que jamais se deveria perder, mesmo em tempos difíceis.

Vamos apoiar plenamente qualquer acção por parte da União Europeia e da Alta Representante, de acordo com a abordagem que esta estabeleceu inequivocamente na sua intervenção.

Marietje Schaake, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, no Verão passado, fui eleita para o Parlamento Europeu por criticar o meu próprio Governo. Se no Irão uma mulher jovem tivesse feito o mesmo, há muito que, provavelmente, teria sido morta, detida, torturada e violada.

Graças aos novos meios de comunicação, todos vimos os videoclipes da maneira brutal como o regime iraniano reprime os cidadãos que defendem pacificamente a democracia e a liberdade. A recente detenção de repórteres dos direitos humanos pelos serviços secretos da Guarda Revolucionária mostra que o regime iraniano tem um interesse cada vez maior em isolar o país. Os jornalistas internacionais confiavam cada vez mais nos relatórios desses jornalistas.

Ontem foi o Dia de Martin Luther King, o dia em que recordámos solenemente um homem que, também ele, marchou ao longo das ruas em manifestações pacíficas, e disse: "Um tempo virá em que o silêncio será traição". Senhora Alta Representante, esse tempo já chegou há muito.

O Presidente Barack Obama interrompeu as suas férias de Natal para se pronunciar contra ataques ainda mais brutais a cidadãos após o dia de Ashura. Na dupla abordagem proposta para o Irão, equilibrando a questão nuclear e os direitos humanos, os Estados Unidos estão a dar cada vez mais realce aos direitos humanos. A Europa deveria assumir neste caso uma posição mais forte de liderança, e não apenas quando é politicamente seguro fazê-lo.

A catástrofe do Haiti constitui uma tragédia terrível, e eu congratulo-me com o facto de estarmos a tomar providências. Todavia, até ao momento, a catástrofe provocada pelo Homem que está em curso no Irão ainda não foi enfrentada com capacidade de chefia e coordenação por parte da União Europeia. Uma delegação deste Parlamento deveria visitar o Irão no mês passado. O regime, porém, não quis que víssemos com os nossos próprios olhos a sua fraqueza e a sua divisão. É mais do que tempo de a Europa tomar uma atitude relativamente ao Irão, e o mundo está à espera.

O actual regime do Irão, que perdeu a sua legitimidade e se encontra dividido internamente, é um actor credível em negociações? Que medidas propõe a Senhora Alta Representante se adoptem na questão nuclear que visem o Governo sem prejudicar a população? A Senhora Alta Representante está disposta a convocar na Europa conversações de emergência sobre o Irão?

Como utilizará o instrumento da UE para os direitos do Homem, de molde a garantir que os direitos humanos continuarão a constituir a prioridade da Europa? Pessoalmente, creio que temos necessidade de apoiar os cidadãos, a sociedade civil e os jornalistas. O programa "Cidade-Abrigo" proposto pela Presidência checa, pode constituir um instrumento útil para apoiar na Europa os iranianos ameaçados.

Em entrevistas à Senhora Comissária Kroes, perguntei-lhe se está disposta a trabalhar com a Senhora Baronesa Ashton para fazer da liberdade de expressão na Internet uma parte integrante da política externa da Europa. Agora, pergunto o mesmo à Senhora Baronesa.

Barbara Lochbihler, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, o Parlamento Europeu tem seguido com toda a atenção os acontecimentos ocorridos no Irão, tanto no domínio da política interna, como no domínio da política externa. A delegação para o Irão tem participado num diálogo com os representantes do Governo e da sociedade civil, tendo feito preparativos para se deslocar ao Irão no início do mês, muito embora, infelizmente, essa viagem tenha sido cancelada a curto prazo.

Precisamente o descontentamento com as eleições fraudulentas e com o constante aumento da repressão e da violência estatal tinham levado a sociedade civil iraniana a voltar-se para o Parlamento Europeu. Na sua corajosa atitude, eles estão à procura do nosso apoio para a protecção das liberdades democráticas e a convidar-nos a encarar a sério os nossos próprios valores fundamentais. Os protestos são muitos e continuam. O Governo iraniano está a ser convidado a dar respostas políticas a estas questões por resolver. Não obstante, em vez disso, assistimos a um aumento das piores violações dos direitos humanos, como tortura e violações dos detidos, e ouvimos falar em mortes de manifestantes, ao mesmo tempo que têm lugar julgamentos injustos.

Muitos iranianos esperam que não só vigiemos cuidadosamente a política externa e o programa nuclear, mas que também observemos atentamente e que tomemos providências no que diz respeito à situação política no Irão. É de aplaudir o facto de países como a Espanha e a Irlanda estarem preparados para emitir, sem burocracias, vistos aos defensores dos direitos humanos vítimas de perseguições, ajudando-os desse modo a fugir a um perigo iminente. Outros Estados-Membros deveriam seguir-lhes o exemplo, devendo nós também solicitar à Comissão que proporcionasse ajuda rápida aos perseguidos políticos.

É pouco o que podemos fazer do exterior. As mudanças cruciais devem proceder do interior do próprio país. Nós, porém, devemos manter abertos os canais de comunicação para o mundo exterior. Nesse contexto, não podemos deixar de ser altamente críticos em relação a empresas estrangeiras, como a Siemens e a Nokia, cuja tecnologia está a possibilitar e, inclusive, a tornar mais eficiente, o exercício da censura.

Uma vez que nas negociações sobre a questão nuclear se não chegou a qualquer acordo, fala-se cada vez mais em impor sanções. Não está claro, porém, que sanções teriam o desejado efeito sobre os dirigentes políticos. Se essas sanções levarem a um agravamento dos níveis de vida de grande número de pessoas, como aconteceu, por exemplo, com as sanções no caso do petróleo, elas não alcançarão o seu objectivo, e darão ao regime oportunidade para culpar pelo agravamento da situação económica aquilo a que designaria como o "hostil mundo exterior".

É, por conseguinte, muito importante criar sanções inteligentes e com um objectivo definido, inclusive contra indivíduos. O Conselho pode, por exemplo, elaborar uma lista negra de pessoas responsáveis pelas medidas repressivas dos últimos meses. O que é crucial na política da UE para o Irão é criarmos, e mantermo-nos fiel a ela, uma política de via dupla. Não obstante os maus acolhimentos, temos de procurar manter um diálogo político. Isolar o Irão não ajudaria nem o povo iraniano, nem os seus vizinhos da região.

Charles Tannock, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, a meu ver, a implacável ambição do Presidente Ahmadinejad de desenvolver armas nucleares representa, actualmente, a mais grave ameaça à paz mundial.

Apenas mediante uma abordagem unida e coordenada poderá, eventualmente, a diplomacia da UE ter êxito. Cumpre que agora as novas sanções sejam orientadas e que sejam extremamente prejudiciais para o regime de Teerão. Do mesmo modo, porém, devíamos reconhecer que o povo do Irão e o regime do Irão não são uma e a mesma coisa.

Desde que, no ano passado, Ahmadinejad roubou as eleições presidenciais, temos assistido à saída para as ruas de grande número de dissidentes e de corajosos jovens manifestantes. Estas pessoas têm necessidade do nosso apoio, na medida em que se identificam com os nossos valores de liberdade, democracia e Estado de direito. Na realidade, no Irão, é tal o desespero que o dirigente da oposição, Mir Hossain Musavi, que no passado dificilmente podia ser considerado um democrata, declarou estar preparado para sacrificar a própria vida pelo bem do seu país, no futuro. Entretanto, revoltantes violações dos direitos do Homem prosseguem continuamente, uma vez que adolescentes e homossexuais são executados por rotina.

Nós, deputados desta Casa, ansiamos por ver um Irão democrático e livre, que já não exporte terrorismo através do Hamas e do Hezbollah, e assuma o lugar que lhe compete na comunidade internacional. A UE deveria redobrar os seus esforços para acelerar esse processo por todos os meios possíveis.

Bastiaan Belder, *em nome do Grupo EFD*. – (NL) Senhor Presidente, na semana passada, os meios de comunicação social apresentaram-me com uma embaraçosa afirmação: mais cedo ou mais tarde, Israel, afirmam, vai atacar o seu arqui-inimigo Irão. Enquanto este debate estava em curso na Europa, os meios de comunicação social do Irão também estavam a discutir intensamente as opções militares contra o controverso projecto nuclear de Teerão. Tudo mentiras e exageros sionistas, foi o veredicto do jornal conservador "Kayhan" a respeito da pretensa ameaça nuclear. Entretanto, não há dúvida de que o programa nuclear da República Islâmica representa uma séria ameaça para a segurança - em primeiro lugar, para Israel, mas também para a região, mais alargada. Ainda espero, por conseguinte, que a comunidade internacional já não se limite a reconhecer este facto, mas que tome, realmente, providências a este respeito. A meu ver, cumpre que todas as opções a este respeito estejam na mesa. Um regime eficaz de sanções, que ainda ontem a Chanceler alemã, Angela Merkel, estava a exigir, significará, de qualquer modo, que o Estado judaico de modo algum terá de actuar unilateralmente.

Isto leva-me a uma pergunta crucial ao Conselho e à Senhora Alta Representante. Existe, de facto, a nível europeu, qualquer fundamento para o rigoroso agravamento das sanções contra o regime iraniano? Estreitas relações comerciais entre alguns proeminentes Estados-Membros da UE - não tenho necessidade de citar

nomes, uma vez que, tanto o Conselho como a Senhora Alta Representante, também devem saber quem são - e a República Islâmica poderiam sempre constituir importantes obstáculos para enfrentar seriamente a questão nuclear. Ao longo das últimas semanas, o jornal *The Wall Street Journal* tem publicado a este respeito alguns artigos de opinião tão incisivos que praticamente constituem outras tantas acusações contra a Europa. Em resumo, Senhora Baronesa Ashton, existe algum fundamento para tornar mais rigorosas sanções eficazes contra a República Islâmica do Irão? Fico a aguardar a resposta da Senhora Baronesa.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, especialmente os últimos acontecimentos têm deixado bem claro que, do ponto de vista europeu, no Irão, o tratamento das liberdades cívicas tem inequívocas deficiências. A pena de morte imposta aos manifestantes condenados recentemente constitui um indício do modo diferente como os direitos do homem e a sua observância são tratados nesse país. É igualmente importante sublinhar, porém, que a política externa da UE não deve ser assimétrica, uma vez que frequentemente, de boa vontade fazemos vista grossa a essas coisas, quando se trata de parceiros importante, do ponto de vista económico e geoestratégico - como é o caso da China ou talvez da Arábia Saudita -, não obstante o facto de também nesses países terem lugar desvios graves das nossas ideias europeias de democracia e de Estado de direito.

Na qualidade de membro da delegação para o Irão, é minha especial preocupação que seja retomada o mais rapidamente possível a viagem adiada ao Irão, de molde a melhorar as comunicações bilaterais com a UE e, desse modo, contribuir possivelmente também, através do diálogo, para acalmar a dramática situação existente no Irão.

Lena Kolarska-Bobińska (PPE). – (PL) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, a situação interna do Irão está a agravar-se dramaticamente de dia para dia e de semana para semana. Os direitos humanos estão a ser brutalmente violados perante os nossos olhos e estamos a assistir a terror de um tipo que durante décadas não tivemos de enfrentar. Uma vaga de repressão governamental sem precedentes está a tentar silenciar os que lutam por reformas democráticas no Irão. Na luta contra os seus cidadãos, o Governo está a usar também os jovens armados e especialmente treinados da milícia Basij.

Cumpramos que o Parlamento Europeu condene o uso excessivo da força e as crescentes violações dos direitos humanos pelo Governo. É igualmente inadmissível o uso da pena de morte contra a oposição, inclusive sob pretexto do crime de "moharebeh", de ofensa a Deus. A União Europeia tem, por conseguinte, necessidade de uma nova abordagem da situação no Irão. A Alta Representante da União Europeia, Baronesa Catherine Ashton, deveria enviar uma mensagem enérgica e clara aos cidadãos do Irão, confirmando-lhes o nosso desejo de defender os direitos humanos.

A questão das armas nucleares é extremamente importante. Todavia, não devíamos deixar de defender os valores fundamentais simplesmente para adquirirmos uma vantagem táctica nas negociações. Nas conversações com o Irão, não devemos marginalizar o Estado de direito, a liberdade de expressão ou o direito à informação, valores que não devem ser tratados como sendo de somenos importância.

Venho da Polónia onde, há mais de vinte anos, em 1989, a tirania deu lugar à democracia. Isto aconteceu graças à acção não violenta do Solidariedade, movimento da oposição, e ao diálogo pacífico entre o Governo e o povo. Agora, não vejo melhor maneira de os habitantes do Irão progredirem.

Ana Gomes (S&D). - A questão iraniana é das mais importantes da política internacional contemporânea. Tudo deve ser feito para impedir que o regime iraniano, que tão nocivo tem sido para a paz e a segurança no Médio Oriente, tenha acesso à arma nuclear.

Mas o papel da União Europeia nas relações com o Irão não se pode esgotar na questão nuclear. Assistimos, desde as eleições manipuladas em Junho, a um movimento popular contra a natureza repressiva obscurantista e antidemocrática do regime iraniano.

A Europa deve ser consistente na promoção dos valores universais dos direitos humanos por que tantos estão a arriscar a vida nas ruas de Teerão. Sem nunca pôr em causa o direito soberano do povo de decidir sobre o seu próprio destino, é imperativo que a União Europeia tome iniciativas que reforcem os que se batem pela liberdade e democracia no Irão. E nada mais decisivo do que meios de informação livres e alternativos contra a censura de que se socorrem todos os regimes opressores.

Nesse sentido, esperamos a rápida entrada em operação do canal televisivo em farsi, adjudicado pela Comissão Europeia à Euronews.

Nesse sentido também, esperamos que a Sra. Baronesa Ashton, como nova Alta Representante, avance com iniciativas criativas que contribuam para a abertura política no Irão, tendo em conta as recomendações de todos aqueles que se têm batido por um Irão livre, incluindo exilados iranianos.

É esta preocupação com o futuro político do Irão que deve orientar quaisquer novas sanções que venham a ser decididas no contexto da questão nuclear. Tal como a intelectual iraniana Akbar Ganji explicou aqui, no Parlamento Europeu, é imperativo evitar sanções económicas que enfraqueçam o povo e, em particular, a classe média iraniana, que é o núcleo duro do movimento oposicionista.

Nada contribuirá mais para a segurança do Médio Oriente, da Europa e do mundo do que uma democracia iraniana construída por iranianos. Este tem de ser um objectivo a assumir pela União Europeia.

Frédérique Ries (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, o Irão está, indubitavelmente, a atravessar a crise mais grave da sua história desde 1979, por causa deste regime, que é resistente a qualquer mudança e que, desde a farsa eleitoral de 12 de Junho de 2009, aumentou o número de assassinios específicos de opositores, de rusgas e detenções de manifestantes pacíficos, bem como de jornalistas.

No início do debate, a Senhora Baronesa Ashton mencionou os relatórios das ONG, relatórios catastróficos, a este respeito, sem mesmo se referir à paródia de justiça imposta a uma mulher francesa, Clotilde Reiss, e à minoria Baha'i - sete membros da qual têm estado a ser julgados em Teerão desde a passada segunda-feira e correm o risco de serem condenados a prisão perpétua, simplesmente pelo facto de a sua religião ser diferente da religião do actual governo.

O relatório é desapiedado, as eleições presidenciais não alteraram o que quer que fosse, ou antes: radicalizaram ainda mais, se possível, o regime iraniano; regista-se também radicalização relativamente ao mundo exterior, com uma mudança súbita das autoridades iranianas no que diz respeito ao projecto de acordo nuclear negociado em Outubro de 2009 em Viena.

Quando vamos considerar falar - quer dizer, falar aqui - de sanções inteligentes e específicas, como aquelas a que se referiu a senhora deputada Lochbihler, sanções, por conseguinte, contra este regime, que é abertamente anti-Occidente e anti-semita? Bem sei que isto é uma pequena oportunidade, Senhora Baronesa Ashton, mas não pensa que aqui devemos fazer mais e melhor, que devemos ajudar os jovens iranianos, que estão a manifestar a sua indignação na Internet, que devemos denunciar os recorrentes apelos à destruição do Estado de Israel e, sobretudo, que devemos apoiar a sociedade civil e a oposição, este movimento democrático que está a desafiar este Presidente, ladrão de votos, e as suas milícias?

Tenho plena consciência de que devemos evitar uma escalada, mas de que também temos de evitar evasivas e não repetir o erro que cometemos no Afeganistão, onde a Europa foi incapaz de proteger o Comandante Massoud. É nosso dever apoiar os dirigentes da oposição iraniana, de molde a eles escaparem a um destino semelhante.

Fiorello Provera (EFD). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a situação interna do Irão continua a deteriorar-se.

Pelo menos oito pessoas foram mortas recentemente, o regime intensificou as detenções de mulheres - jornalistas, sindicalistas e intelectuais femininas -, tendo sido presas 30 mães que pediam notícias dos filhos desaparecidos, e reiteradamente profanado por balas de armas de fogo o túmulo da jovem mártir da liberdade, Neda Agha-Soltan. É evidente que o regime tenciona aumentar a repressão e estabelecer um clima de terror.

A acrescentar a esta situação interna, o Irão demonstra falta de cooperação a nível internacional, recusando à Agência Internacional de Energia Atómica acesso aos locais de enriquecimento de urânio, o que demonstra sem sombra de dúvida as verdadeiras intenções do programa atómico iraniano. Se elas fossem meramente pacíficas, não haveria necessidade de as ocultar.

A Europa deveria, por conseguinte, manifestar energicamente as suas preocupações, porquanto uma potência militar atómica podia pôr em perigo a segurança do continente e ter importantes consequências políticas para todos os países da região.

Martin Ehrenhauser (NI). – (DE) Senhor Presidente, mesmo que o conflito do Irão pareça muitas vezes ser uma luta pelo poder entre o antigo e o novo sistema estabelecido, continua a ser evidente que este sistema social extremamente fechado apresenta fendas muito óbvias. A situação no país constitui, indubitavelmente, prova da importância da democracia, designadamente, da capacidade de cada cidadã ou cidadão isolado expressar a sua vontade política.

Aqueles que no Irão têm responsabilidade política estão actualmente a responder a esta legítima vontade política da sociedade com repressão por parte do Estado, que vai até à pena de morte. Cumpre pôr imediatamente termo a estes atentados contra os cidadãos, uma vez que a repressão por parte do Estado não porá fim a esta vontade da sociedade. Pelo contrário, como nos mostra a longa história do Irão.

Sobre a questão da planeada viagem da delegação do Parlamento Europeu a Teerão, que foi cancelada pelo Governo iraniano à última hora, gostaria de dizer apenas que, nesta altura, essa viagem era realmente importante para, acima de tudo, preparar as conversações e os diálogos com todos, inclusive e particularmente, com os cidadãos locais e a sociedade civil.

Philippe Juvin (PPE). – (FR) Senhor Presidente, os Iranianos declararam estar dispostos a proceder a uma troca gradual de urânio fracamente enriquecido por combustível. Muito embora não fosse assim tão diferente da proposta que esse mesmo grupo tinha apresentado pouco tempo antes, este tipo de proposta foi rejeitada pelo Grupo dos Seis.

De modo algum subestimo as capacidades de negociação dos Iranianos, especialmente no que diz respeito ao carácter progressivo da troca que eles propunham. Todavia, Senhora Baronesa Ashton, considerando o que está em jogo, não pensa que esta recusa do Grupo dos Seis talvez pudesse ter sido objecto de uma tomada de posição comum exigente da União Europeia? Por que não aproveitámos esta oportunidade?

Gostaria de que a Senhora Baronesa nos dissesse o que pensa sobre este assunto. Confesso que estou muito perplexo com a discrição da Europa neste debate. Temos legitimidade, a Europa tem legitimidade. Usemo-la para ajudar a chegar a um acordo.

María Muñiz De Urquiza (S&D). – (ES) A minha primeira intervenção no Parlamento, em Junho do ano passado, foi sobre o Irão, na esteira da última vaga de execuções. Nessa altura, exortei a União Europeia a fazer uso de todos os instrumentos ao seu dispor para proteger os direitos humanos.

Agora, verificamos que prossegue a repressão contra a minoria religiosa Baha'i, contra os homossexuais - e eu apelo particularmente à libertação de homossexuais detidos, e em alguns casos condenados à morte -, contra a oposição - com mais de 2 500 opositores encarcerados -, contra a liberdade de imprensa - só nesta segunda-feira, assistimos ao encerramento do jornal *Farhang-e-Ashti* por ter publicado uma declaração de Mir Hossein Mousavi, chefe da oposição -, e contra a minoria curda.

O Irão continua a figurar na agenda europeia como um grande desafio, e não meramente por causa da ameaça nuclear: contra isso já a comunidade internacional está a tomar providências. O desafio é constituído pelo facto de o Irão ter uma enorme capacidade de exercer influência praticamente em todos os domínios em que estão a ser envidados esforços para encontrar uma solução pacífica e diplomática no Próximo Oriente, bem como no Iraque e no Afeganistão.

Através das suas acções repressivas, o Irão está a destruir todas as oportunidades de normalizar das suas relações estrangeiras, de molde a poder ser aceite pela comunidade das nações e poder desempenhar um papel construtivo nas relações internacionais.

Essa é a situação que nós, Socialistas, desejamos, mas que apenas pode ser alcançada se o Irão cumprir os seus compromissos internacionais, a principiar pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. Nos termos desse pacto, o Irão tem de reconhecer os partidos políticos, sindicatos, organizações não-governamentais, o direito de associação, a liberdade de expressão, etc.

O apoio e a solidariedade da União Europeia, a que agora apelo em nome daqueles que reivindicam mais direitos, e para os que são vítimas da repressão do regime, não podem ser confundidos com qualquer tipo de interferência ocidental. Pelo contrário, representam o desejo de que o Irão cumpra um mínimo dos requisitos necessários para poder negociar com o resto do mundo.

Marco Scurria (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nas publicações e nos sítios Web da União Europeia, afirmamos muitas vezes que os direitos do Homem são o coração do processo de integração europeia e o elemento essencial das suas relações externas.

Os países que concluíram acordos políticos ou comerciais com a União Europeia são forçados a respeitar esses direitos. Senhora Baronesa Ashton, temos de nos perguntar a nós próprios se esses requisitos ainda existem nas nossas relações com o Irão e se faz realmente sentido enviarmos uma delegação a Teerão sem acordarmos com o Governo iraniano um programa que ambas as partes aprove, um programa que nos permita escutar também os argumentos e as opiniões da oposição.

Relativamente ao que podemos fazer, devemos, porém, ser cuidadosos inclusive ao falarmos de sanções, porque a história demonstra que as sanções económicas e comerciais reforçaram os regimes, em vez de os enfraquecer e que, de facto, enfraqueceram o povo e, sobretudo, enfraqueceram os mais pobres. Quando, como delegação, ouvimos certas pessoas, e escutámos testemunhos respeitantes aos direitos das mulheres e das minorias no Irão, elas disseram-nos que talvez fosse melhor impor sanções simbólicas, como, por exemplo, sanções culturais.

Recentemente, muitos representantes e intelectuais de toda a Europa escreveram a exigir à Unesco que não realizasse em Teerão o Dia Mundial da Filosofia. Penso que isto podia constituir um compromisso assumido também por este Parlamento, recordando que Neda Agha-Soltan foi uma estudante, com uma licenciatura em filosofia, e que esse símbolo podia unir o Parlamento Europeu na sua exigência à UNESCO de tomar essa providência.

Sergio Gaetano Cofferati (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ao longo das últimas semanas, temos visto o Governo iraniano, ou o regime iraniano, a cometer graves violações dos direitos humanos e das mais fundamentais liberdades democráticas.

Logo, para este Parlamento e para a Europa, a questão já não é simplesmente a das suas relações com um país que está a pensar numa política nuclear fora das regras admitidas e dos elementos de controlo específicos que, em regra, são estabelecidos para o efeito pela comunidade internacional. Há algo de novo, ou algo de velho está a agudizar-se mais, relacionado com uma questão ainda mais preocupante: os direitos humanos.

Pessoalmente, estou convicto de que o Irão podia, potencialmente, desempenhar um papel muito mais importante na região onde se encontra situado. Todavia, esta nova vaga de violações de direitos deve, creio eu, constituir uma prioridade para nós e para a Alta Representante. A repressão pelo Governo não calou as vozes dos dissidentes democráticos. Agora é oportuno que a comunidade internacional desempenhe um papel activo e preste ajuda aos que se opõem ao regime e acreditam que os seus direitos fundamentais devem ser respeitados.

Devíamos, portanto, garantir ali uma presença permanente. A delegação do Parlamento Europeu pode, mediante a identificação de objectivos muito exactos, deslocar-se ao Irão para mostrar a sua solidariedade aos democratas iranianos, e de modo algum apoiar, mesmo involuntariamente, a repressão por parte do Governo iraniano. Penso que devíamos discutir isto mais em pormenor e realizarmos o nosso intento.

Monica Luisa Macovei (PPE). – (EN) Decidi usar a maior parte do meu tempo e esta intervenção para destacar os nomes de pessoas, que, alegadamente, se encontram detidas no Irão, algumas das quais condenadas à morte por criticarem o regime político ou por defenderem os direitos civis.

Ali Mehrnia, Parviz Varmazyari, Majid Rezaei, Alireza Nabavi, Ali Massoumi e Shirin Alavi Holi encontram-se aparentemente detidos e condenados à morte, por '*Mohareb*', o que significa, por hostilidade contra Deus.

Trinta mulheres membros das Mães de Luto do Irão, cujos filhos foram mortos, desapareceram ou foram detidos na violência pós-eleições, estão a ser perseguidas.

Outras mulheres activistas, e respectivas famílias, que se encontram detidas: Atefeh Nabavi, Shabnam Madadzadeh, Mahsa Naderi, Fatemeh Ziaee Azad e Nazila Dashti.

Oito activistas do Comité dos Repórteres dos Direitos Humanos que se encontram detidos: Saeed Kalanaki, Saeed Jalalifar, Shiva Nazar-Ahari, Kouhyar Goudarzi, Saeed Haeri, Parisa Kakayi e Mehrdad Rahimi. Quatro outros entraram na clandestinidade, após terem sido convocados ao Ministério de Informação e de Segurança: Hesam Misaghi, Saeed Habibi, Navid Khanjani e Sepeher Atefi.

Outros, pertencentes à Associação dos Estudantes e Alunos Liberais, que se encontram detidos: Mehrdad Bozorg, Ehsan Dolatshah e Sina Shokohi.

O que estas pessoas têm em comum é o facto de terem comunicado, ou manifestado, as suas preocupações com a situação no Irão.

O que vai fazer a Comissão, ou o Conselho, em prol da libertação das pessoas que se encontram detidas por motivos políticos? Que financiamento proporciona a Comissão às ONG dos direitos humanos a trabalhar no Irão?

George Sabin Cutaş (S&D). – (RO) Pessoalmente, creio existirem grandes potencialidades de se estabelecerem estreitos laços económicos, culturais e políticos entre o Irão e a União Europeia. Todavia, essas potencialidades

mantêm-se inexploradas. As relações entre o Irão e a União Europeia deparam-se com grandes dificuldades quando se toca em assuntos sensíveis, como são os casos do programa nuclear ou dos direitos humanos.

Considero que a parte iraniana deve responder ao desejo de diálogo manifestado pela União Europeia. A sua recusa em dialogar só pode restringir o intercâmbio de ideias e de conhecimentos sobre assuntos de interesse mútuo. Devo recordar-lhes que a União Europeia é o principal parceiro comercial do Irão e que, tendo em conta o objectivo do Irão de aderir à Organização Mundial do Comércio, uma parceria comercial mais estreita com a União Europeia ajudaria o Irão a satisfazer os critérios da organização.

Todavia, enquanto os Iranianos derem mostras de falta de abertura à cooperação, não será possível um diálogo construtivo entre o Irão e a União Europeia.

Salvatore Tatarella (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, Senhoras e Senhores Deputados, a Senhora Baronesa traçou um quadro muito dramático da situação nesse grande país que tem uma grande história, uma grande cultura e uma grande civilização.

Há a supressão da dissidência e da oposição, há limitações gravíssimas dos direitos civis, há violações da liberdade, há um programa nuclear preocupante, e há a ameaça no que diz respeito a Israel e à paz.

Infelizmente, não compreendi que iniciativas tenciona a Europa implementar para pôr termo a esta situação, para defender a paz, a liberdade e os direitos civis. Espero que nas conclusões do debate a Senhora Baronesa possa fazer uma lista de alguns factos e de algumas iniciativas, de algumas posições a serem tomadas, e talvez também responder às sugestões do senhor deputado Scurria.

Senhor Presidente, quanto ao Parlamento, faço parte de uma delegação que se esforçou por obter autorização do Governo iraniano para se deslocar ao Irão, e que, quando deveria cancelar a viagem como medida de protesto, não pôde fazê-lo, e que também sofreu a humilhação de a sua visita ser proibida pelo Irão.

Sou a favor do diálogo com o Irão, mas o Parlamento italiano e a delegação devem explicar energeticamente a nossa posição relativamente à defesa da liberdade e dos direitos que se encontram ameaçados.

Sari Essayah (PPE). – (FI) Senhor Presidente, Senhora Vice-Comissária, o actual Governo do Irão viola ostensivamente os direitos humanos e espezinha os direitos fundamentais dos seus cidadãos. As provas mais recentes de esse facto são o assassinio de oito pessoas em conexão com o evento do dia da Ashura, e o facto de cinco membros da oposição se encontrarem neste momento a aguardar a sentença de morte.

O actual regime do Irão é a maior ameaça à paz mundial. É absolutamente incompreensível que a comunidade internacional tenha de assistir de longe, enquanto se permitiu ao Governo iraniano desenvolver calmamente um programa militar nuclear e menosprezar as opiniões da Agência Internacional da Energia Atómica. Aos actuais dirigentes do país é permitido ameaçar publicamente destruir outro Estado membro das Nações Unidas, Israel. Além disso, também apoiam o grupo terrorista Hezbollah, que se encontra activo na Líbia e na Síria.

De certo modo, estes acontecimentos lembram momentos de há 60 anos. Não temos de pensar sobre o que podíamos ter feito de modo diferente para podermos evitar o ódio. Hoje, porém, se tomarmos providências eficazes, podemos evitar que aconteça o mesmo.

Temos de principiar a impor, logo que possível, sanções económicas ao Governo iraniano. Estando a situação como está, seria melhor impedir a delegação da UE para o Irão de lá ir, uma vez que a viagem apenas iria ser explorada pelos *mullahs* para fins propagandísticos. Não esqueçamos: o problema, neste caso, não é tanto haver tanta perversidade - é mais o caso de os bons se manterem silenciosos.

Bogusław Sonik (PPE). – (PL) Senhor Presidente, o final do ano passado assistiu, no Irão, aos maiores protestos da oposição desde as demonstrações que se seguiram às eleições presidenciais de Junho, quando o Presidente no activo foi declarado vencedor. Nos confrontos com as forças de segurança, morreram oito pessoas, e centenas delas foram detidas. Estudantes apoiantes da oposição foram atacados nos terrenos da universidade, o que suscitou uma reacção por parte de 88 professores universitários, sob a forma de um apelo ao aiatola Khamenei para pôr termo ao uso de força contra os manifestantes.

A situação no Irão está a causar crescente alarme, inclusive a nível internacional. A imposição de sanções ao Governo de Teerão está a ser considerada pelos Alemães, cuja Chanceler, Angela Merkel, disse que o Irão não respondeu à proposta de cooperação do Ocidente, pondo termo ao seu programa nuclear. O Primeiro-Ministro de Israel também apelou à introdução, a nível internacional, de pesadas sanções contra o

Irão. Em sua opinião, um regime que tiraniza o próprio povo pode tornar-se, muito em breve, uma ameaça para todo o mundo.

Embora respeitando a soberania do Irão, devíamos sublinhar energeticamente a responsabilidade que cabe às autoridades do país de respeitar os direitos humanos, políticos e dos cidadãos, como também devíamos realçar o facto de que, ao exercer o seu direito de desenvolver o seu próprio programa nuclear, o Irão não deve, ao mesmo tempo, constituir uma ameaça para a segurança internacional. A paciência demonstrada pela comunidade internacional ao manter o diálogo com Teerão está agora a chegar ao fim. O mundo não deve ser mantido refém pela política agressiva e provocadora dos actuais dirigentes políticos do Irão. A Presidência espanhola e a chefe da diplomacia, Senhora Baronesa Ashton, deveriam encetar conversações sobre este assunto com a Rússia, para incluir Moscovo na política comum de pressão sobre o Irão.

Arnaud Danjean (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, os acontecimento do dia da Ashura e a repressão sangrenta das recentes manifestações no Irão demonstraram ser um erro crasso fazer uma distinção absolutamente artificial entre o endurecimento do regime a nível interno e a política inflexível que pratica a nível externo, particularmente no que se refere à questão nuclear iraniana.

Consequentemente, a perspectiva de sanções adicionais parece inevitável, ou mesmo desejável. Gostaria de conhecer o ponto de vista da Senhora Baronesa a respeito do calendário e da natureza das possíveis sanções, precisamente para podermos estabelecer uma ligação indiscutível entre os acontecimentos ocorridos a nível interno no Irão e a questão nuclear.

Potito Salatto (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não pretendo continuar a fazer uma lista das razões do nosso desacordo com o Governo iraniano.

Uma vez que não foi aqui referida, vou realçar apenas uma das mais graves violações dos direitos civis, que diz respeito aos jovens. Não obstante ter subscrito a Convenção sobre os Direitos das Crianças das Nações Unidas, o Governo iraniano continua a impor a pena capital a menores.

Após este debate, gostaria, em primeiro lugar, de que a Senhora Baronesa Ashton assumisse o encargo de estabelecer uma abordagem comum para toda a Europa e para todo o Parlamento Europeu dos acontecimentos ocorridos no Irão e, em segundo lugar, que a delegação parlamentar para as relações com o Irão tome nota de que deve mudar a sua orientação.

Juntamente com os meus amigos senhor deputado Scurria e senhor deputado Tatarella, apresentei um protesto junto da delegação, que, numa declaração oficial, declarava pretender, de qualquer modo, visitar o Irão, muito embora tivesse requerido peremptoriamente que lhe fosse dada oportunidade de se encontrar e de dialogar com a oposição. De aqui em diante, gostaria de que a delegação voltasse a página e mantivesse relações de ajuda, apoio e troca de opiniões com os representantes exilados da oposição, sobretudo com a Sra. Myriam Rajavi, que representa esta situação. É isto o que deveria fazer a União Europeia, em vez de impor sanções.

Tunne Kelam (PPE). – (EN) Senhor Presidente, tenho a dizer à Senhora Baronesa Ashton que receio bem que sejam vãs as nossas esperanças de convencer o regime iraniano das nossas preocupações.

Na realidade, estamos a tratar com uma ditadura do passado, e o que é necessário agora é concentrarmo-nos na oportunidade de mudança. O regime está a desintegrar-se, tendo o povo iraniano mostrado corajosamente, a partir do passado mês de Junho, não confiar nesta ditadura traiçoeira e agressiva, e não a apoiar. Por que havíamos nós de continuar a fazê-lo?

Precisamos seriamente de apoiar a sociedade civil e a oposição democrática, inclusive o Conselho Nacional de Resistência, a única organização que veio a público com um programa democrático bem claro para um Irão desnuclearizado.

Alexander Alvaro (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, o jornal alemão *Süddeutsche Zeitung* noticiava hoje que ontem, segunda-feira, o gabinete do Ministério Público de Teerão pedira a pena de morte para cinco figuras da oposição. Segundo a Amnistia Internacional, essas figuras da oposição são: Ali Mehrnia, de 17 anos, Parviz Varmazyari, de 54 anos, e ainda Majid Rezaii, Alireza Mabavi e Ali Massoumi. Se um regime como o de Teerão, que não só é anacrónico, mas também actua duramente contra o seu próprio povo, com penas de morte, lapidações, e outros métodos, e nós, União Europeia, não tomarmos as medidas necessárias, tornamo-nos culpados, sobretudo para com os que ali deviam construir uma sociedade razoável e para com as crianças que crescem em condições que são tudo menos as que - de acordo com o meu colega deputado, que, infelizmente, já se não encontra presente - desejaríamos para a futura sociedade. Gostaria de ouvir aqui

palavras duras e inequívocas à Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, e gostaria de nos ver não só a exigir sanções contra o Irão, mas também a implementá-las.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, penso ser evidente para todos aqui que o regime iraniano é um regime ditatorial e criminoso. A questão é: como tratar com ele?

Pessoalmente, gostaria de afirmar muito claramente o meu apoio à delegação deste Parlamento que deveria ter ido ao Irão. A delegação deveria ter-se encontrado, ao longo de todo um dia, com membros da oposição e dissidentes, o que lhes teria dado ânimo. Eles queriam isso. Logo, lamento realmente muitíssimo que esta visita da delegação não tivesse podido realizar-se.

Tenho uma pergunta muito concreta a fazer-lhe, Senhora Baronesa Ashton. Vários deputados falaram aqui de sanções. Da minha experiência como membro do Parlamento nacional, e tendo falado com muitas pessoas ao longo de muito tempo, seria realmente a favor de sanções inteligentes - dirigidas, por exemplo, a membros específicos da Guarda Revolucionária, ou a outras pessoas específicas, pondo-os numa lista de nomes vetados, quando se tratar de visitas.

Sou absolutamente contrária à imposição de sanções a todo o país, uma vez que, provavelmente, isso iria reforçar o Governo, porque, em tal caso, a pobreza iria aumentar - as pessoas não teriam, por exemplo, acesso à gasolina -, o que iria ajudar a apoiar o regime, em vez de o enfraquecer.

Struan Stevenson (ECR). – (EN) Senhor Presidente, estou de acordo com os senhores deputados Tunne Kelam e Alexander Alvaro: os dias de diálogo e compromissos com o Irão já passaram há muito.

Quase todos os dias morrem pessoas nas ruas, nas manifestações de protesto contra este regime fascista. Apenas ontem, como já ouviram dizer, em Teerão, um tribunal irregular exigiu a pena de morte para cinco manifestantes detidos no decurso dos tumultos do dia da Ashura, em 27 de Dezembro.

Já chega! Deixemo-nos de conversas e de apaziguamentos! Do que temos necessidade é de sanções pesadas. Esse será o único processo de mostrarmos aos cidadãos comuns do Irão que apoiamos os seus protestos.

Niki Tzavela (EFD). – (EL) Senhora Baronesa Ashton, fiquei encantada a observar a prudente atitude da Senhora Baronesa, marcada pelo respeito por um país com a história e o orgulho do Irão. O Irão é um caso especial e eu estou encantada com o facto de a Senhora Baronesa estar a aplicar a abordagem diplomática conhecida por "poder inteligente", isto é: sanções numa mão e diálogo na outra. Queria exortá-la a continuar com o diálogo.

Habitualmente, países que condenam tais países estão muito afastados da cultura e da mentalidade de países como o Irão, o Iraque e o Afeganistão. Eu sugerir-lhe-ia que alargasse o grupo que estabeleceu para continuar com o diálogo aberto com o Irão, acrescentando países que tradicionalmente têm boas relações com o Irão, como é o caso do meu país, a Grécia, especialmente agora, com o seu actual Governo socialista. A região não poderá suportar outra guerra. Transmito aqui a ansiedade, não apenas de Israel, mas também dos Emiratos, por causa do programa nuclear do Irão. Continue com o diálogo, Senhora Baronesa, e creio que conseguiremos lá chegar.

Krisztina Morvai (NI). – (HU) Três breves perguntas. Em primeiro lugar: o principal cientista nuclear iraniano foi recentemente assassinado no decurso de um brutal ataque terrorista. Qual é a opinião da União Europeia a respeito de este caso? Curiosamente, hoje não lhe foi feita qualquer referência, facto que deploro profundamente. Em segundo lugar: simplesmente, por que motivo constitui o potencial nuclear iraniano maior perigo para a paz do que, digamos, o de Israel? Por que motivo não está a UE a tomar medidas também em relação a esse caso? Em terceiro lugar, em 2006, o Governo liberal socialista da Hungria da época ordenou que fossem disparados tiros sobre multidões de pacíficos manifestantes. 14 pessoas sofreram lesões, entre outras, oculares. Muitas delas ficaram cegas. Não obstante os nossos pedidos reiterados, a UE recusou-se então, e ainda se recusa agora, a tratar desse acontecimento. Qual é a diferença? Do mesmo modo, também não toma quaisquer medidas a respeito de centenas de prisioneiros políticos que estiveram algum tempo em prisões da Hungria. Mesmo actualmente, há dúzias de prisioneiros políticos nas prisões húngaras. Muito obrigada. Fico a aguardar ansiosamente a resposta.

Mariya Nedelcheva (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, a morte e o desaparecimento do cadáver de Seyed Ali Mousavi, sobrinho do chefe da oposição iraniana, é um dos muitos trágicos exemplos que mostram o actual mal-estar da República Islâmica do Irão.

A legitimidade do regime iraniano, na sequência das eleições extremamente dúbias de Junho passado, é questionável, para dizer o menos. A nossa tarefa é, portanto, apoiar tanto quanto possível a sociedade civil iraniana no seu movimento de resistência. Senhora Baronesa Ashton, pode estar certa do apoio total que o nosso Parlamento lhe dará para rejeitar este tipo de comportamento.

Quero sublinhar que, continuando a negar o papel da oposição, o regime iraniano será incapaz de nos convencer da sua vontade de trabalhar para bem do povo iraniano. O direito da oposição à existência e o seu direito de competir livremente entre os partidos, permitindo a pluralidade de opiniões na sociedade iraniana, são sinais positivos por que há muito temos esperado. Todavia, estamos longe de ver isso no Irão.

Na verdade, actualmente, muitos crêem que depende absolutamente do regime iraniano prestar atenção aos apelos dos manifestantes e aos desejos da comunidade para levar a cabo uma transição democrática. A Europa deve ser a principal testemunha do que é o Estado de direito.

Piotr Borys (PPE). – (PL) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, o Irão é um país-chave, que afecta a estabilização da paz em todo o mundo e em parte do Médio Oriente. É evidente que é indiscutível que temos de defender os direitos humanos e manifestar energicamente a nossa preocupação com as violações dos direitos da oposição que têm vindo a registar-se há vários meses. Não obstante, quero dizer que a União Europeia deveria, sobretudo, implementar activamente um programa anti-nuclear, porque, dispondo de uma arma nuclear, o Irão constituiria uma tremenda ameaça para todo o Médio Oriente.

Além disso, sabemos que o incitamento à revolução no Líbano e o apoio ao Hamas, na Faixa de Gaza, e ao Al-Qaeda, no Afeganistão, também, provavelmente, são a inspiração por trás de parte da política iraniana. Relativamente a isto, do que se necessita aqui, mais do que tudo, é de um certo equilíbrio. Pessoalmente, penso que a Arábia Saudita também deveria ter um papel importante a desempenhar. Penso, além disso, que devíamos poder assistir a um diálogo muito activo e a grande empenhamento relativamente a esta questão por parte da Senhora Baronesa Ashton.

Paul Rübig (PPE). – (DE) Senhor Presidente, neste contexto, como sempre, gostaria de fazer notar que, na verdade, aqui na Europa só reconhecemos a culpa individual e, por princípio, rejeitamos a culpa colectiva. Estou certo de que, como britânica, a Senhora Baronesa Ashton pode muito bem ter grande simpatia pela ideia de tornar as partes culpadas em situações como esta alvo de um bloqueio, mas não todo um povo, que se encontrou nesta situação mais ou menos inocentemente. Devíamos procurar dialogar. A minha pergunta é a seguinte: a Senhora Baronesa Ashton vê no Irão possíveis interlocutores com quem pudesse estabelecer contacto para manter um debate sério, objectivo e politicamente correcto?

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Não represento o regime dos aiatolas do Irão, nem as suas posições antidemocráticas. Gostaria, porém, de dizer duas coisas: uma é que, inclusive na Europa, e inclusive entre os Estados-Membros da UE, existe repressão da liberdade de expressão não violenta. Além disso, as actividades no Irão e os acontecimentos ali ocorridos estão a ser usados de modo absolutamente cínico pelos Estados Unidos e respectivos aliados para fomentarem um movimento de hostilidade contra o Irão, cuja resposta, penso eu, iria ser absolutamente desproporcionada.

Catherine Ashton, Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão. – Senhor Presidente, penso que este foi um debate extremamente importante e oportuno, antes de mais nada, porque reiterámos o compromisso que temos na União Europeia relativamente à importância dos valores dos direitos humanos.

Na verdade, no nosso diálogo com o Irão, nada mais pedimos do que respeitem os acordos internacionais que subscreveram, espontânea e voluntariamente. Isso constitui uma parte fundamental do modo como temos de abordar estas questões. Alguns dos senhores deputados, quer designando pessoas individuais, quer descrevendo acontecimentos ocorridos no Irão, realçaram as questões que são da maior importância para nós.

Alguns dos senhores deputados também afirmaram que no final, como o senhor disse, senhor deputado Gualtieri, o diálogo deve ser inevitável. É muito importante continuarmos a oferecer a abordagem que diz: "diálogo importante". Eu, porém, faço-o, reconhecendo que o meu antecessor, Javier Solana, passou seis anos a dialogar, seis anos a oferecer-se para prosseguir esse debate. Logo, diálogo, sim, mas não como desculpa para a inacção em benefício do Irão, mas sim como processo de garantirmos que desenvolvemos a força dessa relação e que alcançamos o que cremos ser importante.

Como parte desse processo, as conversações sobre a adesão à Organização Mundial do Comércio, que há muito tempo não têm levado a parte alguma, podiam constituir um modo de podermos encontrar o tipo de debate, discussão e apoio que permitisse ao regime avançar.

Muitos dos senhores deputados referiram-se à importância das sanções. Eu, porém, penso especialmente em sanções inteligentes e astutas: a importância crítica para todos nós de garantirmos, conforme formos começando a pensar no que fazer a seguir, e se consideramos, e conforme formos considerando, a possibilidade de aplicar sanções, que o fazemos reconhecendo que elas devem ter como objectivo e meta especificamente conseguir o que desejamos e que ninguém nesta Casa deseja ver pessoas comuns a sofrer no Irão em consequência disso.

Isso torna esse debate muito importante, mas também exige que invistamos nele energia e tempo. Os funcionários superiores do E3+3 encontraram-se em Nova Iorque no sábado, tendo-nos sido possível travar o diálogo sobre o assunto, inclusive, evidentemente, com a Rússia.

Como já disse, é indubitável que, muito embora desejemos levar por diante essa importante relação com o Irão através do diálogo, em última análise, se o Irão a rejeitar, então, ao abrigo da nossa política de via dupla, põe-se a questão das sanções. Na realidade, em consequência desse encontro, já se deu início à análise de medidas adicionais adequadas.

Isto também constituirá um assunto para discussão no Conselho "Assuntos Externos", que terá lugar na segunda-feira, o que, em parte, é o motivo por que eu estava tão interessada em ouvir as opiniões dos senhores deputados, uma vez que também estou a preparar-me para essas discussões.

No que diz respeito à deslocação da delegação ao país, Senhora Deputada Lochbihler, a senhora é, de facto, a presidente da delegação. É muito importante o facto de a viagem ainda não ter sido cancelada oficialmente. Penso que seria importante ponderar se devíamos fazê-lo. Espero que esse encontro possa ter lugar brevemente, uma vez mais, dentro do espírito de tentar manter o diálogo aberto.

Especificamente em consequência da acção deste Parlamento, temos o programa *Euronews* a iniciar a sua emissão em língua farsi em meados de 2010. Isso também é importante, em termos de comunicação e considerando o modo como, de facto, usamos eficazmente a comunicação e a tecnologia.

É difícil pensar em bloquear o acesso à informação, se, ao mesmo tempo, bloqueamos o acesso à informação que as pessoas desejam receber, coisa a que, penso eu, temos de estar atentos.

Ainda no que diz respeito a considerarmos o que fazer para o futuro, alguns dos senhores deputados deixaram ficar bem claro o que desejam que tenhamos em consideração. Como já disse, o E3+3 já está a considerar estas opções. Vamos ter o Conselho "Assuntos Externos". Já referi que pretendemos considerar sanções inteligentes e astutas, uma vez que consideramos esta política de dupla via. Deixei ficar bem claro, e continuo a fazê-lo, que estou aberta e disposta a dialogar - nas minhas observações introdutórias, descrevi o potencial deste grande país -, mas que o fazemos com perfeito conhecimento de que não podemos continuar a usar o diálogo como processo de evitar a acção.

Não posso deixar de terminar dizendo que fiquei muito impressionada com a frase que o Presidente Obama usou no seu discurso de recepção do seu Nobel da Paz, quando disse que quando consideramos a importância de continuarmos a dialogar, "o diálogo com regimes repressivos carece da pureza satisfatória da indignação, mas [...] nenhum regime repressivo pode empreender um novo caminho se não tiver a opção de uma porta aberta".

A porta está aberta para esse importante diálogo, para avançarmos. Ao pronunciar estas palavras, estou absolutamente empenhada em reconhecer a via dupla que os meus antecessores abriram para mim, e em segui-la, sendo necessário.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, estes debates duram das 15H00 até às 20H00, o que significa, cinco horas. Sugiro que façamos um intervalo de cinco minutos para que a Alta Representante e todos os outros que estiveram presentes, e continuarão a estar, nesta Câmara recobrem o fôlego, e que reiniciemos a sessão às 17H35, isto é: dentro de cinco minutos.

Geoffrey Van Orden (ECR). – (EN) Senhor Presidente, antes de interrompermos, gostaria apenas de apresentar um ponto de informação. Senhora Baronesa Ashton, a senhora estava a falar da delegação para o Irão. A delegação deveria deslocar-se ao Irão de 8 a 10 de Janeiro. Não obstante, essa visita foi cancelada, e cancelada, de facto, pelas autoridades iranianas.

À luz dos testes com mísseis de longo alcance, dos disparos sobre manifestantes, e de outros tumultos que tiveram lugar ao longo do período natalício, muitos de nós insistimos em que a visita da delegação fosse cancelada mais cedo - muito embora, a senhora presidente da delegação nos não tivesse, de facto, prestado atenção. Logo, como ponto de informação, essa visita da delegação foi cancelada, providência que, na verdade, deveria ter sido tomada mais cedo no Parlamento.

Presidente. – Desconhecia a existência de "pontos de informação". Senhor Deputado Van Orden, permiti-lhe que continuasse a falar, mas, com toda a sinceridade para com todos os outros senhores deputados, isto não foi um ponto de ordem.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar no período de sessões de Fevereiro I, em Estrasburgo.

(A sessão, suspensa às 17H30, é reiniciada às 17H35)

PRESIDÊNCIA: ANGELILLI

Vice-presidente

6. Situação no Iémen (debate)

Presidente. – Dou por reiniciada a sessão.

Segue-se na ordem do dia a declaração da Alta Representante da União para a Política dos Negócios Estrangeiros e de Segurança/Vice-Presidente da Comissão sobre a situação no Iémen.

Catherine Ashton, *Alta Representante da União para a Política dos Negócios Estrangeiros e de Segurança/Vice-Presidente da Comissão.* – Senhora Presidente, não ignoramos as razões por que o Iémen se encontra hoje na nossa ordem do dia, já que seguimos o rasto do bombista de Detroit, desde os Estados Unidos até à Europa, à África e ao Iémen. Logo, uma vez mais, foi-nos lembrado que, se não ajudarmos países como o Iémen, que lutam por fazer frente a vários desafios ao mesmo tempo, a nossa segurança está em perigo.

O terrorismo é o centro imediato, mas não o único, de um conjunto de desafios interligados. Existe instabilidade no Norte, alimentada pelo conflito armado com os rebeldes Houthis. Há o conflito em torno dos direitos de terra e água e tensões de longa data com a região meridional, que, desde a unificação, em 1991, se sente marginalizada. Até agora, o Governo tem conseguido manter estabilidade total, mas, conforme os rendimentos do petróleo têm vindo a diminuir, o Estado está a lutar por manter o controlo sobre algumas partes do território nacional.

A isto, podemos acrescentar a pirataria no golfo de Adem, o contrabando, a migração e o tráfico de pessoas do Corno de África e, agora, o aumento do terrorismo da *jiḥad*. O Iémen regista um aumento substancial da população e uma população jovem cada vez mais descontente. Um amplo consenso político a nível interno sobre o caminho a seguir mantém-se inacessível.

No meio de tudo isto, uma coisa é certa: nenhum de nós pode responsabilizar-se por uma zona de quase anarquia, que se estende desde o Corno de África até ao Afeganistão. Seríamos nós a arcar com as consequências.

Ao longo dos últimos 18 meses, a União Europeia tem destacado o Iémen como um caso prioritário na sua política anti-terrorismo, bem como na sua abrangente abordagem da construção do Estado e do desenvolvimento. Em Outubro, o Conselho adoptou conclusões importantes sobre o Iémen. Actualmente, estamos a procurar reunir os nossos principais actores em torno dessa política. A iniciativa do RU de organizar na próxima semana um encontro a alto nível com o Iémen e sobre o Iémen não podia, por conseguinte, ser mais oportuna.

Um dos principais centros das atenções do encontro irá ser a segurança. Neste momento, está a ser preparado um pacote importante para ajudar a impulsionar os esforços do Governo: formação e equipamento para aplicação da lei; um melhor enquadramento jurídico e um melhor sistema de justiça penal; trabalho no domínio da anti-radicalização e da prevenção de conflitos. Isto a acrescentar aos 11 milhões de euros atribuídos durante os últimos dois anos, no âmbito do programa da Comissão Europeia para o desenvolvimento, para a formação policial e para a justiça para os jovens.

O estabelecimento da Al-Qaeda no Iémen é um sintoma de problemas mais profundos. É crucial a interconexão entre desafios económicos, políticos, sociais e de segurança, motivo por que temos necessidade de uma abordagem abrangente. É igualmente essencial que o Governo do Iémen reforce a sua capacidade de satisfazer as necessidades do povo em todo o país. A UE irá propor aumentar em um terço os fundos para o desenvolvimento previstos para o período de 2010-13. A ajuda humanitária do ECHO irá continuar até 2010. Juntamente com o Governo, estamos a trazer continuamente à colação os problemas do acesso a grande número de pessoas deslocadas.

Todavia, não há dinheiro de ajuda que possa substituir o empenhamento e a acção do próprio Governo. O Presidente Saleh afirmou que, se todos os actores forem incluídos e os seus interesses tomados em conta, a adesão ao diálogo nacional entre todos os actores relevantes tem o potencial de construir um novo consenso a nível nacional. A comunidade internacional deveria prestar apoio sustentável a este diálogo. Esse é o único modo sustentável de progredir.

Por último, mas certamente não menos importante, é necessário envolver os principais actores regionais - o principal dos quais a Arábia Saudita - no esforço comum para trabalhar com o Iémen. O encontro de Londres oferece uma oportunidade preciosa de incluir a Arábia Saudita, os Estados Unidos e outros num importante diálogo internacional sobre o Iémen e com o Iémen. É com ansiedade que aguardo os nossos debates.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, *em nome do Grupo PPE – (ES)* Depois do golpe de mestre dos talibãs ontem no Afeganistão, onde, para o caso de nos esquecermos, temos 100 000 soldados a combater pela liberdade, e do ataque terrorista fracassado em Detroit no último Natal, estou convencido, Senhora Baronesa Ashton, que é legítimo perguntarmo-nos se o terrorismo é mais forte agora do que quando a liberdade foi atacada pelo bárbaro derrube das torres gémeas de Nova Iorque.

Acabámos de ter um debate sobre o Irão, podemos ver o que se está a passar no Afeganistão, no Paquistão, no Médio Oriente, na Somália, e mesmo acontecimentos no cerne do nosso continente com os ataques em Madrid e em Londres. A pergunta que é necessário fazer – pois temos todos de tirar conclusões destes acontecimentos – é se estaremos a proceder bem.

É verdade que existe um novo factor, Senhora Presidente, que consiste no facto de agora termos exércitos sem nenhum inimigo aparente e inimigos que não têm exércitos. Porém, o Presidente Obama depressa entrou em acção depois do ataque malogrado em Detroit e, num breve espaço de tempo, o General Petraeus fez a sua terceira visita ao Iémen. Podemos ver que os Estados Unidos mobilizaram um pacote de ajuda económica significativo e desenvolveram uma política que está a produzir frutos.

Acabou de nos falar, Senhora Baronesa Ashton, das medidas concretas que a União Europeia está a pensar implementar e falou-nos de somas que se iriam acrescentar aos 11 milhões de euros. A importância gasta pelos Estados Unidos aumentou de 67 milhões de dólares em 2009 para 167 milhões de dólares em 2010.

Por esta razão, Senhora Baronesa Ashton, a pergunta que faço é a seguinte: acredita que, quando enfrentamos o terrorismo, noções de política externa, segurança, defesa, cooperação e ajuda ao desenvolvimento, comércio – e eu incluiria mesmo cultura ou civilização – tudo isto se funde e temos de tomar consciência de que, quando confrontados com perigos e ameaças que a todos nos afectam por igual, a resposta também deve ser igualmente partilhada por todos nós?

Falou de coordenação com os Estados Unidos. Poderia dizer-nos os termos em que esta cooperação, que é tão importante e tão necessária, se está a processar?

David-Maria Sassoli, *em nome do Grupo S&D. – (IT)* Senhora Presidente, Senhora Alta Representante, Senhoras e Senhores deputados, o nosso grupo está muito preocupado com a situação no Iémen, pois nesse país há uma ameaça global: a tentativa fracassada para fazer explodir um avião dos Estados Unidos, as ameaças dirigidas contra as embaixadas estrangeiras e a intensificação dos ataques por parte da Al-Qaeda, o mais recente dos quais teve lugar no Afeganistão, devem ser tomados muito a sério.

Infelizmente, a situação interna do Iémen não ajuda, e devemos ter presente o facto de se tratar de um dos países mais pobres do mundo, com graves carências de água, um desemprego elevado e uma economia fortemente dependente dos rendimentos do petróleo e do gás, que se calcula irem esgotar-se dentro dos próximos dez anos.

Por conseguinte, considero vital a acção por parte da União Europeia, sob a forma de uma estreita colaboração entre a Comissão Europeia, nos aspectos de ajuda humanitária e desenvolvimento, e da Alta Representante

para os Negócios Estrangeiros, em relação com a segurança comum, colaboração com as forças policiais e controlo das fronteiras.

Também tenho de mencionar a nossa preocupação com a repressão dos representantes da oposição política nesse país, jornalistas e defensores dos direitos humanos, que as organizações humanitárias que operam no Iémen há muito têm vindo a referir. Por esse motivo, Senhora Baronesa Ashton, considero uma prioridade garantir que as organizações humanitárias possam entrar no território do Iémen e trabalhar em completa segurança.

Também tenho esperança de que haja um esforço por parte da União Europeia no sentido de assegurar que o Iémen cumpra os compromissos feitos em 2006 na conferência internacional de doadores, nomeadamente no sentido de acelerar o processo de reformas políticas e económicas, fomentar a democracia e o nível vida da população.

Desde o ataque de 11 de Setembro, apercebemo-nos de que tornar seguras áreas em risco depende do grau em que estamos preparados para apostar em melhores condições de vida. A democracia, Senhora Baronesa Ashton, começa aqui, na capacidade de colmatar o fosso entre os países ricos e os países mais pobres.

Holger Krahmer, *em nome do Grupo ALDE*. – (DE) Senhora Presidente, parece-me ser um pouco sintomático para a UE em geral, mas também para o Parlamento em particular, que tenhamos de ter automaticamente um debate sobre situações em certos países que não são de modo nenhum novas. Infelizmente, é com frequência que acontecimentos repentinos nos façam, aqui no Parlamento, emitir vagas de exigências políticas que por vezes me parecem um tanto dúbias. Penso que não dá uma boa impressão a nosso respeito o facto de um ataque à bomba falhado a um avião só nos conduzir a um debate geral sobre o Iémen. Temos de ser claros quanto ao facto de que seria adequado considerar uma estratégia sobre o modo de lidar com esta situação.

Também creio que a situação no Iémen exige uma análise exacta, especificamente no que respeita ao facto de se tratar de um estado falhado em que o governo não tem controlo sobre grandes partes do país. Devemos analisar os riscos que isto envolve para a Europa. Ao que parece, os riscos consistem no facto de os terroristas serem treinados aí e também parecem ter a ver com a costa iemenita, onde grassa claramente a pirataria. Nós – e talvez também a Senhora Baronesa Ashton – temos de considerar o que podemos fazer para combater estes riscos. No meu ponto de vista, a questão principal poderia muito bem consistir em saber como podemos apoiar o governo iemenita de modo a que este recupere o controlo do país e, deste modo, conter estes riscos. Como é evidente, todos os outros debates sobre a construção do país a longo prazo também são necessários, mas não me parece que faça sentido avançar com um catálogo de exigências que abranjam todas as áreas políticas – desde a liberdade dos meios de comunicação até aos direitos das mulheres – aqui no Parlamento, neste momento, ou que sejamos tomados a sério se assim procedermos. Fazê-lo não nos levará a alcançar o nosso objectivo no Iémen, pelo que, em vez disso, nos deveríamos concentrar no auxílio tangível que podemos prestar na actual situação a fim de resolver um problema urgente.

Franziska Katharina Brantner, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (EN) Vou prosseguir retomando o que disse o orador anterior. Sem dúvida que o Iémen não é uma crise nova: tem vindo a deteriorar-se há décadas, e o agravamento da situação política foi claramente afirmado na avaliação intercalar da Comissão.

Penso que efectivamente precisamos de nos centrar no contexto político: o conflito prolongado no norte entre o governo e os houtis, a agitação no sul, o Senhor Deputado mencionou estes factores – e agora o conflito no norte está a alastrar na região e a envolver a Arábia Saudita e o Irão.

Por isso, a questão que se põe é a seguinte: o que há, exactamente, a fazer? Ouvi agora mesmo apelos no sentido do instrumento de estabilidade para uma missão da PCSD com vista a investir dinheiro na formação de mais pessoas, mas penso que esta abordagem não é suficiente – pelo menos não é uma resposta para uma crise, a menos que aceitemos o conceito de crise permanente.

Julgo que devemos insistir num maior envolvimento por parte do Conselho de Cooperação do Golfo no Iémen, e não apenas na Arábia Saudita. Precisamos desta organização para unir os diversos partidos iemenitas, o governo, a oposição, os separatistas do sul, os houtis e os actores regionais em qualquer coisa que se aproxime de um processo de paz, e creio que tal deveria ser apoiado e financiado pelo Instrumento de Estabilidade por exemplo; julgo que deveria ser esta a missão do instrumento de estabilidade.

Se tivermos outra missão da PCSD e outra ronda de formação do Instrumento de Estabilidade sem um processo político que conduza a algum sítio, não me parece que isso nos vá ajudar. Insisto de facto no uso do Instrumento de Estabilidade mais como um instrumento político de aviso precoce para fazer avançar um processo político, e para o apoiar e financiar. Do meu ponto de vista, isso seria algo que vale a pena.

Gostaria de acrescentar mais uma questão: foi aqui referida a igualdade de género, e o Senhor Deputado levantou esta questão, e eu creio que devemos realmente investir fortemente neste aspecto. O crescimento populacional é uma das maiores preocupações nesses países, e, como todos sabemos, não resolveremos este problema até termos planeamento familiar, o que significa direitos das mulheres.

Sei que o Senhor Deputado não irá insistir nos principais direitos das mulheres, mas julgo que a igualdade de género e especialmente o planeamento familiar é crucial se tencionamos agora considerar o que fazer a fim de ajudar a sociedade iemenita.

Adam Bielan, *em nome do Grupo ECR*. – (PL) Senhora Presidente, há pouco tempo os olhos de todo o mundo estavam postos no Iémen, depois de os activistas de Al-Qaeda nesse país terem reivindicado a responsabilidade do que, felizmente, foi uma tentativa fracassada de fazer explodir um avião americano no Natal. Porém, há muito que sabemos que o estado de deterioração da segurança no país está a permitir que grupos terroristas encontrem refúgio, de onde podem planejar e organizar novas operações. Durante muitos anos antes do 11 de Setembro, um dia que nunca iremos esquecer, o terrorismo alastrou na região. Precisamos apenas de recordar o ataque da Al-Qaeda ao navio de guerra americano USS Cole, a 12 de Outubro de 2000.

O Iémen é um país extremamente importante, em particular devido à sua localização geográfica. Não podemos esquecer que 3,5 milhões de barris de crude, que constitui 4% da produção mundial, são diariamente transportados através dos 26,5 quilómetros do estreito de Bab-el-Mandeb entre o Iémen e Djibouti. Ao mesmo tempo, trata-se de um país com uma situação interna muito complicada. À parte a Al-Qaeda, que se está a desenvolver aí, há também uma grave rebelião xiita na província de Saada no norte do país e uma explosão de violência por parte de movimentos separatistas no sul. Se acrescentarmos a isto os efeitos negativos da crise alimentar mundial de há dois anos, a recente crise financeira, a diminuição das reservas de crude do país, que representam três quartos do seu rendimento, e, finalmente, uma carência de água cada vez mais grave, temos um quadro de um país de joelhos, o alvo ideal para a Al-Qaeda, que, tendo em conta os problemas com que se depara no Afeganistão, procura uma nova base.

Por conseguinte, à excepção da acção militar que, de uma ou de outra forma, parece inevitável face à passividade e impotência das autoridades locais, a comunidade internacional, incluindo a União Europeia – e aqui faço um apelo à Senhora Alta Representante Catherine Ashton – deve, acima de tudo, ser muito activa no processo de reconstrução das instituições estatais.

Sabine Lösing, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (DE) Senhora Presidente, os meios de comunicação já estão a mobilizar a população para uma terceira frente na guerra contra o terrorismo. Neste momento, porém, as opções estratégicas para os Estados Unidos e os Estados-Membros da EU no Iémen e na região do Corno de África não estão realmente em aberto. O facto é que as elites dominantes que rodeiam o Presidente Saleh aniquilam e exercem uma discriminação brutal contra a população xiita no norte do país e estão a travar uma guerra contra o movimento separatista no sul, na zona da ex-República Democrática Popular do Iémen, que está a causar um grande sofrimento à população. Não é possível provar a existência de uma relação entre a população xiita e a Al-Qaeda e, deste modo, esta ideia apenas serve de cortina de fumo ao governo corrupto e autocrático, por trás da qual este pode obter um importante auxílio militar.

Dever-se-ia evitar apoiar este governo na formação de forças de segurança – fazê-lo equivale apenas a deitar mais óleo na fogueira. Qualquer auxílio fornecido deve beneficiar todas as regiões, independentemente da sua orientação religiosa, étnica ou política. Deve iniciar-se e promover-se um processo de reconciliação envolvendo a ONU e todos os actores locais, incluindo os estados vizinhos – como o Irão. Não devemos prestar auxílio unilateral ao governo contra os rebeldes. A operação Atalanta não deveria prosseguir e expandir-se, principalmente no território continental iemenita, pois isto apenas serviria os interesses geoestratégicos das nações industrializadas do Ocidente.

Devemos centrar todos os nossos esforços em assegurar que a UE não alinhe também com a política completamente errada dos EUA de escalada no Iémen.

Fiorello Provera, *em nome do Grupo EFD*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em vez de ser uma nova fronteira do terrorismo, como alguém o apelidou, o Iémen é um país de estabilidade precária.

A falta de controlo do governo central sobre o território e a permeabilidade das fronteiras estão a permitir o crescimento do tráfico ilegal, da migração não controlada, da pirataria e das actividades terroristas. A resposta aos novos desafios da Al-Qaeda no Iémen não deveria, porém, consistir apenas em pressão militar, mas também em ajudar as autoridades locais a conseguirem um melhor controlo sobre o território. Repito: as autoridades locais, e não apenas o governo.

A estabilidade do Iémen deveria, contudo, ser conseguida numa perspectiva de apropriação nacional e regional, sem impor soluções externas ou pré-preparadas que muitas vezes estão em desacordo com a situação no terreno e votadas ao fracasso. Isto iria facilitar um maior empenhamento por parte do Conselho de Cooperação do Golfo, cuja participação financeira em projectos locais seria crucial. A União Europeia deveria trabalhar em conjunto com os seus parceiros – o Iémen, os G8 e os países do Golfo – com contributos financeiros e de desenvolvimento apoiados pelo governo iemenita.

Para concluir, as políticas que, embora excelentes, são a longo prazo, deveriam ser acompanhadas por um forte apoio imediato no sentido da segurança e controlo sobre o território, sem o que nos arriscamos a assistir ao fracasso do Estado iemenita e a um enorme crescimento do terrorismo na zona.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhora Presidente, é bem sabido que o Iémen constitui actualmente um viveiro de extremistas islâmicos, um país assolado pela miséria, com uma segurança ineficaz e uma elevada densidade de armas, abalado por conflitos e que sofre de graves carências de água. É um país em que o governo nem sequer parece ter o controlo absoluto da capital.

O Iémen encontrou-se assim na ribalta da luta contra o terrorismo, sendo, por conseguinte, mais um país em que a presença de islamitas radicais é uma infeliz consequência de erros passados da política dos Estados Unidos. Isso deveria ser ponderado muito conscienciosamente no debate, paralelamente aos voos da CIA, às prisões secretas e às consequências desastrosas das campanhas até agora empreendidas pelos EUA no Médio Oriente.

Em minha opinião, seria ingénuo associar terrorismo a miséria, tal como seria irresponsável deixarmo-nos manobrar pela política dos EUA e acreditar confiadamente que só aumentando a ajuda militar ao Iémen podemos resolver os problemas deste país. O presidente ditatorial esfrega as mãos de contente ao receber os milhões de ajuda militar do Ocidente, mas no passado apoiou-se repetidas vezes nos islamitas a fim de silenciar em permanência opositores do regime.

Claro que não podemos cruzar os braços e ficar a ver este país deixar de ser uma zona de refúgio dos jihadistas, o que tem sido o caso até agora, para se transformar na sua base de operações e de treino. Há também uma nítida necessidade de discutir como melhorar a ajuda ao desenvolvimento, ainda que apenas para retirar uma parte dos recrutas jihadistas da equação.

Finalmente, a UE não deve deixar-se empurrar para o papel de tesoureiro dos EUA. Em vez disso, a União tem de assumir o papel de mediador imparcial a fim de suscitar um diálogo e de abrir caminho para uma solução política a longo prazo.

Laima Liucija Andrikiienė (PPE). – (EN) Senhora Presidente, tenho um breve comentário e duas perguntas a fazer à Senhora Baronesa Ashton. Ao que parece, a UE está agora confrontada com um dilema. Por um lado, precisamos de apoiar uma acção mais robusta contra os terroristas que representam um perigo directo para a segurança dos cidadãos europeus. Diversos grupos extremistas islâmicos no Iémen estão a mostrar-se mais activos do que nunca, e a Al-Qaeda encara o Iémen como uma das suas áreas mais importantes para planear ataques contra alvos ocidentais e para treinar milícias e potenciais bombistas suicidas.

A operação malograda contra o aparelho das Northwest Airlines constitui o exemplo mais recente da ameaça que enfrentamos. Por outro lado, é sabido que as autoridades iemenitas foram mais do que uma vez acusadas de tortura, de tratamento desumano e de execuções extrajudiciais por diversas organizações de direitos humanos. A detenção arbitrária de cidadãos e as buscas a casas são generalizadas, e a necessidade de combater o terrorismo tem sido referida como a principal desculpa para essas acções ilegais.

Neste contexto, Senhora Baronesa Ashton, em relação às conclusões do Conselho sobre o Iémen, que tipo de apoio tem a UE a oferecer ao Iémen em termos de combate ao terrorismo? Além disso, a UE considera que não existe solução militar para a crise na zona. Ao mesmo tempo, Washington assinou o acordo com as autoridades iemenitas relativo a uma mais estreita cooperação militar. Por este motivo, gostaria de saber a sua opinião, Senhora Alta Representante, e a posição da União Europeia quanto à decisão por parte dos

Americanos no sentido do seu envolvimento mais activo no Líbano com vista a combaterem os terroristas, especialmente assinando o acordo sobre informações e treino militar.

Richard Howitt (S&D). – Senhora Presidente, congratulo-me com o debate de hoje em antecipação do Conselho dos Negócios Estrangeiros da semana que vem e da conferência de Londres convocada por Gordon Brown.

A nossa atenção pode ser sido despertada pela tentativa de ataque bombista ao avião. Hoje também faço apelo à atenção internacional no sentido de envidar esforços para libertar Anthony S., o engenheiro britânico, e cinco outros reféns europeus, que trabalhavam em hospitais locais do Líbano e que continuam desaparecidos desde que foram raptados em Junho passado.

Mas o nosso trabalho futuro deveria reconhecer as necessidades internas, e não apenas externas, em relação ao Líbano. Isto para combater níveis de subnutrição que ultrapassam os de alguns países da África sub-sariana, como o Níger, e violações de direitos humanos, como a senhora deputada Laima Andrikienė acabou de afirmar, num país que ocupa o 11º lugar mundial no número mais elevado de execuções que inflige, incluindo crianças. De modo que, enquanto comunidade internacional, não estamos à espera da entrada dos terroristas para começarmos a levantar questões de capacidade, governação e desenvolvimento em estados frágeis do nosso mundo.

Congratulo-me com a comunicação que a senhora Alta Representante fez hoje sobre a ajuda e peço-lhe que assegure que nas reuniões da semana que vem sejam tratadas promessas efectivas de ajuda monetária ao Líbano, de todos os participantes, numa altura em que o apelo consolidado da ONU para o país produziu menos do que 1% dos fundos necessários. Como a senhora deputada Franziska Brantner, que as reuniões tenham por objectivo um cessar-fogo, e talvez uma conferência de paz, na última ronda de combates com os houthis no norte e para garantir o acesso humanitário à região. Que assegure que o rendimento do petróleo seja investido no desenvolvimento económico e social para a população do país. Que a Europa coopere na procura de soluções duradouras para os prisioneiros iemenitas, o maior contingente que ainda permanece na Baía de Guantánamo.

Mas espero que a senhora Alta Representante vá explorar o potencial para um projecto de Conselho de Cooperação conjunta UE-Golfo PCSD sobre o treino do sector de segurança no Líbano, no qual os nossos esforços são de uma importância fundamental em tantos países.

Finalmente, os Bin Ladens podem vir da aldeia de Al-Rubat no Líbano, mas foi a ausência de empenhamento internacional que permitiu a radicalização de demasiados jovens do país em seu nome. É esse empenhamento internacional que agora tem de ter lugar.

Charles Goerens (ALDE). – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, uma tentativa de ataque é suficiente para eliminar qualquer sentido de banalidade da afirmação do direito de segurança dos nossos concidadãos. Além disso, a protecção das nossas sociedades obriga-nos a procurar permanentemente um equilíbrio entre segurança e liberdade.

O direito à protecção, em particular de um ataque terrorista, é estabelecido pelo Artigo 188º-R do Tratado de Lisboa, e mais precisamente no seu Artigo 4º, que capacita a União Europeia e os seus Estados-Membros a agirem de uma maneira eficaz. O mesmo parágrafo torna claro que o Conselho Europeu tem de empreender uma avaliação regular das ameaças com que a União Europeia se defronta. Gostaria de pedir à senhora Alta Representante Catherine Ashton que clarificasse se, e em que medida, a União Europeia e os seus Estados-Membros actuaram em conformidade com esta cláusula.

Do seu ponto de vista, poderá a cooperação dentro da União Europeia permitir-lhe afirmar que essas falhas por parte dos serviços de informações dos EUA, que vieram a lume no caso da recente tentativa de ataque ao voo 253 de Amesterdão para Detroit, não poderiam ter acontecido dentro da União Europeia?

Uma questão é absolutamente central para este debate: os serviços de informações europeus, todos os serviços de informações europeus, conheciam o nome do terrorista suspeito? Se assim não for, a que conclusões espera ela chegar? Estará convencida de que, no momento actual, o nível de coordenação e de troca de informações entre os serviços de informações é suficientemente bom para excluir este tipo de falha na União Europeia?

Considerará a senhora Alta Representante como suficiente a capacidade dos serviços de informações dos Estados-Membros cooperarem com o espírito de solidariedade estabelecido no Artigo 188º-R?

Na realidade, os cidadãos têm o direito de exigir um controlo sem falhas da ameaça terrorista. Ser-lhes-ia difícil compreender como, por um lado, a União Europeia continua a enviar cada vez mais dados pessoais tipo SWIFT para os Estados Unidos e como, por outro lado, essa mesma União Europeia tem lacunas na área da prevenção e das informações.

Geoffrey Van Orden (ECR). – (EN) Senhora Presidente, infelizmente, o Líbano desenvolveu há muito as características de uma incubadora de terroristas e este estado de coisas não tem sido objecto de atenção suficiente ao longo dos anos. Os conflitos, a ausência de lei e a corrupção estão profundamente enraizados.

Vale a pena recordar, a propósito, que o motivo pelo qual os militares britânicos intervieram no Líbano no início do século XIX foi para pôr termo à pirataria no Golfo de Áden e tiveram um grande êxito há mais de um século. Em anos mais recentes, claro, o Líbano não só se desenvolveu como uma incubadora de terroristas, onde actos terroristas tiveram lugar, mas também exportou terrorismo para outros países. Os grupos terroristas são especialistas em explorar as possibilidades proporcionadas por Estados falhados. Precisamos de ajudar a contrariar este estado de coisas.

De momento, o Reino Unido está a fornecer um auxílio desproporcionado. Espero que a conferência de Londres vá encorajar outros países a fazerem mais, incluindo a União Europeia, e, admito, outros Estados da região.

Claro que não podemos esperar acabar com o terrorismo no berço, e isso significa que temos de melhorar a segurança dos nossos países e dispor de meios de controlo mais eficazes nas nossas próprias fronteiras. Duvido de que a UE esteja convenientemente motivada a este respeito, de modo que cada um dos nossos países precisa de pôr a sua casa em ordem.

Charalampos Angourakis (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, o povo do Líbano é vítima do conflito e da intervenção imperialista. As potências imperialistas estão, creio eu, a fomentar uma luta interna étnica, racial e religiosa neste país. Durante anos, foi frequente recorrerem à força militar. Estão a minar a resolução pacífica das diferenças de modo a poderem controlar as reservas energéticas e os canais de transmissão de energia na zona.

Os desenvolvimentos neste país sempre resultaram das opções imperialistas da política da NATO e da política de apoiar o regime profundamente reaccionário e antipopular neste país. Com o enorme aumento da ajuda financeira e militar por parte dos Estados Unidos, sob o pretexto de combater a Al-Qaeda, juntamente com a classificação do Líbano como um país que oculta terroristas, o bombardeamento de zonas do seu território por forças sauditas, com a ajuda dos EUA, e a presença de militares estrangeiros, é possível que se vá verificar uma escalada da intervenção imperialista militar. Isto torna-se claro a partir da nova vaga de histeria que se sucedeu à tentativa de ataque terrorista ao avião da Delta. Estou convencido de que a população vai responder incrementando a luta contra as medidas repressivas e as intervenções imperialistas contra ela.

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Senhora Presidente, como poderia ter dito Lady Bracknell, uma personagem de ficção, um erro crasso no mundo muçulmano é infeliz, mas dois já parece desleixo.

Cometer três ou mais é indício de estupidez, de loucura ou de má-fé deliberada. O Líbano é agora chamado o novo Afeganistão. Os militares dos EUA já estão a ser colocados aí como conselheiros. Quanto tempo faltará para que eles e os seus aliados, incluindo a Grã-Bretanha, instalem nesse país tropas terrestres contra a Al-Qaeda?

O que deveria de facto o Ocidente estar a fazer com vista a impedir essa ameaça? Em primeiro lugar, deveria suspender as guerras nos países muçulmanos, que estão a matar militares ocidentais, a matar civis e a radicalizar jovens muçulmanos no país e no estrangeiro. Deveria mandar regressar os militares para trabalharem na segurança interna a proteger a nossa população e infra-estruturas.

Deveria adoptar uma política genuinamente neutra para com o Médio Oriente e abandonar a política facciosa dos EUA, e deveria suspender a imigração dos países muçulmanos e encorajar os muçulmanos radicais do Ocidente a compreenderem que seriam muito mais felizes a viver entre as pessoas da mesma religião.

Angelika Niebler (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Baronesa Ashton, Senhoras e Senhores Deputados, ao longo dos últimos meses, as condições da população, bem como a situação política e económica geral, deterioraram-se drasticamente no Líbano. Por conseguinte, nós, Europeus, temos que fazer tudo que nos for possível para finalmente estabilizar o país.

Senhora Alta Representante, permita-me que lhe peça o favor de impedir que o Iémen se torne um segundo Afeganistão. Temos de fazer tudo que estiver ao nosso alcance para combater o terrorismo internacional. Porém, só o conseguiremos se também apoiarmos um processo de paz no Iémen. Precisamos de conseguir a paz na região e precisamos de apoiar os esforços de paz do governo desse país. Podia também recordar-se mais uma vez ao governo iemenita que tem de garantir que não haja discriminação no Iémen – pois só nesse caso poderá haver paz. A paz exige estruturas democráticas que defendam os direitos das minorias. É este o nosso caminho europeu, que pode ser diferente de outros caminhos. Peço-lhe, Senhora Alta Representante, que no seu novo papel não se poupe a esforços no sentido de percorrer connosco este caminho.

Sem estabilidade política, o Iémen não tem hipóteses. Com estabilidade política, a economia local pode recuperar, possibilitando em seguida a construção de uma economia, abrindo assim à população perspectivas futuras. Peço-lhe que desenvolva todo o trabalho que puder neste sentido. Também lhe peço que exerça a sua influência com vista a assegurar que os militares que auxiliam esse país prestem assistência humanitária. Há mais de 130 000 refugiados da Somália no Iémen. A situação no terreno é atroz. Deposito toda a minha esperança em si, Senhora Baronesa Ashton, na expectativa de que irá recorrer à influência de que dispõe neste âmbito. Solicito-lhe ainda que defenda os seis reféns, cidadãos europeus – um britânico e cinco alemães – retidos no Iémen. Talvez também consiga ajudar a libertá-los. Os meus agradecimentos.

Zigmantas Balčytis (S&D). – (LT) Concordo com a Comissão e com os meus colegas que declararam que a situação no Iémen é tensa. O país está exausto e empobrecido pelas intermináveis guerras partidárias e pelos combates separatistas, e a população sofre de uma miséria extrema. Essa instabilidade económica e política já causou preocupação em países vizinhos da península arábica e constitui uma ameaça, não só para a segurança regional, mas também global. As notícias sobre a recente intensificação das actividades dos grupos terroristas são preocupantes. Recordemos a tentativa falhada de fazer explodir um avião que voava rumo aos EUA, bem como as ameaças contra embaixadas no Iémen. Os EUA já anunciaram que irão dedicar uma atenção especial à situação neste país. Por conseguinte, ao mesmo tempo que se põe em prática uma política externa comum, penso ser dever do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e de outras instituições, particularmente após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, empreender uma acção conjunta e coordenada juntamente com a comunidade internacional.

Ivo Vajgl (ALDE). – (SL) Vou falar em esloveno, pelo que peço o favor de ouvirem com atenção a interpretação. O Iémen é um país assolado por conflitos religiosos e tribais e por erros cometidos no passado por políticas coloniais e pelos EUA. Como alguns dos nossos colegas afirmaram, estamos aqui a debater, em primeiro lugar, o Próximo e o Médio Oriente, uma região instável, avassalada por problemas para os quais ainda não foi encontrada solução, e, em segundo lugar, claro, a fonte de todos os conflitos, ou seja, o conflito israelo-palestiniano.

O Iémen é representativo de todos estes problemas e não nos devíamos iludir pensando que estamos perante um problema local. Este país está a debater-se com uma guerra civil, com redutos da Al-Qaeda, com um estado fraco, com serviços de informações deficientes, com uma segurança e forças armadas ineficazes. Que poderemos esperar da conferência de Londres?

Senhora Alta Representante, em minha opinião, o mais difícil de tudo será formular uma abordagem holística, mas isso é precisamente o que temos de fazer. Só isso irá solucionar os problemas do Iémen. Precisamos de uma abordagem económica e virada para o desenvolvimento e precisamos de oferecer ao Iémen o tipo de auxílio que ajudará o país a construir o seu Estado e capacidades administrativas.

Porém, sou de opinião que o segundo relatório, que eu gostaria que Vossa Excelência, Senhora Baronesa Ashton, apresentasse, tem a ver com a necessidade de não nos deixarmos iludir, pensando – e que ninguém se iluda e pense o mesmo – que nos encontramos apenas perante mais uma questão ou mais um problema que pode ser resolvido por meios militares. Receio que haja muitas indicações, especialmente nos meios de comunicação mundiais, que apontam para o facto de estarmos a preparar-nos para uma nova frente de batalha, para um novo conflito armado. Isso seria a coisa pior que podia acontecer no Iémen e algo que provavelmente iria envenenar ainda mais as relações em toda a região. Tirámos lições suficientes das aventuras militares a que assistimos, desde o Próximo e Médio Oriente até ao Afeganistão e alguns outros pontos do globo.

Struan Stevenson (ECR). – (EN) Senhora Presidente, já debatemos anteriormente a deterioração da situação dos direitos humanos e o brutal regime fascista no Irão. Ouvimos nesse debate como os mullahs exportaram terrorismo para a Palestina e para o Líbano, e como agora estão a exportar a sua pérfida marca de terror para o Iémen.

No final de Outubro, funcionários iemenitas referiram que tinham interceptado um navio carregado de armas vindo do Irão. Detiveram cinco instrutores iranianos. As armas e os instrutores destinavam-se aos rebeldes houthi.

O Irão é um mestre do passado em travar guerras por procuração; fê-lo tanto na Palestina como no Líbano. Agora deseja fomentar um conflito regional desse tipo com a Arábia Saudita dominada pelos sunitas. Eu diria à Senhora Baronesa Ashton que, se ela lidar de uma forma determinada com o Irão, eliminará grande parte do cancro maligno que ameaça o Médio Oriente.

Cristiana Muscardini (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhora Alta Representante, Senhoras e Senhores Deputados, a grave crise política, económica e social no Iémen está ligada à presença operacional da Al-Qaeda no seu território e à visão jihadista que a motiva.

O Iémen é um dos países mais pobres do mundo e a gestão de conflitos internos confronta-se com dificuldades devido às origens religiosas do conflito entre minorias xiitas e sunitas. Como sublinha a proposta de resolução, o auxílio, a cooperação e o apoio para a execução de programas de assistência social são vitais. Devemos, porém, sublinhar os riscos que o Ocidente também corre se os problemas de segurança não forem enfrentados com clareza e determinação.

As razões que levam os terroristas a adquirir formação militar e a treinarem-se em actos de martírio são produto da ideologia jihadista, que também está a alastrar e a entrincheirar-se cada vez mais no continente africano, em parte devido à indiferença e superficialidade com que a comunidade internacional tem vindo a lidar, ou antes, não tem vindo a lidar, com a Al-Qaeda e as suas células na Somália e no Sudão, bem como no Iémen.

Devemos recordar a relação de causa e efeito entre a presença terrorista no Iémen e o número de actos empreendidos com vista a desestabilizar a Somália, que é um peão controlado pelas forças da Al-Qaeda no Iémen. Estas, por sua vez, dependem não tanto dos wahhabis da Arábia Saudita quanto dos ayatollahs iranianos, dos quais recebem armas e dinheiro. O apoio ao Iémen não pode ser dissociado da questão da segurança.

Arnaud Danjean (PPE). – (FR) Senhora Presidente, Senhora Baronesa Ashton, Vossas Excelências tinham razão ao sublinhar que o importante no Iémen em termos de prioridade de segurança é pôr termos aos conflitos internos que existem nesse país. Não podemos confundir as causas com as consequências e, sem querer minimizar o risco terrorista, a principal razão da instabilidade do Iémen não é o terrorismo. O terrorismo desenvolve-se por haver instabilidade devido a conflitos internos. Deste ponto de vista, a prioridade da União Europeia deve ser encorajar e apoiar os esforços que estão actualmente a ser feitos com vista a dar início a um diálogo nacional no Iémen com o Presidente Saleh.

Ao nível regional, há – como acabaram de nos recordar – relações com a crise somali e a crise do Corno de África. Há fluxos migratórios muito consideráveis, mas também tráfico de armas e movimentos de combatentes jihadistas entre o Iémen e a Somália. Neste âmbito, gostaria de saber qual a posição da União Europeia em relação ao reforço dos meios de vigilância marítima, que também diz respeito ao Iémen.

Filip Kaczmarek (PPE). – (PL) Senhora Presidente, o Iémen é o país mais pobre do mundo árabe. Estive lá não há muito tempo e vi isso com os meus próprios olhos. Não há dúvida de que a miséria é a fonte, ou pelo menos um factor, que intensifica alguns dos muitos problemas que o país enfrenta.

Infelizmente, no mundo global, os problemas do Iémen também se estão a tornar os nossos problemas. Os conflitos internos referidos no projecto de resolução e durante este debate deveriam ser resolvidos por meios políticos, e as partes envolvidas nos conflitos deveriam respeitar os direitos humanos e a lei humanitária internacional. A União Europeia deveria envidar esforços no sentido de impedir a escalada da actual crise. A ajuda ao desenvolvimento que concedemos, se for efectiva e se for gasta de uma forma sensata, pode contribuir para produzir uma estabilização política, económica e social.

Porém, há uma catástrofe que se avizinha. Tem-se referido a carência de água, bem como a redução das reservas de crude, mas há também o problema do abuso do *qat*, um narcótico alucinogénico, por parte de 90% dos iemenitas, o que está a deslocar outras culturas. Por exemplo, o Iémen costumava exportar café, mas já não pode fazê-lo, pois este narcótico está a ser cultivado em seu lugar.

O governo do Iémen e a comunidade internacional têm não só de tomar medidas para colmatar as brechas, pois vêm-se confrontados com problemas estruturais, e mesmo que consigamos pôr termo à actividade da Al-Qaeda no Iémen, os problemas irão regressar se não eliminamos as causas.

Marietta Giannakou (PPE). – (EL) Senhora Presidente, como já ouvimos e todos nos apercebemos, a situação no Iémen é dramática de um ponto de vista social e económico e do ponto de vista da coesão social. O país não tem água, as reservas de petróleo estão a esgotar-se e os habitantes estão a cultivar droga.

Isto é exactamente o que se passava no Afeganistão quando, há 26 anos, nesta Câmara – refiro-me à antiga Câmara do Parlamento Europeu – tomámos providências durante o debate do relatório sobre os narcóticos para o futuro do Afeganistão. Se não houver imediatamente uma intervenção com este tipo de desenvolvimento, e se a ONU não for autorizada a ter uma presença constante a todos os níveis, por certo que o Iémen irá encontrar-se na mesma situação em que o Afeganistão se encontra hoje, sem ver os seus problemas resolvidos.

Não há muitas formas de combater o terrorismo e o modo como o Ocidente aborda a questão por certo que não faz parte delas. A única maneira de ajudar este país a não se tornar um posto avançado da Al-Qaeda é ele chegar a acordo com todos os países árabes, e não apenas com a Arábia Saudita, e, como é evidente, precisamos de envidar esforços para ajudar esta nação a afastar-se de uma filosofia tribal e de um conflito civil e a procurar os direitos democráticos.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) O atentado bombista falhado ocorrido no dia 25 de Dezembro a bordo de um voo de Amesterdão para Detroit só serviu de facto um propósito importante: centrar a atenção da comunidade internacional na gravidade da situação no Iémen porque, como se sabe, são três e não apenas um os conflitos que afligem este país. Além da situação que se prende com o movimento separatista no Sul do Iémen, a ofensiva desencadeada há cerca de seis meses a Norte, na província de Saada, pelas forças governamentais contra os rebeldes xiitas al-Huthi Shi'ite, reacendeu as hostilidades nesta região, e foram também lançados ataques aéreos contra bases da Al-Qaeda.

A situação humanitária no Iémen é muito grave e poderá deteriorar-se ainda mais se não for encontrada uma solução, como advertiu o Secretário-Geral das Nações Unidas no dia 5 de Janeiro. Na conferência internacional a realizar na próxima semana em Londres, penso que a União Europeia deve apoiar uma estratégia coordenada para a pacificação deste país, contribuindo desta forma para a segurança internacional.

A via para a união, estabilidade e democracia no Iémen reside, do meu ponto de vista, na elaboração de um plano coerente de apoio militar e económico, e no combate ao terrorismo, que deve ser sustentado por medidas específicas em prol do desenvolvimento económico. Muito obrigado.

Alf Svensson (PPE). – (SV) O Iémen não é apenas um refúgio da Al-Qaeda, como revela claramente este debate. O país corre o risco de converter-se num terreno de batalha entre as duas maiores potências da região, a Arábia Saudita e o Irão. O governo iemenita tem acusado repetidamente o Irão de apoiar o movimento rebelde xiita. Estas acusações são refutadas pelo Irão, mas têm sido também difundidas pelos órgãos de comunicação social sauditas.

Corroboram tais denúncias o anúncio feito pelo governo iemenita de que interceptou um fornecimento de armas do Irão ao movimento rebelde, em Outubro de 2009, bem como o facto de nos últimos meses os media estatais iranianos terem dedicado maior cobertura ao conflito que envolve o movimento rebelde xiita iraquiano, numa perspectiva mais favorável do que anteriormente. Desde o início da ofensiva saudita, a 4 de Novembro de 2009, já morreram oitenta e dois soldados sauditas no conflito com os rebeldes no Iémen.

Como foi aqui sublinhado, o Iémen é o país mais pobre do mundo árabe, e está situado entre as duas maiores potências da região, Arábia Saudita e Irão. Gostaria que a Senhora Catherine Ashton confirmasse esta análise e partilhasse connosco a sua perspectiva sobre a situação.

Janusz Władysław Zemke (S&D). – (PL) Senhora Presidente, concordo com a apreciação da situação apresentada pela Senhora Catherine Ashton. Tem razão, Senhora Catherine Ashton, para a situação no Iémen mudar, serão necessárias medidas humanitárias e porventura militares. Para que um conjunto de medidas deste tipo seja eficaz, é indispensável a coordenação, pois a União Europeia não é o único responsável pelo alívio da situação no Iémen, apenas um entre outros. Neste contexto, gostaria de fazer a seguinte pergunta: não considera que urge melhorar a coordenação entre as Nações Unidas e a União Europeia na esfera humanitária? Nos domínios militar e de reconhecimento também devemos estreitar a nossa cooperação com a NATO e com os serviços de informações, em particular os serviços de determinados países. Da coordenação das medidas depende em grande medida a sua eficácia.

Paul Rübiger (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Baronesa Ashton, a minha pergunta prende-se com as formas de cooperação que, na sua opinião, a União Europeia deve estabelecer com o Iémen, por exemplo,

na área das pequenas e médias empresas, ou por exemplo no domínio do abastecimento de energia e água, já que a criação de laços de comunicação poderá desempenhar um importante papel no futuro. A que programas atribui maior prioridade a Senhora Alta Representante?

Marek Siwiec (S&D). – (PL) Senhora Presidente, o Presidente do Parlamento Europeu poderia ter tido de apresentar condolências aos familiares das mais de 300 pessoas que se encontravam a bordo do voo de Amesterdão para Detroit. Isto teria acontecido ontem e não teria acontecido por acaso. Foi necessário este incidente gravíssimo para que o mundo tomasse consciência da situação no Líbano, um novo berço de terrorismo.

Assistimos impotentes a uma situação idêntica àquela que enfrentámos no Afeganistão no passado. Assistimos indefesos ao que está a acontecer hoje no Líbano, enquanto a Europa e esta Câmara continuam povoados dos enganos dos defensores de direitos humanos que no passado lamentavam os prisioneiros de Guantánamo. Esses prisioneiros foram libertados e estão de novo activos, a preparar atentados. Mais uma vez vão morrer pessoas e nós vamos dizer que não podemos fazer nada.

Subscribo na íntegra as palavras do senhor deputado Zemke: sem cooperação militar, sem cooperação entre os serviços de informação e sem a cooperação entre as instituições cujo papel consiste em combater o terrorismo, estaremos a colocar em risco o bem-estar e a vida dos nossos cidadãos.

Catherine Ashton, *Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão.* – (EN) Senhora Presidente, mais uma vez, dedicamos um importante e abrangente debate a uma região do mundo que convoca, desde há vários anos, a nossa atenção. Estou a pensar no facto de, ao longo do período 2007-2010, terem sido gastos pela Comissão 100 milhões de euros, devendo outro tanto ser gasto no futuro, em ajudas a uma região onde é imprescindível realizarmos um esforço sustentado e coordenado, como sublinharam vários Senhores Deputados.

Creio que as observações da senhora deputada Salafranca no início da discussão são partilhadas por muitos, e foram reflectidas em diversos contributos, quanto à forma de assegurarmos a eficácia da nossa coordenação, em termos de segurança, e em termos do enquadramento económico e político necessário para responder aos problemas que este país enfrenta. A senhora deputada Giannakou mencionou o problema da escassez de água e de petróleo; julgo que o Líbano é o primeiro país que corre o risco de esgotar a sua água potável até 2015, um problema real e muito grave.

Perante este desafio, devemos encontrar uma resposta integrada; alguns senhores deputados perguntam que estratégia devemos seguir. Procurarei designar alguns dos seus elementos chave: em primeiro lugar, as questões de segurança e contraterrorismo. Ao preparar a reunião de Londres, a colaboração nesta matéria é essencial, como referiram alguns dos presentes: devemos concluir em conjunto o pacote da assistência e concentrar-nos no trabalho que já estamos a efectuar, por exemplo, no quadro da Missão Atalanta ao largo da costa, bem como na importância vital desta área de actuação.

O reforço da vigilância marítima é neste momento objecto de análise e foi o tema de um encontro que tive recentemente com o Ministro da Defesa espanhol para analisar o que podemos fazer para coordenar melhor as nossas medidas de segurança marítima, considerando a extensão de costa e a área geográfica a cobrir.

Creio, também, que descrevemos a nossa perspectiva quanto à forma de associar os distintos elementos e dialogar com os países vizinhos do Líbano. A senhora deputada Brantner mencionou o Conselho de Cooperação do Golfo. Concorde: a colaboração com os países vizinhos e mais uma vez a reunião de Londres contribuirão, segundo espero, para mobilizar os países chave da região que nos podem ajudar..

A reunião de Londres constitui igualmente uma oportunidade de coordenarmos as nossas ideias com os Estados Unidos e outros países. Queremos dialogar com os Estados Unidos. Não é verdade que a sua abordagem se limite ao contraterrorismo. Os Estados Unidos apoiam e concordam inteiramente com aquilo que designamos por causas fundamentais, ou seja o conjunto de objectivos que pretendemos atingir através do nosso apoio a este país.

Para responder a uma intervenção específica sobre segurança, a reunião informal Assuntos Internos da UE tem lugar este fim-de-semana em Espanha. O titular americano da pasta deverá participar na discussão dos pontos levantados pelos Senhores Deputados.

A questão deve ser encarada de forma pragmática e realista. Devemos ser muito selectivos em termos daquilo que acreditamos poder fazer em concreto; ajudar o Líbano a instaurar o diálogo interno de que precisa para

o bem-estar do seu povo e a trabalhar para a solução de alguns dos conflitos que dividem o país seriam, na minha opinião, contributos muito significativos.

Quanto à forma mais correcta de apoio, os instrumentos de estabilidade também podem ser utilizados de forma correcta, na minha opinião, enquanto forma de apoio, mas nada pode substituir, nem poderá nunca, o esforço de apoiar o governo a estabelecer um diálogo interno, o qual depende exclusivamente dos iemenitas. No Iémen, os parceiros devem empenhar-se em dar resposta aos principais desafios que o país enfrenta.

Devo dizer que este debate me foi muito útil e que me sinto muito grata porque me ajudou a definir a lista das questões a levar ao Conselho dos Assuntos Externos, onde debateremos o assunto, assim como depois em Londres, como indiquei, com o governo do Iémen, com o qual analisaremos todas as áreas nas quais esperamos continuar a apoiar o desenvolvimento económico do país. Serão igualmente debatidas as actividades de contraterrorismo e a questão do apoio a prestar aos países vizinhos.

Por último importa reconhecer o sofrimento dos reféns, que foi diversas vezes evocado: seis reféns, um britânico e cinco alemães, incluindo crianças muito pequenas da família alemã que foi raptada. Sei que o Ministro Westerwelle, o ministro alemão dos negócios estrangeiros, esteve recentemente no Iémen. Falámos sobre isso esta semana e os nossos pensamentos estarão sempre com os reféns que se encontram presentemente cativos. Levaremos todas estas questões para a reunião de Londres e volto a agradecer aos Senhores Deputados terem referido estes importantes temas.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na primeira sessão de Fevereiro.

João Ferreira (GUE/NGL), por escrito. – A extensa área que abarca o Médio e o Próximo Oriente, a Ásia central e o Norte de África, incluindo o Mar Vermelho e a zona do Golfo de Áden - onde o Iémen tem uma localização estratégica (a par da Somália) - desde há muito que vê confluir sobre si poderosos interesses geo-estratégicos. Estes interesses são crescentemente defendidos por via militar e com crescente agressividade. É à luz desta realidade que deve ser analisada a actual situação no Iémen e o terrível martírio a que se encontra sujeito o seu povo. É à luz desta realidade que deverá ser compreendido e denunciado o crescente envolvimento militar dos EUA e da UE na região. O bombardeamento com mísseis de cruzeiro efectuado pelos EUA no final do ano passado, alegadamente contra uma base da rede terrorista Al-Qaeda, mas de que terão resultado dezenas de vítimas civis, é disso brutal e revoltante expressão, que aqui denunciamos vivamente. A verdadeira solução para os complexos problemas e perigos que ameaçam os povos da região passa obrigatoriamente pela desmilitarização, pelo respeito dos direitos nacionais e da soberania destes povos e por uma genuína cooperação, visando a resolução dos profundos problemas sociais que os afectam.

Bogdan Kazimierz Marcinkiewicz (PPE), por escrito. – (PL) Senhora Presidente, em relação ao problema da segurança e da estabilização económica e política no Iémen, problema que tem vindo a agravar-se, gostaria de exprimir a minha preocupação enquanto membro da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a Península Arábica. O Iémen, que é o país mais pobre do mundo árabe, tornou-se objecto do especial interesse de grupos terroristas que, aproveitando-se da sua fraqueza, transformaram o país numa base para lançarem ataques terroristas muito para além das suas fronteiras. Segundo os observadores, o Iémen corre o risco de fracturar-se em consequência da insurreição xiita a Norte, do movimento separatista no Sul e da actividade terrorista da Al-Qaeda.

Apelo assim para o reforço das relações bilaterais com o Iémen e a análise de meios que possam contribuir para melhorar a segurança e a situação política, em particular à luz da reunião especial prevista para o efeito por Gordon Brown, no dia 28 de Janeiro em Londres.

7. Situação no Iraque (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão sobre a situação no Iraque.

Catherine Ashton, Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, quando olhamos hoje para o Iraque vemos progressos concretos, apesar de o país continuar diante de uma série de desafios. Mas hoje gostaria de centrar as minhas palavras no presente e no futuro do Iraque, enquanto país de grande potencial e conquistas notáveis ao longo dos últimos meses.

A violência encontra-se hoje ao seu nível mais baixo desde 2003. Apesar da ocorrência de atentados horrendos visando instituições públicas, o número total de mortes civis em 2009 desceu para menos de metade do registado em 2008. A violência sectária, problema muito grave em 2006 e 2007, diminuiu significativamente.

O Iraque dotou-se de uma nova constituição e organizou diversos actos eleitorais que registaram uma participação elevada, apesar do grande risco envolvido. Graças à coragem do povo iraquiano, as instituições democráticas estão a funcionar. As eleições provinciais no ano passado decorreram sem problemas de maior por todo o Iraque. Esperamos, sobretudo, que as próximas eleições gerais, marcadas para 7 de Março de 2010, constituam mais um passo essencial na consolidação da democracia iraquiana.

Pela nossa parte, pensamos que os esforços no sentido de apoiar o Iraque devem ser prosseguidos e que devemos avançar para novas áreas à medida que a situação evolui.

A União Europeia destinou mais de mil milhões de euros ao fornecimento de assistência ao Iraque desde 2003. A ajuda foi destinada aos sectores de serviços básicos, desenvolvimento humano, refugiados, boa governação, processo político, capacitação, tudo no quadro das prioridades iraquianas. O mandato da nossa Missão Integrada da União Europeia para o Estado de Direito no Iraque, EUJUST LEX, foi diversas vezes prorrogado a pedido do Iraque e opera presentemente no interior do país.

A UE tem desempenhado um importante papel no domínio da assistência técnica eleitoral, e continuaremos a fornecer assistência ao Iraque nesta e noutras áreas até as instituições do Iraque estarem em condições de assumir plena responsabilidade. Os progressos registados encorajam-nos a avançar no sentido da total autonomia e sustentabilidade do Iraque.

Estamos igualmente a desenvolver as nossas relações com o Iraque. Acabámos de assinar um Memorando de Entendimento sobre a cooperação energética, e subscreveremos brevemente um acordo de cooperação e parceria, a primeira relação contratual entre a UE e o Iraque, que cobrirá temas que vão desde o diálogo político até à cooperação nos domínios do comércio e regulação e a ajuda ao desenvolvimento..

Queremos alargar e aprofundar o diálogo com o Iraque, também no âmbito dos direitos humanos. O Parlamento tem dado um contributo importante nestas matérias e esperamos que o Parlamento Europeu aprofunde as suas relações com o Conselho de Representantes iraquiano no futuro.

O Iraque ainda enfrenta grandes desafios. As próximas eleições serão um momento crucial e devem ser livres e justas. Iremos acompanhá-las de perto, juntamente com os nossos parceiros internacionais. A UE enviará uma Missão de Observação Eleitoral ao Iraque para acompanhar o acto eleitoral e redigir recomendações.

Senhoras e Senhores Deputados, o Iraque está numa trajectória positiva. Estou convicta de que utilizará as suas novas instituições para encontrar os compromissos necessários à reconciliação nacional. Pela nossa parte, continuaremos ao lado do Iraque e continuaremos a prestar-lhe o nosso apoio em conjunto com as Nações Unidas e a comunidade internacional.

Aguardo com expectativa o nosso debate.

Esther de Lange, em nome do Grupo PPE. – (NL) Senhora Presidente, também eu gostaria de agradecer à Alta Representante as suas palavras, que nos transmitem um optimismo necessário. Existem de facto sinais encorajadores e mesmo positivos. Entre outros, a Alta Representante referiu a diminuição do número de mortes em consequência de atentados, e as próximas eleições. No entanto, Senhora Baronesa Ashton, umas eleições bem sucedidas não fazem uma democracia e não bastam para criar um estado de direito. Para citar um grande autor alemão, Schiller, na sua língua inglesa, Senhora Baronesa, 'The voice of the majority is no proof of justice' (a voz da maioria não é prova de justiça). As democracias maduras reconhecem os direitos das minorias. Tenho profundas preocupações neste domínio e lamento que não tenha pronunciado a palavra 'minorias' no seu discurso a esta Câmara.

O que me preocupa? A organização Human Rights Watch continua a denunciar a perseguição das minorias não muçulmanas. Ocorreram desde 2004 ataques contra 65 igrejas. Milícias locais continuam a expulsar cristãos de suas casas. Antes de ontem, um comerciante de 52 anos, pai de duas filhas, foi abatido a tiro no meio da rua, em Mosul. Naturalmente, isto provoca a fuga contínua do Iraque das minorias cristãs. Em 1991, os cristãos eram 850 000; a seguir à Guerra do Golfo eram 550 000, e a seguir à ocupação americana o seu número baixou para 385 000, 100 000 dos quais são deslocados internos. A União Europeia não pode permanecer de braços cruzados perante esta situação. O Artigo 2º do Tratado da União Europeia consagra os direitos humanos, incluindo os direitos das minorias, como um dos valores basilares da União Europeia.

Exigimos dos nossos 27 Estados-Membros que respeitem as minorias e é sua obrigação, Senhora Baronesa Ashton, exigir esse respeito também ao nível internacional.

Até agora a posição da Comissão, e a Senhora Baronesa acaba de o confirmar, tem-se centrado essencialmente no apoio geral à infra-estrutura e à construção da democracia, através das Nações Unidas ou de outras formas. Declarou que agimos em conformidade com as prioridades iraquianas. Gostaria que nos dissesse de que modo tenciona garantir que a política da UE para o Iraque, e as respectivas dotações orçamentais, também beneficiarão as minorias vulneráveis. Esta talvez não seja a grande prioridade do Iraque, mas é a nossa. Agradecia que respondesse à minha pergunta.

Silvia Costa, em nome do Grupo S&D. – (IT) Senhora Presidente, Senhora Catherine Ashton, Senhoras e Senhores, considero muito importante que o Parlamento Europeu aproveite a oportunidade que este debate representa em vésperas das eleições de Março no Iraque.

O processo político no Iraque já deu provas da sua importância, embora, como acaba de afirmar a Senhora Comissária, permaneça bastante vulnerável. Importa assim fazermos todo o possível para consolidar e fortalecer as novas instituições do país e o equilíbrio político que as sustenta. Este é, para nós, um objectivo essencial se queremos que a primeira grande retirada de tropas norte-americanas decorra em Agosto sem consequências graves para a situação interna do país.

A coexistência de xiitas, sunitas e curdos actualmente inscrita nas estruturas federais deveria ser consagrada por novas leis bem como por um consenso político envolvendo todas as partes. Neste contexto têm sido manifestadas preocupações, e gostaríamos de conhecer o seu ponto de vista a este respeito, perante a recente decisão da Comissão eleitoral de excluir muitos candidatos e partidos com ligações aos sunitas e cristãos, o que ameaça enfraquecer o já frágil processo democrático iraquiano.

A União Europeia deve acompanhar o processo eleitoral através das medidas já definidas mas, como declarou a Alta Representante, aprofundar o seu relacionamento com o Iraque. O programa comunitário EUJUST LEX envolve-nos directamente no processo de melhoria da legislação iraquiana e das suas instituições democráticas, e nós, Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, felicitamo-nos pelo facto de o Conselho ter decidido prolongar a missão até 30 de Agosto de 2010.

A UE deve continuar a apoiar firmemente o Iraque através dos seus programas de cooperação, com o objectivo de participar no processo de estabilização e desenvolvimento do país, e depois das eleições deve intensificar as relações entre os seus parlamentos. Vale a pena recordar que muitos Estados-Membros estão a trabalhar com o Iraque, incluindo a Itália com um importante programa de cooperação na área da cultura.

O equilíbrio político é indispensável não só para o próprio país como pela importância do papel que o Iraque pode desempenhar na região em termos estratégicos, para a solução dos conflitos existentes e a pacificação da região. Nesta perspectiva, o esforço por parte do governo regional do Curdistão para melhorar as relações com a Turquia constitui um sinal positivo.

No entanto, como sabemos, o Iraque continua a ser um país com problemas muito graves em termos de segurança, de respeito pela democracia e de direitos humanos, além da sua instabilidade económica. As principais vítimas desta situação são os grupos mais vulneráveis, como os refugiados, que representam 10% da população, as minorias étnicas e religiosas, as mulheres e as crianças.

Devemos assim actuar de forma mais incisiva nesta área – e vou terminar – também através do apoio às ONG locais e europeias que trabalham no terreno. Neste contexto as mulheres envolvidas têm um importante papel a desempenhar na solução de alguns dos problemas que a população iraquiana enfrenta.

Johannes Cornelis van Baalen, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhora Presidente, o facto é que o Iraque não é seguro. Este é um facto incontornável.

Olhando para o Irão, verificamos que este país tem procurado estender consideravelmente a sua influência no Sul do Iraque, por toda a região Sul, através da minoria xiita. Não ouvi a Senhora Alta Representante mencionar a questão do Irão. O Irão representa uma ameaça para o Iraque. Como encara a Senhora Alta Representante o papel da União Europeia na contenção do Irão, ou seja no sentido de travar a sua actividade no interior do Iraque?

Olhando para o Norte, verificamos que existe aí um problema grave entre a Turquia e o Iraque no que respeita ao Curdistão. Reconhecemos que pode haver alguma legitimidade em combater movimentos de guerrilha

no Norte do Iraque, os quais ameaçam a Turquia, mas a questão é precisamente esta. A região autónoma a Norte, o Curdistão, deve ter a sua evolução própria.

Quanto ao memorando de entendimento energético, ele é sem dúvida importante, mas o Iraque não é um estado unitário. Nestas condições, portanto, está o memorando a ser discutido também com o governo autónomo curdo? Recordo que existe uma discussão em torno de Kirkuk, quanto à propriedade dos campos petrolíferos, etc. Estes factores têm sido ponderados?

Também gostaria de chamar a atenção para as deficiências das forças de segurança iraquianas, que ainda não estão suficientemente treinadas. Importa, deste modo, não apenas defender o estado de direito mas, caso sejamos solicitados, estar preparados para fornecer assistência às forças de segurança iraquianas. A energia, a economia e a estabilidade devem ser objecto de uma abordagem integrada, assim como deve ser objecto de semelhante abordagem a temática respeitante aos países vizinhos do Iraque. Gostaria que nos falasse dessa abordagem integrada. Muito obrigada em nome do Grupo ALDE.

Jill Evans, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer à Alta Representante, Baronesa Ashton, pela sua declaração.

Julgo valer a pena mencionar que o debate desta noite coincide com o inquérito Chilcot a decorrer no Reino Unido sobre a guerra ilegal no Iraque e as conclusões a retirar. Têm vindo à luz muitas informações que confirmam o que muitos de nós pensávamos no momento da invasão: que o motivo da invasão era a mudança de regime e o controlo dos recursos, e não a ameaça de armas de destruição maciça. E, em termos do planeamento a prazo do período do pós-guerra no Iraque, expressões como ‘mediocre’, ‘muito deficiente’ e ‘extremamente superficial’ têm sido usadas por diplomatas de topo e militares de alta patente nos seus depoimentos naquele inquérito. Não admira, portanto, que estejamos agora a assistir às graves consequências deste acto.

A Senhora Baronesa Ashton disse que têm sido registados progressos, o que é verdade, mas subsistem problemas graves. Não existe no Iraque qualquer legislação de protecção das minorias. O grave problema dos refugiados mantém-se. Neste país, desaparecem e são assassinados sindicalistas, jornalistas, mulheres políticas e activistas de direitos humanos. Os atentados suicidas continuam. Com as eleições marcadas para o dia 7 de Março, na semana passada, a Comissão Eleitoral iraquiana, como disse o meu colega, excluiu da participação quase 500 candidatos, na sua maioria políticos sunitas. Estes últimos já estão sub-representados no Parlamento Iraquiano e esta medida provocará certamente um agravamento das tensões e da instabilidade.

Em Novembro último, a Presidência da UE instou o Iraque a suspender a pena de morte e a aboli-la por completo, mas no Iraque 900 condenados continuam à espera no corredor da morte. As sentenças de morte são frequentemente pronunciadas no termo de processos injustos, alguns dos quais duram apenas alguns minutos.

A UE tem responsabilidades na ajuda à construção da democracia iraquiana e no garantir do respeito pelos direitos humanos. O quadro de cooperação com o Iraque estabelece como prioridades a assistência à criação de serviços básicos como a saúde e a educação, o reforço do estado de direito e o apoio à Comissão de Direitos Humanos.

O acordo de cooperação e parceria constituirá a base do futuro trabalho, mas devemos exigir a tomada de medidas imediatas relativamente a questões como a abolição da pena de morte, a protecção dos grupos vulneráveis e das vítimas de perseguição e o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos.

Struan Stevenson, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhora Presidente, Senhora Baronesa Ashton, as eleições no Iraque não vão ser livres nem justas. Há dez dias, a comissão Justiça e Responsabilidade decidiu excluir das listas eleitorais Saleh al-Mutlaq, líder do grupo parlamentar Frente do Diálogo Nacional e membro do parlamento iraquiano nos últimos quatro anos, impedindo-o de participar nas próximas eleições. Julgo não ter sido por coincidência que esta decisão chocante, a par da exclusão das listas de mais de 500 outros políticos seculares iraquianos, foi anunciada no próprio dia em que Manouchehr Mottaki, o odioso Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão, efectuava uma visita a Bagdade. Saleh al-Mutlaq tem denunciado repetidamente as ingerências do Irão no Iraque, e agora os mullahs exigiram a sua exclusão do processo eleitoral.

Tranquiliza-me o facto de o Vice-Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, já ter apresentado um protesto contra esta exclusão e espero que a Senhora Baronesa Ashton tencione fazer o mesmo. Se a exclusão das listas eleitorais do Dr. Al-Mutlaq e de outros não for revogada, não devemos, nem podemos, reconhecer a legitimidade destas eleições.

Willy Meyer, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (ES) Senhora Baronesa Ashton, lamento não poder partilhar o seu optimismo. É bom sermos optimistas mas não podemos sê-lo em relação ao Iraque tal como as coisas estão de momento.

A prová-lo está o facto de a Comissão ter decidido não enviar observadores por não poder garantir a sua segurança. Julgo que esta decisão fala por si. Revela claramente que, no que respeita ao Iraque - e sei que a Senhora Baronesa preferia que não falássemos no passado, mas não podemos deixar de o fazer - estamos perante um país devastado, com mais de um milhão de mortos e quatro milhões de desalojados em consequência de uma guerra ilegal, injusta e baseada em mentiras. Não havia armas de destruição maciça no Iraque nem existia nenhuma ligação entre Saddam Hussein e a Aal-Qaeda. A verdade é esta. A única verdade era o interesse da indústria petrolífera norte-americana em conquistar o controlo dos recursos petrolíferos do Iraque.

A única verdade é esta. Além disso, esta verdade não se coaduna com a presença das forças de ocupação, a qual distorce tudo. Não me surpreenderia, neste momento, que a decisão de excluir os partidos da oposição provocasse uma verdadeira confrontação civil. Algumas embaixadas europeias não excluem a possibilidade de ocorrer um golpe militar no Iraque. A situação é extremamente preocupante.

Apelo para que envide esforços no sentido de acelerar a retirada das forças de ocupação. Este é o factor que mais contribui para distorcer a verdadeira situação do Iraque. As Nações Unidas devem assumir o controlo do país e permitir uma transição que garanta o regresso à normalidade de algo que nunca deveria ter sido sacrificado, ou seja o direito internacional.

Bastiaan Belder, *em nome do Grupo EFD*. – (NL) Senhora Presidente, Senhora Alta Representante, na noite de Natal de 2009, ou seja durante as nossas férias de Natal, diversas igrejas no Iraque, na Mesopotâmia, foram encerradas. Esta triste situação foi justificada por ameaças bombistas, tal como já acontecera no ano anterior. De qualquer modo, as igrejas vão ficando vazias, com ou sem ameaças, à medida que os cristãos abandonam o país em número cada vez maior. A violência de que são alvo tem aumentado, apesar de a sua presença ser cada vez menor. Antes do Natal ocorreram três ataques mortíferos em Mosul. Também os cristãos de Kirkuk, cidade outrora relativamente segura, são vítimas há meses de uma incessante campanha de sequestros e assassinios, que tem conduzido à fuga de centenas de famílias cristãs.

Dos cerca de milhão e meio de cristãos que viviam no Iraque em 2003, mais de metade fugiram entretanto da campanha de limpeza étnica que está a ser levada a cabo pelos extremistas islâmicos. Tencionam o Conselho Europeu, os 27 Estados-Membros da União Europeia, assistir impávidos a esta afeganização do Iraque, como lhe chamou um cristão iraquiano? Gostaria de conhecer a sua posição nesta matéria, Senhora Alta Representante. Seja como for, uma Mesopotâmia privada da sua tradicional comunidade cristã não estará diante de um futuro mais tolerante, nem isso será bom para a segurança da Europa a longo prazo.

Elena Băsescu (PPE). – (RO) Os preparativos para as eleições legislativas e presidenciais de 7 de Março geraram um frenesim de actividade que implicou a formação de novas coligações e alianças. Alguns dos opositores do Primeiro-Ministro iraquiano pretendem reconstituir alianças antigas, tais como a coligação “Aliança Iraquiana Unida”. Por outro lado, o Primeiro-Ministro está a tentar atrair grupos seculares ou candidatos independentes para a “Aliança do Estado de Direito”.

Todavia, não nos podemos esquecer de que depois destas eleições legislativas e presidenciais, o governo terá de organizar o referendo sobre Kirkuk. Existe uma forte possibilidade de a situação em termos de segurança no Iraque se deteriorar caso certos grupos iraquianos participem nas eleições ou caso surjam conflitos internos.

Os problemas principais que as autoridades de Bagdade enfrentam prendem-se com o adiamento do referendo sobre o Acordo SOFA (Acordo sobre o Estatuto das Forças) assinado com os Estados Unidos e da finalização da lei do petróleo e do gás, a baixa do preço do petróleo, o grande número de execuções – existem 900 pessoas condenadas à pena de morte e o recurso à tortura para obter confissões. A deterioração geral da situação no que respeita aos direitos humanos está a incomodar profundamente a UE. E por último, mas não menos importante, existe o aumento da corrupção. Um exemplo que gostaria de vos dar é a detenção do antigo Ministro do Comércio iraquiano.

Em termos das suas relações com o Iraque, a Roménia procura passar de um contributo ao nível da segurança militar para a área da segurança civil. O meu país mostrou que cumpre os seus compromissos para com os seus parceiros mantendo a sua presença militar no Iraque até ao cumprimento da missão.

Ana Gomes (S&D). - Tal como as condições de segurança, as conquistas democráticas do povo iraquiano ainda têm de ser consolidadas e expandidas. É animador que nos últimos meses tenha havido uma reconfiguração de alianças que muito tem feito para ultrapassar as clivagens etno-religiosas que marcaram a política iraquiana dos últimos anos. O sucesso do novo partido curdo "Mudança" é um exemplo da normalização da vida política iraquiana. Mas a recente confirmação pela Comissão de Eleições da exclusão das listas de cerca de 500 políticos sunitas não favorece a reconciliação nacional, pode pôr em causa o processo eleitoral e pode reacender conflitos. São também desanimadoras as notícias sobre a aplicação da pena de morte. Os responsáveis europeus, Baronesa Ashton, têm de empenhar-se em convencer as autoridades iraquianas a aboli-la. O reforço da EULEX é também importante neste sentido.

Há um milhão e meio de iraquianos ainda em países vizinhos. Muitos nunca poderão voltar. Os Estados europeus que participaram na invasão, em 2003, têm especiais responsabilidades e deveriam acolher mais destes refugiados. Nesta matéria, como no apoio aos IDP, nas questões de direitos humanos, em geral, e dos direitos das mulheres, em particular, e na luta contra a corrupção, é vital que o Governo iraquiano corrija a lei das ONG, de forma a permitir que a sociedade se organize livremente. É imperativo que a União Europeia promova a interacção entre ONG iraquianas e europeias. Uma sociedade civil, livre e dinâmica é uma condição indispensável para a consolidação da democracia no Iraque.

Tomasz Piotr Poręba (ECR). - (PL) Senhora Presidente, Senhora Catherine Ashton, não obstante o enorme empenho de forças internacionais e as centenas de vítimas entre os elementos da coligação internacional, incluindo 23 soldados polacos, a situação do Iraque continua difícil. É um país onde temos de lidar com ataques terroristas e com a perseguição das minorias religiosas, incluindo a minoria cristã. É claro que, em comparação com a situação de há vários anos, registaram-se alguns progressos, mas a verdade é que continuamos a receber notícias de ataques terroristas que estão a destabilizar não só o Iraque como todo o Médio Oriente. O objectivo dos terroristas e dos patrocinadores do terrorismo internacional é a destabilização do Iraque. São muitas as provas que apontam para o facto de o Irão ser um patrocinador do terrorismo.

Qual é a sua opinião, Senhora Catherine Ashton, na qualidade de Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, sobre o papel do Irão em termos de interferência nos assuntos do Iraque? Gostaria de a encorajar a adoptar uma postura mais assertiva e a cooperar com os Estados Unidos com vista a alcançar soluções que influenciem e pressionem o Irão no sentido de deixar de interferir nos assuntos internos do Iraque. Na minha opinião, só então haverá a possibilidade de se gerar uma relativa estabilidade na região.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL). - (FR) Senhora Presidente, Senhora Alta Representante, não comungamos do seu optimismo em relação à situação do Iraque nem em relação aos benefícios da Coligação, dado que raia a falta de visão. O Iraque foi invadido e ocupado com base em informações intencionalmente enganadoras sobre a presença de armas de destruição maciça.

O resultado foi que 17 dos 27 Estados-Membros da UE foram arrastados para o ataque e ocupação do Iraque. O país está em ruínas, com o seu património saqueado e a sua população profundamente dividida. O fanatismo religioso recruta reservas numerosas de combatentes. A tirania iraniana intervém a seu bel-prazer. As eleições realizam-se de forma deplorável e injusta.

O que tenciona e o que tencionamos nós fazer para chamar à pedra os países que mentiram e que podem voltar a fazer o mesmo amanhã, com o Líbano ou com outro país qualquer? Que medidas pretende tomar para condenar os ocupantes pelo recurso a armas não convencionais – químicas e radiológicas – e a munições com urânio empobrecido, cujas consequências para as gerações futuras são por demais conhecidas? Como poderemos garantir que estas armas não serão utilizadas no Afeganistão atendendo a que fizemos vista grossa em relação ao Iraque?

Fiorello Provera (EFD). - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, congratulamo-nos sinceramente com as próximas eleições no Iraque pois representam mais um passo em direcção à democracia. Não serão livres nem justas, mas temos de nos contentar com um passo de cada vez.

A reconstrução do Iraque em termos económicos, comerciais, culturais e financeiros, bem como a garantia da sua segurança, são condições essenciais para o desenvolvimento da democracia, mas temos de promover também o reforço das suas instituições. A coexistência pacífica dos vários grupos étnicos e religiosos presentes no Iraque pode ser conseguida através da renovação das instituições, com a implementação de uma fórmula federal – o federalismo – que permite uma ampla autonomia para as várias regiões no quadro de um Estado unitário. A experiência do Curdistão iraquiano pode ser um ponto de referência útil.

Por conseguinte, gostaria de conhecer a opinião da Senhora Baronesa Ashton, a Alta Representante, sobre a questão institucional no Iraque.

Alf Svensson (PPE). – (SV) Naturalmente, sempre que se discute o Iraque, fala-se muito em violência e em horrores terríveis, mas é inegável que está a decorrer no país um processo de democratização.

Gostaria de vos recordar que 3 912 mulheres concorreram abertamente às eleições locais no ano passado. Isto representa cerca de dez candidatas por cada lugar. Devemos encarar isto como algo de positivo, em particular num país árabe, e devo dizer que também nos deu alguma esperança em relação às eleições parlamentares deste ano, no dia 7 de Março, em especial porque os sunitas participaram nas eleições locais. Todavia, como já foi referido, há duas semanas, uma comissão governamental recusou a 14 partidos sunitas e a várias centenas de pessoas autorização para participarem nas eleições. Entre os visados encontram-se o Ministro da Defesa, Abdul-Qadir al-Obaidi e Saleh al-Mutlaq, líder da Frente Iraquiana para o Diálogo Nacional, liderada pelos sunitas.

As eleições parlamentares iraquianas são obviamente cruciais para o futuro do país e para a futura democratização do Iraque, em particular no que diz respeito à sua coesão étnica e religiosa. Gostaria também de sublinhar que devemos falar francamente sobre o tratamento das minorias étnicas e religiosas no Iraque. Tal como referi, as eleições parlamentares iraquianas serão decisivas para o modo como iremos ver o Iraque no futuro imediato. O que considera a Alta Representante da União, Senhora Baronesa Ashton, que a UE pode fazer para tornar as próximas eleições parlamentares do Iraque inclusivas e mais democráticas?

Zigmantas Balčytis (S&D). – (LT) Nos últimos anos, a União Europeia reforçou grandemente as suas relações e influência nos países do Próximo Oriente. A União Europeia prestou sempre muita atenção ao Iraque e, juntamente com a comunidade internacional, tem participado na reconstrução do Iraque e em missões de manutenção de paz e segurança. Vários grupos continuam a lutar pelo poder no país, o que prejudica a implementação das reformas iniciadas nas diferentes áreas. O facto de 14 partidos estarem proibidos de participar nas eleições é também motivo de preocupação. O Iraque escolheu a via da democracia, pelo que a União Europeia e outros Estados devem exigir e, se necessário, ajudar a garantir que os compromissos internacionais assumidos pelo Iraque são observados e que os direitos humanos e as liberdades são respeitados. Considero que o Iraque está efectivamente pronto para estabelecer uma estreita cooperação com a União Europeia. O Memorando de Entendimento entre a UE e o Iraque na área da cooperação energética, assinado na passada segunda-feira, demonstra o seu empenhamento no desenvolvimento de uma relação duradoura e mutuamente benéfica. Da perspectiva da energia, o Iraque é muito importante para a União Europeia, mas a salvaguarda da segurança do abastecimento energético está inevitavelmente ligada à estabilidade económica e política do país, que não tem existido nos últimos tempos. Trata-se claramente de um processo de longo prazo, mas considero que a União Europeia, a Alta Representante e a comunidade internacional devem proporcionar meios e soluções para tornarem os princípios dos direitos humanos e o Estado de direito os pilares fundamentais da política no Iraque.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Senhora Presidente, Senhora Catherine Ashton, gostaria de dizer que se eu quisesse resumir o discurso da Senhora Vice-Presidente Ashton numa frase, classificá-lo-ia de optimismo oficial. Todavia, penso que a Europa e os nossos eleitores esperam algo mais específico, e esperam a verdade. Os políticos mostram quem são não apenas pelo que dizem, mas também pelo que não dizem, e eu não ouvi no seu discurso, Senhora Catherine Ashton, nada sobre algumas matérias que chocaram uma parte significativa da opinião pública europeia, incluindo a opinião pública do meu país. Estou a pensar, por exemplo, na constante perseguição das minorias no Iraque, incluindo, e sublinho, dos cristãos. Não duvidemos desta realidade.

Creio que o meu colega, o senhor deputado Poręba, teve razão quando referiu há pouco a interferência iraniana no Iraque. E não se aplica o mesmo em relação às autoridades iraquianas e à sua escandalosa intervenção no campo de Ashraf, que alberga refugiados iranianos? Não é precisamente o que estão a fazer as autoridades iraquianas? Parece-me que isto deve ser sublinhado com toda a veemência, especialmente porque as autoridades iraquianas recebem ajuda financeira da União Europeia, e utilizam-na com frequência de modo bastante impróprio, como por exemplo, na intervenção no campo de Ashraf.

Bogusław Sonik (PPE). – (PL) Senhora Presidente, penso que o Iraque pode servir de exemplo de como às vezes, para derrubar uma ditadura que destrói os seus opositores aos milhares com armas químicas, é necessário usar a força. Estas decisões são difíceis. Por conseguinte, gostaria que hoje, ao falarmos do Iraque, recordássemos os milhares de soldados dos Estados Unidos, da Itália, da Polónia e de outros países que

tombaram no Iraque, e que recordássemos as suas famílias. Foram para o Iraque na certeza de que iam servir uma causa justa, e o Iraque, como ouvimos hoje aqui, está a construir uma democracia.

Sei que a exortamos hoje a ser mais enérgica, Senhora Catherine Ashton, mas queremos que a União Europeia seja enérgica. Por favor, desloque-se ao Iraque e apresente uma avaliação da situação, de modo a que a ajuda que a União Europeia envia seja usada dentro das condições que ouvimos aqui referidas, em particular no que diz respeito à protecção das minorias.

Janusz Władysław Zemke (S&D). – (PL) Senhora Presidente, estão a fazer uso da palavra apenas deputados polacos, mas a verdade é que temos a experiência do envolvimento da Polónia e dos soldados polacos na restauração da segurança do Iraque.

Comungo da sua opinião, Senhora Catherine Ashton, de que, felizmente, a situação no Iraque está um pouco melhor, mas continua bastante frágil. E a par das diversas medidas que a União está a tomar, gostaria de propor duas medidas específicas que me parecem estar em falta. A primeira diz respeito a algo que ainda não foi mencionado hoje: creio que é de extrema importância para o desenvolvimento e estabilização do Iraque a implementação de um programa para a educação de jovens iraquianos na Europa, dado que ainda existe no Iraque uma escassez de médicos, engenheiros e especialistas em irrigação. Julgo que poderíamos ajudar bastante o Iraque nesta área. A segunda prende-se com a protecção dos tesouros culturais do Iraque. Penso que a UE deveria, em particular, contribuir para a reconstrução de Babilónia. É um tesouro que todas as pessoas do mundo se deveriam empenhar em proteger.

Paul Rübzig (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Baronesa Ashton, a minha pergunta tem a ver com o Memorando de Entendimento que foi assinado para o sector da energia. À semelhança do Senhor Comissário Oettinger ou do Senhor Comissário De Gucht, considera ser possível incrementar o desenvolvimento do Iraque? Na minha opinião, o que mais traria estabilidade ao Iraque seria a reconstrução económica. Se melhorássemos as nossas relações no sector da energia, particularmente através do fornecimento acrescido de equipamento europeu para fazer melhor uso das reservas energéticas presentes no Iraque, comprando nós a energia ao Iraque a título de compensação, ambas as partes só teriam a ganhar. Uma iniciativa tomada nesta matéria nas próximas semanas faria todo o sentido.

Catherine Ashton, *Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/Vice-Presidente da Comissão.* – Muito obrigada a todos, mais uma vez, por este importante e interessante debate. Tentarei sintetizar algumas das questões que, claramente, mais preocupam os senhores deputados.

Começaria por reconhecer a importância atribuída pelos senhores deputados à questão das minorias. Tal como é do vosso conhecimento, uma das partes fundamentais do nosso trabalho nos acordos de parceria e cooperação é efectivamente garantir que os direitos humanos estão no âmago dos nossos acordos. Esperamos poder iniciar em breve este acordo com o Iraque, e eu aceito e comprometo-me a garantir que, no âmbito dos nossos trabalhos, as questões ligadas às minorias sejam incluídas. Este é um aspecto que tem, claramente, grande significado.

Comungo também do objectivo enunciado por vários deputados relativamente à questão da pena capital. O nosso objectivo inequívoco é vê-la abolida, por todas as razões que os Senhores Deputados correctamente indicaram.

Também estou de acordo quanto à necessidade de consolidar e reforçar os processos políticos, o que vai repercutir-se grandemente em tudo o que fizermos, além de precisarmos de ter a certeza do que queremos alcançar com as próximas eleições. Compreendo as questões levantadas por vários dos senhores deputados, incluindo o Senhor Deputado Costa e o Senhor Deputado Stevenson, relativamente aos problemas que se prendem com a decisão da comissão sobre a exclusão de candidatos.

O escrutínio dos candidatos fez sempre parte do processo pré-eleitoral. Existe um procedimento de recurso, e estou convicta de que correrá os seus trâmites normais. Gostaria também de dizer que planeamos efectivamente enviar a nossa missão da UE na próxima semana, seis semanas antes do dia das eleições, o que nos permitirá acompanhar em primeira-mão e de perto o processo pré-eleitoral, o que é de grande interesse. Estamos convictos e esperamos que as autoridades iraquianas garantam um processo eleitoral inclusivo, pelas razões que os Senhores Deputados deixaram absolutamente claras nas suas palavras.

Vários deputados referiram também a questão do Memorando de Entendimento relativo à energia e a sua importância e significado. Não temos a mínima dúvida, ao assiná-lo, de que o Iraque é um Estado unitário

e de que toda a nossa cooperação é com o governo de todo o Iraque. Apoiamos plenamente a permanência do Iraque como um Estado unificado e soberano. Neste domínio, será importante incrementar a cooperação – e prestei atenção ao que foi dito, em particular, pelo senhor deputado Rübig, que referiu a necessidade de se pensar mais em incrementar a cooperação. Darei conta disto aos Comissários competentes.

Estou também ciente, quando digo que existe uma questão que se prende com a problemática da segurança, de que a questão de Kirkuk é muito importante, bem como a de outras fronteiras disputadas. Assinalei esta questão como um dos principais desafios que o Iraque enfrenta actualmente. Estou fortemente convicta de que o Iraque tem de resolver estas questões por si próprio. Cabe ao Iraque lidar com elas. No entanto, apoio sem reservas a Missão de Assistência da ONU no Iraque, que tem envidado esforços significativos para iniciar um diálogo e um processo. Contudo, sendo cautelosa, nesta fase, não espero qualquer diálogo significativo antes das eleições.

Mais uma pequena referência à cooperação energética. Vemo-la como parte do desenvolvimento de uma política energética abrangente e integrada para o Iraque. Trata-se do fornecimento e da segurança do fornecimento entre o Iraque e a União Europeia, e deverá naturalmente incluir o desenvolvimento das energias renováveis, em particular, da energia solar e da energia eólica, e reforçar as medidas de eficiência energética no Iraque. Espero também que possamos assistir, nos próximos meses e anos, à cooperação tecnológica, científica e industrial. Este ponto foi bem explicitado.

Passando à questão do recente cancelamento da delegação, o senhor deputado Meyer levantou a questão da preocupação com a segurança. Pretendemos efectivamente ver uma melhoria na situação para, como referi, permitir o envio da missão de observação eleitoral com a participação de deputados ao Parlamento Europeu. Isto será claramente de grande significado para os senhores deputados no processo eleitoral que se avizinha e, como disse, enviaremos uma delegação muito em breve.

Os Senhores Deputados levantaram a questão da retirada das forças. O Presidente Obama anunciou efectivamente a retirada de todas as tropas de combate até Agosto de 2010, o que, na prática, significa que a retirada terá início pouco depois das eleições nacionais. Mais uma vez, uma questão que se reveste de grande significado e importância. Referi que enviaremos em breve uma equipa de observação das eleições, a qual nos ajudará, segundo espero, a lidar com as questões que foram suscitadas pelos Senhores Deputados nesse contexto.

Quanto ao campo de Ashraf, temos recordado consistente e repetidamente ao Iraque que esta complexa questão deve ser gerida em plena conformidade com o direito internacional e sem qualquer violência.

Regressando ao ponto em que começámos, estou optimista acerca do Iraque. Os desafios são significativos e os Senhores Deputados fazem bem em recordar-nos destes desafios. Porém, conseguimos ver, com as eleições que se avizinham e com a oportunidade para uma maior cooperação – uma oportunidade para a União Europeia, com o seu sistema de valores e os elementos que mais nos preocupam, a saber, os direitos humanos, os direitos das minorias, a questão da pena capital, o desenvolvimento de uma forte cooperação em matéria de segurança e fornecimento energéticos e uma colaboração mais estreita e clara com o governo em relação às expectativas que temos – um futuro pacífico e democrático para o Iraque. Temos de garantir que trabalhamos de forma consistente para atingir este fim.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar no período de sessões de Fevereiro, em Estrasburgo.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Jaromír Kohlíček (GUE/NGL), por escrito. – (CS) Conheço apenas alguns países, relativamente próximos da Europa, que conseguiram adiar por várias décadas os seus processos de “democratização”. O Iraque, onde as unidades de países da UE também deixaram infelizmente uma marca negativa, é certamente um deles. Actualmente, um dos Estados mais seculares do mundo islâmico ficou em ruínas e com três das suas comunidades digladiando-se constantemente entre si. O que sobreviveu do passado são apenas memórias dos seus sistemas de ensino e saúde, que eram relativamente bons, e de infra-estruturas comparativamente avançadas. Era o único país da região em que a minoria curda tinha autonomia, apesar de o país não ser governado por um regime democrático ideal. Aliás, que país da região podemos descrever como tendo um regime verdadeiramente democrático? O facto de o Estado iraquiano ter sido completamente destruído depois da invasão do exército americano, a par da liquidação parcial das infra-estruturas dos seus sistemas social, de saúde e ensino, representou um gigantesco passo atrás. Isto não se pode cobrir com a capa das chamadas eleições democráticas. Os esforços em curso para desviar as atenções dos problemas existentes

através de julgamentos fantoches de figuras de relevo do regime de Saddam Hussein são ingénuos. Só uma pessoa totalmente desconhecedora da situação poderá acreditar que esta pode ser melhorada deste modo. O único aspecto positivo do período mais recente é o facto de a administração americana e o governo iraquiano terem compreendido que a situação não poderá melhorar sem o estabelecimento de boas relações com o Irão.

Artur Zasada (PPE), *por escrito*. – (PL) Apraz-me o tom optimista do discurso da Senhora Catherine Ashton, mas continuo a ter algumas reservas na minha avaliação sobre a situação no Iraque. Apesar das muitas aparências, o país permanece instável e não se pode afirmar minimamente que a democracia se “enraizou”. Não podemos falar de estabilização num país onde 1,8 – 1,9 milhões dos seus habitantes foram deslocados e um milhão partiu para o estrangeiro, além de as condições de vida dos refugiados serem extremamente deficientes.

É essencial avaliar os métodos aplicados actualmente para o fornecimento de ajuda externa aos refugiados na Síria e na Jordânia e às pessoas deslocadas dentro do Iraque. Esta ajuda deve ser fornecida durante um período de tempo suficientemente longo. Durante quanto tempo? Ainda não sabemos. Todavia, tal como um médico não pára o tratamento aos primeiros sinais de melhoras, nós não nos devemos deixar enganar por prognósticos demasiado optimistas.

(A sessão, suspensa às 19H25, é reiniciada às 21H00)

PRESIDÊNCIA: McMILLAN-SCOTT

Vice-Presidente

8. Segunda revisão do Acordo de Parceria ACP-CE (Acordo de Cotonu) (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório da deputada Eva Joly, em nome da Comissão do Desenvolvimento, sobre a segunda revisão do Acordo de Parceria ACP-CE (“Acordo de Cotonu”) (2009/2165(INI)) (A7-0086/2009).

Eva Joly, relatora. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a revisão do Acordo de Cotonu oferece-nos uma oportunidade para aprendemos com as crises que enfrentamos: a crise económica e financeira, a crise social ou alimentar, as alterações climáticas, os desafios energéticos e a persistência da pobreza extrema.

O modelo económico dominante, que é o do mercado livre desregulado, e os nossos estilos de vida, não só mostraram as suas limitações, como também causaram estas crises multidimensionais inéditas. Por conseguinte, temos de rever radicalmente todas as nossas políticas.

O relatório que vos é apresentado e que foi aprovado por unanimidade pelos membros da Comissão do Desenvolvimento parece-me representar um primeiro passo rumo a esta necessária revisão.

O principal imperativo a respeitar é a coerência. A política comercial, a pesca e a agricultura da União Europeia devem ser concebidas de forma coerente e de modo a garantirem o desenvolvimento sustentável, o combate à pobreza e uma qualidade de vida e rendimentos dignos para todos.

Lamento dizer-vos que não é este o caso hoje em dia. Ao tornar o comércio um fim em si mesmo e não um meio ao serviço da sua política de desenvolvimento, a União Europeia está a sacrificar as populações dos países em desenvolvimento em benefício das suas multinacionais. Por conseguinte, as negociações sobre os Acordos de Parceria Económica estão obviamente a causar controvérsia entre os governos, os sindicatos e a sociedade civil dos países ACP, que os vêem como uma ameaça às suas economias.

A agricultura é uma das questões mais problemáticas e permanece tragicamente negligenciada na cooperação entre a União Europeia e os países ACP. Embora as zonas rurais e este sector representem mais de 60% da população e dos seus empregos, o seu quinhão nos fundos europeus para os países ACP é praticamente inexistente.

Isto tem de mudar. Como podemos nós erradicar a pobreza sem tornar a soberania alimentar uma prioridade? A agricultura deve estar no âmago das políticas de desenvolvimento da União Europeia. Ajudar os países em desenvolvimento e os seus agricultores locais para lhes garantir a soberania alimentar é absolutamente essencial, especialmente hoje, quando a soberania alimentar, à semelhança da legitimidade democrática dos governos destes países, se vê ameaçada por um fenómeno novo e particularmente preocupante, a aquisição

de terra arável pelos investidores estrangeiros na sequência do aumento do preço dos produtos alimentares ocorrido em 2007.

A China, a Arábia Saudita e até o Qatar possuem milhares de hectares nos países em desenvolvimento. A União Europeia e os países ACP devem lidar com esta situação, que dará provavelmente origem a conflitos violentos e a tumultos decorrentes da fome, em particular, fazendo do acesso aos recursos naturais, tais como a terra e a água, um direito fundamental e inalienável das populações locais.

Outro assunto que me incomoda profundamente é o dos paraísos fiscais. As suas repercussões são bastante negativas para os países desenvolvidos, mas são ainda piores para as economias e para as instituições políticas dos países em desenvolvimento. Estima-se que os fluxos financeiros ilícitos que permitem equivalem a dez vezes o montante da ajuda pública ao desenvolvimento.

Parar esta hemorragia é uma questão de coerência e credibilidade. Um primeiro passo poderia ser a assinatura de um acordo vinculativo exigindo às multinacionais que declarassem automaticamente os seus lucros e os impostos pagos em cada país em que operam, limitando assim os abusos e as perdas sofridas pelos países em desenvolvimento.

Finalmente, gostaria de aproveitar este debate para sublinhar uma vez mais o défice democrático desta revisão, para a qual os nossos parlamentos não foram consultados. Contudo, o papel da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE deve ser reforçado.

Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, espero que os negociadores aproveitem a oportunidade que lhes está a ser oferecida para efectuarem as alterações necessárias a esta parceria e a tornarem um sucesso que beneficie principalmente as populações dos países ACP.

Vital Moreira, *relator de parecer da Comissão do Comércio Internacional* – Senhoras Deputados, Senhor Comissário, a Comissão do Comércio Internacional, a que tenho a honra de presidir, decidiu tomar posição sobre a revisão em curso do Acordo de Cotonu por duas razões.

Primeira: porque as trocas comerciais constituem parte essencial das relações entre os países ACP e a União Europeia. Em segundo lugar, porque o Acordo de Cotonu introduziu a nova figura dos acordos de parceria económica, que são essencialmente acordos comerciais.

Por isso decidimos participar com um relatório de que sou relator.

Nesse relatório testemunhámos duas preocupações. Primeiro, respeitar a especificidade dos acordos de parceria económica, bem como das instituições de monitorização parlamentar que eles estabeleceram, como é o caso do CARIFORUM, e, em segundo lugar, explorar as sinergias, respeitando a autonomia de ambas as instituições. Respeitar as sinergias –dizia eu – da Assembleia Parlamentar Conjunta entre a União Europeia e o ACP e as novas instituições interparlamentares dos acordos de parceria económica.

Karel De Gucht, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, aprecio muito o seu interesse pela segunda revisão do Acordo de Cotonu. Foi também com grande interesse que li o relatório da Comissão do Desenvolvimento, que oferece uma análise perspicaz das questões em jogo. Durante todo o processo, consideramos uma prioridade manter o Parlamento informado, como temos feito nos últimos meses.

As negociações têm sido dinâmicas e estão a entrar na fase final, sendo que a próxima reunião de embaixadores provará o valor destas discussões. Seguir-se-á uma reunião ministerial extraordinária para concluir as negociações, em Março, conforme o previsto no Acordo de Cotonu.

Permitam-me que partilhe convosco algumas observações sobre o relatório. Acima de tudo, o relatório já revelou a sua utilidade na defesa de certas posições da UE. Nomeando apenas algumas: a vossa posição sobre o reforço dos parlamentos nacionais dos países ACP, sobre o Tribunal Penal Internacional e sobre outras questões de direitos humanos confirmam a nossa posição negocial. Do mesmo modo, a importância que atribuem às alterações climáticas e à segurança alimentar é partilhada por nós e será reflectida no resultado final.

Gostaria de me centrar em quatro aspectos, a começar pela importância da dimensão parlamentar representada na Assembleia Parlamentar Paritária, à qual o relatório atribui uma grande importância. A Comissão está empenhada no reforço da dimensão parlamentar do Acordo de Cotonu. Por conseguinte, a nossa intenção não é enfraquecer a APP. Pelo contrário, a proposta da Comissão deve ser vista no contexto mais alargado do aumento das funções parlamentares de supervisão, em particular, tendo em vista os Acordos de Parceria

Económica (APE) e os programas FED existentes e futuros. Devemos garantir o máximo de sinergia entre as instituições dos APE e as de Cotonu, incluindo entre as reuniões regionais da APP e os órgãos parlamentares dos APE. Neste contexto emergente, uma redução das reuniões plenárias da APP faria sentido. Porém, a Comissão aceita que esta matéria deverá ser acordada com as partes mais interessadas, pelo que está aberta a reconsiderar a sua posição. Ao mesmo tempo, estamos interessados em saber mais do Parlamento acerca da forma como vê o papel e o funcionamento da APP num ambiente político e institucional em mudança.

O estabelecimento dos APE, além de apelar à necessidade de garantir sinergias entre eles e as instituições de Cotonu, requer uma actualização das disposições comerciais de Cotonu, dado que o regime comercial de Cotonu se tornou obsoleto. Acordámos com os nossos parceiros ACP que continuaríamos as negociações tendo como objectivo concluir Acordos Europeus de Parceria regionais. Neste contexto, na qualidade de Comissário responsável pelo Desenvolvimento, eu sublinharia que não é politicamente desejável nem legalmente exequível incorporar em Cotonu regimes comerciais unilaterais da UE, tais como o SPG ou o SPG+, como foi sugerido no projecto de relatório, dado que estes dependem de regimes autónomos da UE. Em contrapartida, a Comissão saúda o apelo no sentido de Cotonu dar mais atenção às questões comerciais e de desenvolvimento em geral e, em particular, à ajuda ao comércio.

No vosso relatório, os senhores expressam a preocupação de que a conclusão dos APE e o aumento da regionalização possam minar a coerência do Grupo ACP. A Comissão acredita que a diferenciação regional no quadro de Cotonu é mais uma oportunidade do que uma ameaça. A integração regional é crucial para o desenvolvimento dos países ACP e necessitamos de integrar esta realidade em Cotonu para apoiarmos melhor os seus esforços em direcção a este objectivo. Isto não significa, de maneira alguma, desorganizar o Grupo ACP, e os nossos parceiros ACP comungam desta abordagem.

Permitam-me comentar agora brevemente as políticas sectoriais que salientam no vosso relatório. Também acreditamos plenamente na importância das alterações climáticas e das energias renováveis, que já estão incluídas no presente processo de revisão. De mesmo modo, abordaremos a segurança alimentar numa dimensão regional.

Os Senhores sublinham também a importância da boa governação em matéria de impostos e fiscalidade. A boa governação é um princípio fundamental do Acordo de Cotonu. Com base no Artigo 9.º do Acordo de Cotonu, a Comissão está a preparar uma nova política sobre boa governação em matéria fiscal no quadro da cooperação para o desenvolvimento. Procuramos igualmente abordar estes aspectos no actual processo de revisão. Por conseguinte, posso confirmar que comungamos do vosso objectivo, a saber, criar sistemas fiscais justos, eficientes e promotores do crescimento, e administrações fiscais eficientes, bem como reforçar a participação dos países em desenvolvimento nos processos fiscais internacionais.

Finalmente, tomo nota de que lamentam que a Comissão não tenha consultado uma maior variedade de intervenientes antes de lançar o processo de revisão – nos números 2 e 8 do relatório – e aceito perfeitamente que, para o futuro das relações ACP-UE pós 2020, será necessário um processo de consultas abrangente, possivelmente sob a forma de um Livro Verde. Para isso, utilizaremos as lições retiradas da avaliação que nos caberá fazer sobre os resultados do presente processo de revisão.

Cristian Dan Preda, em nome do Grupo PPE. – (RO) Gostaria em primeiro lugar de felicitar a relatora, a senhora deputada Eva Joly pela elaboração deste relatório. As matérias nele abordadas são de extrema importância para garantir que o Acordo de Cotonu continue a ser a base de uma parceria sólida com os países ACP, bem como um instrumento relevante no quadro dos novos desafios que estes países enfrentam.

As negociações decorrem num clima que, como todos sabemos, é difícil e complexo. Por um lado, os países ACP estão a ser profundamente afectados, não só pela crise económica e financeira, como também pela falta de segurança alimentar e pelas consequências das alterações climáticas. Por outro lado, existe um desafio institucional que se apresenta a todas as partes envolvidas nas negociações, que consiste em reflectir de maneira adequada sobre a tendência que se verifica para uma regionalização das relações entre os países ACP e a União Europeia. Devemos garantir a partir de agora que o texto revisto contenha todos os elementos necessários para uma cooperação que promova um desenvolvimento efectivo, capaz de contribuir para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos países ACP.

Quero igualmente salientar que apresentei cinco em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas Cristãos). Acredito que proporcionarão uma leitura mais fina de algumas das propostas contidas no relatório. Por exemplo, no n.º 29, é importante insistirmos no conceito de aquisição de terras aráveis.

Além disso, no que se refere à criação de um mecanismo vinculativo que obrigue as empresas multinacionais a declararem automaticamente os lucros arrecadados, acredito que este deve ser criado a nível internacional. No n.º 25, é importante fazer uma referência clara à abordagem da questão da segurança alimentar de uma maneira coerente no quadro da política de desenvolvimento da UE. Por fim, no n.º 31, a posição expressa acerca dos acordos de readmissão com países terceiros não reflecte o ponto de vista do Grupo PPE relativamente a esta matéria.

Harlem Désir, em nome do grupo S&D. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, também eu gostaria de felicitar a relatora, a senhora deputada Eva Joly, pelo seu trabalho, pelo relatório e também por ter tomado em consideração os contributos do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, e, embora tenhamos apresentado de novo algumas alterações, vemos o nosso contributo na resolução que ela apresentou.

Para o nosso Grupo, a parceria entre a União Europeia e os países ACP faz parte de um compromisso histórico, que deve manter todas as suas características específicas, que não devem diluir-se mesmo perante a necessidade de cumprir certas regras, como as da OMC. Insistimos em que esta parceria preserve, em especial, a coerência de todas as políticas da União Europeia - política comercial, política orçamental - com os objectivos na área do desenvolvimento, mas também com os relacionados com a promoção da paz, da segurança e da democracia e dos direitos humanos nos países ACP.

Não se trata de impor um modelo, mas de trabalhar com estes países no sentido de garantir o seu desenvolvimento, que deve ser um desenvolvimento sustentável. Deste ponto de vista, é muito importante que esta revisão nos permita tomar em consideração novos elementos dos últimos cinco anos: a luta contra as alterações climáticas, as transferências de tecnologia, a ajuda ao desenvolvimento de energias renováveis e a luta contra as crises alimentares, e por isso uma maior ênfase na nossa cooperação nas áreas da agricultura, da soberania alimentar, da luta contra o desregulamento financeiro, da boa governação fiscal e da luta contra os paraísos fiscais. Vemos a nossa contribuição em todas elas.

Gostaria de salientar dois pontos. Comércio: com a implementação dos Acordos de Parceria Económica, certas cláusulas do Acordo de Cotonu tornar-se-ão obsoletas, porém, insistimos em que este acordo continue a mencionar que as cláusulas comerciais e os regimes comerciais de que os países ACP beneficiam não sejam menos favoráveis do que aqueles de que beneficiavam anteriormente. Parece-nos que devemos incluir o SPG, os APE interinos e todas estas disposições no Acordo de Cotonu.

Por último, sobre emigração - os Deputados do nosso Grupo insistirão nisto - fazemos questão de que seja dito de facto que os acordos sobre migração preservam os direitos dos migrantes e que não podemos aceitar regimes de trânsito para países que não garantam o respeito pelos direitos humanos.

Louis Michel, em nome do Grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, gostaria também de felicitar a relatora, a senhora deputada Eva Joly, pela exactidão e o rigor do seu relatório e a análise muito adequada nele contida.

A segunda revisão do Acordo de Cotonu deve reforçar o acervo de Lomé, consolidando ao mesmo tempo a unidade, a coesão e a solidariedade entre os Estados ACP. Este acordo deve, evidentemente, garantir que estes países serão capazes de assumir o controlo da sua política de desenvolvimento.

A programação, o reexame e a monitorização do acordo devem consequentemente ser também uma prerrogativa dos parlamentos dos países nossos parceiros. Sei que se trata obviamente de um desafio enorme, mas penso que devemos fazer um esforço especial para encorajar estes parlamentos. É uma expectativa que devemos também manifestar muito abertamente às autoridades dos países nossos parceiros. Certos governos, como sabeis, mostram-se relutantes em encorajar o debate parlamentar nos seus países.

Apelo também, em especial, ao reforço do escrutínio democrático e do papel da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, nomeadamente através da inclusão no Acordo de Cotonu de cláusulas que permitam à APP receber os documentos de estratégia nacionais e regionais para os debater. No futuro, os parlamentos nacionais e regionais devem igualmente, creio eu, ser consultados muito mais sistematicamente acerca do processo de redacção dos documentos de estratégia nacionais e regionais.

Gostaria de dizer algumas palavras acerca da organização do trabalho da Assembleia Parlamentar Paritária: acredito que devemos manter duas sessões. Reduzi-las a uma sessão seria enviar uma mensagem extremamente negativa aos nossos parceiros. As reuniões regionais deveriam talvez ser organizadas em colaboração mais

estreita; no dia 25 de Janeiro, apresentarei algumas propostas concretas a este respeito à Mesa da Assembleia parlamentar Paritária.

A bem da coerência e da eficácia, insisto em que os órgãos parlamentares encarregados do acompanhamento dos APE sejam constituídos por membros da APP, a fim de melhor garantir a inclusão da dimensão do desenvolvimento. Além disso, congratulo-me com os seus comentários, Senhor Comissário, uma vez que o foi bastante claro acerca desta declaração na sua qualidade de próximo Comissário responsável pelo Comércio. Não duvido por um segundo da sua sinceridade quando afirma que pretende incluir nos Acordos de Parceria Económica esta dimensão do desenvolvimento.

Por último, a revisão do Acordo de Cotonu devia prever um aumento da assistência e do financiamento aos países ACP a fim de os ajudar a tomar as medidas necessárias para combater as alterações climáticas.

Nirj Deva, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, continuamos a pisar e a repisar os mesmos assuntos. Continuamos a falar sobre a redução da pobreza. Estamos no 10º FED. Já injectámos cerca de 350 mil milhões de euros na chamada redução da pobreza quando sabemos que a pobreza aumentou.

Por dispomos nós de políticas e programas nos países ACP que nunca tivemos na nossa história europeia? As províncias de Bruxelas ou do Brabant não enriqueceram nem eliminaram a pobreza criando o que estamos a tentar fazer nos países ACP. Criámos riqueza na Europa criando riqueza. Como criamos nós riqueza nos países ACP?

A relatora, a senhora deputada Eva Joly, identificou, de maneira muito interessante, a existência de uma fuga de capitais. Afirma que sai desses países oito vezes o valor das verbas que aí colocamos. Por que motivo não são essas verbas aplicadas nesses países? Por que razão não estamos a criar as condições para que esse capital permaneça nos países, gerando emprego e riqueza? Enquanto não respondermos a estas perguntas, estaremos a esbanjar o dinheiro dos nossos contribuintes sem que retiremos da pobreza uma única pessoa que seja.

Gabriele Zimmer, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (DE) Senhor Presidente, o meu grupo apoia o relatório da relatora, a senhora deputada Eva Joly. Pedimos que sejam tomados em consideração, entre outros, os seguintes problemas: a inclusão dos efeitos das alterações climáticas e as necessárias medidas de adaptação para os países ACP; a preocupação dos países ACP de que as negociações regionais da UE com grupos de países ACP minem a solidariedade dentro da comunidade ACP; e a possibilidade de apoiar os investimentos necessários no domínio dos serviços públicos e infra-estruturas públicas com empréstimos do Banco Europeu de Investimentos tendo por base o Acordo de Cotonu. Ao mesmo tempo, opomo-nos à inclusão de quotas para o regresso de migrantes da Europa para os países ACP como parte destas negociações.

A primeira revisão do Acordo de Cotonu incidiu sobre a dimensão política. Desta feita, incide sobre a dimensão parlamentar, razão pela qual consideramos incompreensível a ideia de reduzir as sessões da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE a uma por ano.

Krisztina Morvai (NI). – (HU) Fiquei chocada ao assistir, durante uma conferência sobre alimentação, uma delegação africana empunhando um cartaz que dizia: Não dêem de comer a África. Fariamos melhor em compreender que aquilo de que África necessita não é de ajuda, mas sim de autonomia alimentar. Curiosamente, as populações e os agricultores africanos têm os mesmos interesses que os agricultores e as populações pós-comunistas da Europa de Leste, ou mesmo, levando a um extremo, que os agricultores e a população franceses, nomeadamente, a necessidade de os agricultores locais decidirem o que querem produzir e como produzir e vender os seus produtos no mercado local. O interesse da população local é poder consumir alimentos saudáveis e de boa qualidade produzidos localmente. As ideias de, por um lado, um mercado livre global liberalizado e por outro, de autonomia alimentar pertencem a dois sistemas de lógica diferentes. Aqui, devemos colocar-nos mais decididamente ao lado da autonomia alimentar.

Filip Kaczmarek (PPE). – (PL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a segunda revisão do Acordo de Cotonu surge num momento muito interessante, porque permite analisar as cláusulas do acordo à luz de uma realidade em rápida mutação. Muito aconteceu desde a anterior revisão, em 2005: crises nos domínios da economia, da alimentação, da energia e das finanças e as mudanças resultantes das negociações sobre o clima e os seus efeitos sobre os países em desenvolvimento.

No entanto, o que deve interessar aos eurodeputados é o papel da Assembleia Parlamentar Paritária e as possíveis tentativas para restringir a sua frequência e o seu papel. Congratulo-me bastante com a declaração do Senhor Comissário de que a Comissão Europeia não tem tais intenções. É importante, porque nem o

Parlamento Europeu, nem a Assembleia Parlamentar Paritária, nem os parlamentos dos países ACP participaram no processo de decisão que resultou nas alterações ao acordo.

Outra matéria importante é a regionalização das relações União Europeia-ACP e, em especial, a natureza desta regionalização. Não me oponho à regionalização, mas estou convencido de que as sessões plenárias da Assembleia Paritária não devem ser substituídas por reuniões regionais. A propósito, seria provavelmente mais natural as decisões sobre as estruturas e princípios de trabalho da Assembleia Paritária serem tomadas pela própria Assembleia do que pelas partes do acordo.

Apoio o desejo manifestado no relatório de fortalecer os parlamentos nacionais. O senhor deputado Louis Michel falou sobre esta matéria. No futuro, gostaríamos que todos os representantes dos países ACP que participam nos trabalhos da Assembleia Paritária fossem deputados dos seus próprios parlamentos, e não representantes dos respectivos governos.

É igualmente importante que os parlamentos nacionais dos países ACP tenham a oportunidade de desempenhar um papel significativo na cooperação para o desenvolvimento, na preparação e implementação de programas e no acompanhamento e avaliação das acções realizadas. Isto explica a necessidade do acesso a documentos estratégicos. Além disso, concordo, evidentemente, que as funções não devem ser duplicadas e que a complementaridade e a sinergia entre os Acordos de Parceria Económica e a Assembleia Parlamentar Paritária são muito importantes.

Véronique De Keyser (S&D). – (FR) Senhor Presidente, o artigo 13.º do Acordo de Cotonu não é revisto desde 2000. Diz respeito a uma matéria sensível: o diálogo entre a União Europeia e os países ACP sobre imigração, o tratamento justo dos imigrantes, os princípios da não repulsão, as causas subjacentes à imigração e, por fim, o combate à imigração ilegal e a readmissão, sendo estes dois os aspectos em que a União Europeia se tem concentrado principalmente.

A ausência cruel de uma política de imigração comum, que faça jus aos valores que a Europa diz defender, corre o risco de reforçar, na planeada revisão do artigo 13.º, o aspecto da repressão e da caça aos clandestinos. O exemplo trágico do acordo bilateral entre Itália e a Líbia, que conduziu a situações humanitárias intoleráveis, não parece ter desencorajado o zelo daqueles que querem endurecer o artigo 13.º, para reforçar o aspecto da luta contra a imigração ilegal.

Além disso, em algumas regiões - estou a pensar na Calábria - a caça aos ilegais é feita agora abertamente e sem cerimónia. Em vez de agir com base nos medos suscitados pela crise actual, devemos sublinhar a sinergia que deve ser criada entre imigração e desenvolvimento.

Se os países ACP necessitam de ajuda para o seu relançamento económico, nós próprios necessitaremos da imigração para enfrentar a crise que nos afecta. Como tal, devemos concentrar-nos na imigração legal e na mobilidade. São as únicas salvaguardas contra o clima detestável que se instala sub-repticiamente nos nossos próprios países.

Niccolò Rinaldi (ALDE). – (IT) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, na nossa qualidade de democratas e liberais, queremos aproveitar a revisão do Acordo de Cotonu para afirmar uma ideia de modernidade que é apoiada também pelos países ACP, e quando falo de modernidade, quero dizer acima de tudo a afirmação de políticas que podem sublinhar e permitir uma maior liberdade.

Esta liberdade deveria ser, em primeiro lugar e principalmente, libertação da burocracia, que está a tornar-se cada vez mais excessiva nos países ACP e que é constantemente um obstáculo ao crescimento económico. Liberdade, acima de tudo, como possibilidade de os estudantes irem estudar no estrangeiro, e acredito que devemos aproveitar a oportunidade aberta por esta revisão para lançar um programa ambicioso de bolsas de estudo. Liberdade através da difusão de novas tecnologias da informação para que a Internet, em especial, possa tornar-se um bem o mais amplamente acessível possível.

Por último, devia permitir a livre circulação de trabalhadores como forma de resolver os casos graves de interferência a que a senhora deputada De Keyser se referiu quando falou sobre tratados bilaterais. Cotonu, que é o descendente directo de Lomé e Iaundé, tem uma longa história; houve uma época em esteve na vanguarda e, se for capaz de enfrentar os novos desafios, voltará a desempenhar um papel primordial.

Mariya Nedelcheva (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, gostaria em primeiro lugar de felicitar a relatora, a senhora deputada Eva Joly, pela qualidade do seu relatório.

Na realidade, o Acordo de Cotonu deve constituir uma oportunidade para finalmente fazer um balanço e propor, com base nas lições aprendidas, soluções para melhorar a sua implementação, o seu funcionamento e o seu impacto. Neste âmbito, a identificação clara das prioridades é extremamente importante.

Gostaria de sublinhar três pontos. Antes de mais, precisamos de clarificar o conteúdo do diálogo político. Não devemos perder de vista a consolidação da paz, a prevenção e a resolução de conflitos, contudo, tornar operacionais os instrumentos existentes e acrescentar as referências à luta contra o tráfico de armas de pequeno porte e contra as drogas são desafios que, uma vez conseguidos, terão um impacto positivo em termos políticos, económicos e sociais.

Em segundo lugar, é extremamente importante a conclusão de Acordos de Parceria Económica flexíveis e equilibrados que tenham em devida linha de conta o desenvolvimento regional. Deverá ser dada maior consideração a sectores chave, como a agricultura, as energias renováveis e o emprego dos jovens. O diálogo regular com as populações locais permitirá fazer um reajustamento realista.

Por último, é vital o quadro institucional. É absolutamente essencial assegurar uma melhor coesão entre os diferentes pilares do acordo. Reforçar o poder da APP e dos parlamentos nacionais conduzirá automaticamente a um melhor controlo democrático e, principalmente, a uma transparência muito maior.

Para terminar, qualquer instrumento, seja ele novo ou revisto, deve preservar os princípios fundamentais e o espírito do acordo, e, acima de tudo, não devemos perder de vista o objectivo central, que é a erradicação da pobreza, contribuindo ao mesmo tempo para o desenvolvimento sustentável e a integração progressiva dos países ACP na economia global.

Michael Cashman (S&D). – (EN) Senhor Presidente, a inteligência demonstra-se em poucas palavras. Parabéns, a relatora, a Senhora Deputada Eva Joly; parabéns, Senhor Comissário. O Parlamento leva a peito estas negociações, reforçando o princípio das cláusulas dos direitos humanos não negociáveis e das sanções pelo incumprimento dessas cláusulas, nomeadamente no que se refere à discriminação tendo por base o género, a origem racial ou étnica, a religião ou crença, a deficiência, a idade, a orientação sexual e em relação às pessoas portadoras de SIDA e VIH.

Dizem-me, Senhor Comissário, que alguns Estados Membros não querem esta alteração, mas para o Parlamento ela é crucial. Os direitos humanos, como o Senhor Comissário muito bem sabe, sofrem com frequência de demasiada erosão, principalmente pelas tentativas de obtenção de vantagens políticas partidárias. A defesa dos direitos fundamentais está no coração da União Europeia e, por isso, deve estar no coração e no centro das nossas relações com os países ACP.

Senhor Comissário, esta será provavelmente a última vez que comparece perante nós no desempenho das actuais funções, pelo que gostaria de lhe dirigir calorosos agradecimentos em nome do Parlamento. O Senhor Comissário tem sido um defensor firme dos direitos humanos e dos valores da UE, e desejo-lhe as maiores felicidades na pasta que irá ocupar. Obrigado.

Maria Da Graça Carvalho (PPE). - A presente revisão do Acordo de Cotonu introduz questões fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a integração progressiva dos países ACP na economia mundial. Questões como as alterações climáticas, a segurança energética, a capacitação e a educação são essenciais para o desenvolvimento destes países.

O aquecimento global poderá, simultaneamente, representar uma oportunidade. Os custos energéticos renováveis de que estes países dispõem são indispensáveis para o seu desenvolvimento económico e social e permitem que avancem para uma situação de independência do ponto de vista da energia, de modo a fazer face à crise global.

O investimento na educação e na capacitação é igualmente fundamental para o combate contra a pobreza, o desemprego, a emigração e a fuga de cérebros, contribuindo para a construção da economia destes países.

Para terminar gostaria de fazer uma menção especial aos pequenos Estados insulares que têm uma vulnerabilidade e uma fragilidade específica. Neste sentido, a aplicação do Acordo de Cotonu deverá ter em conta a Estratégia Internacional de Maurícias e o Plano de Acção de Barbados, que apontam um conjunto de medidas para ajudar os países insulares em desenvolvimento a alcançar o seu desenvolvimento sustentável.

Diogo Feio (PPE). - Senhor Presidente, o Parlamento Europeu é chamado, neste preciso momento, a pronunciar-se sobre a segunda revisão ao Acordo de Cotonu.

Permitam-me, no entanto, que saliente as dificuldades que o Haiti neste momento enfrenta, convocando a solidariedade, acção e atenção internacionais. O meu primeiro pensamento vai, evidentemente, para aqueles que perderam a sua vida e que vivem dificuldades verdadeiramente inesperadas.

Em relação ao nosso tema específico, é sabido que Cotonu visa criar um quadro para a cooperação que constitua uma resposta comum ACP-UE à globalização, contribua para a paz e segurança e fomenta um ambiente político democrático.

A revisão de 2005 deu um conjunto de passos no bom sentido. Há ainda muito caminho a percorrer. A crise económica e financeira mundial, o custo elevado dos alimentos e da energia e a questão climática justificam uma nova revisão.

Termino fazendo votos para que a União Europeia mantenha – e, sempre que possível, aumente – os níveis de ajuda aos países ACP. Subscrevo a posição do necessário envolvimento dos parlamentos nacionais daqueles países nos actuais e futuros processos de revisão do acordo e reitero a necessidade de, para isso, os convocar.

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, um objectivo que a segunda revisão do acordo de parceria deveria ter presente é, seguramente, a promoção de uma cultura de responsabilidade. Será muito difícil de alcançar sem a ajuda de organizações da sociedade civil, de entidades não estatais e também sem os parlamentos. De facto, não acredito na possibilidade de dispor de políticas que satisfaçam plenamente as necessidades reais das comunidades envolvidas.

Um segundo aspecto crucial é a ajuda humanitária. Os 300 mil milhões de dólares americanos de ajuda concedidos ao longo dos últimos 40 anos não surtiram qualquer efeito, se tivermos em consideração que o crescimento do continente africano, ao longo daquele período, foi inferior a 0,2% ao ano.

Trata-se de um cenário apocalíptico que a comunidade internacional tem de começar a compreender. Deve, pelo menos, enfrentar a questão dos países em desenvolvimento como um problema que é verdadeiramente nosso, como um problema que nos diz respeito, que diz respeito à vida quotidiana das nossas comunidades, que tem de ser enfrentado dia a dia em conjunto com as instituições locais, empenhadas numa busca interminável por um vislumbre de legitimidade.

Por último, permita-me sublinhar que investir no capital humano significa tentar compreender que o maior recurso para a recuperação reside precisamente nas próprias pessoas, que vivem em situações difíceis. São elas quem têm a responsabilidade de retirar o continente do abismo, e cabe-nos a nós prestar atenção aos problemas desses países com um propósito bem definido: aquele bem comum, que é do interesse não só dos países ACP como também do nosso e o futuro dos nossos cidadãos.

Devemos olhar para as pessoas e não para o dinheiro, para a substância e não para a publicidade. Isso permitir-nos-á utilizar as nossas estratégias da maneira mais eficaz.

Zuzana Roithová (PPE). – (CS) Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, tenho criticado repetidamente o facto de os parlamentos nacionais e as organizações não-governamentais dos países em desenvolvimento não participarem no processo decisório no que se refere à ajuda ao desenvolvimento e de não terem acesso a documentos estratégicos. Esta situação tem de ser corrigida durante a nova revisão do Acordo de Cotonu. O novo acordo deve incluir também compromissos por parte dos diversos governos e de parlamentos para com a criação de sistemas fiscais funcionais nos seus países. É importante para ambas as partes contratantes. Os países ACP, por último, necessitam da sua própria administração fiscal normalizada, isto é, de receitas fiscais planificadas para financiar os seus próprios objectivos de desenvolvimento, o que, por sua vez, ajudará a União na sua luta contra o abuso de paraísos fiscais, a evasão fiscal e a fuga ilegal de capitais.

Na qualidade de Vice-presidente responsável pelos direitos humanos, exorto a que os tratados internacionais contenham também cláusulas sobre direitos humanos e estas não se apliquem apenas aos países de África, Caraíbas e Pacífico. Lamento que o relatório da senhora deputada Eva Joly, um bom relatório noutros aspectos, não contenha essa exigência. Apelo à Comissão e à Presidência espanhola para que rectifiquem este aspecto.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE). – (RO) O relatório que debatemos hoje refere-se a muitos problemas ligados à segurança alimentar em países ACP. Acredito que não podemos falar desta matéria sem tomar também em consideração algumas das realidades da agricultura europeia.

A União Europeia pode e deve desempenhar o papel de regulador dos mercados globais. Se a Europa reduzisse a sua produção agrícola, o aumento das importações alimentares contribuiria significativamente para a

subida global dos preços da alimentação. É por isso que a produção de alimentos da União Europeia deve manter-se a níveis constantes para benefício dos europeus, bem como para benefício dos cidadãos dos estados ACP e outros.

Por isso, acredito que estes aspectos relacionados com a segurança alimentar dos países mais pobres estão também intimamente ligados ao futuro da política agrícola comum europeia.

Isabelle Durant (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, gostaria igualmente de manifestar o meu apoio a este excelente relatório da relatora, a senhora deputada Eva Joly, também membro do meu Grupo. A Parceria ACP-UE é mais necessária do que nunca, e a tragédia ocorrida no Haiti demonstra bem até que ponto a Parceria ACP-UE é indispensável e tem de ser inquestionavelmente reforçada.

É invulgar falar de todos estes aspectos com um Comissário que hoje está encarregado do desenvolvimento, mas que amanhã terá a seu cargo o comércio e, precisamente por esta razão, gostaria de lhe apresentar três sugestões.

Em primeiro lugar, tal como outros oradores referiram antes de mim, quando se trata do controlo parlamentar e da Assembleia, devemos continuar a realizar duas sessões anuais, não as reduzindo a uma só.

Em segundo lugar, por que não submeter os Acordos de Parceria Económica ao controlo parlamentar no caso dos países ACP, em vez de os submeter a uma lógica estritamente comercial para que, também aqui, os parlamentos possam participar e ser responsabilizados pelo controlo das repercussões dos Acordos de Parceria Económica sobre as populações e pela defesa dos seus interesses neste quadro?

João Ferreira (GUE/NGL). - Senhor Presidente, Senhor Comissário, caros Colegas, a revisão dos Acordos de Cotonu deve promover uma inflexão na política de cooperação e ajuda ao desenvolvimento da União Europeia. Esta política deve ser orientada para uma genuína cooperação e solidariedade e contribuir para promover um desenvolvimento autónomo e soberano dos países ACP.

São múltiplos os mecanismos que hoje mantêm muitos destes países sob relações de dominação e subjugação. A asfixiante dívida externa, várias vezes paga e, não obstante, sempre crescente, tem um papel central no estabelecimento deste tipo de relações.

A pressão feita pela União Europeia para a implementação dos acordos de parceria económica – fundamentalmente acordos de livre comércio – que tem reflexos nas prioridades actuais do Fundo Europeu de Desenvolvimento, que urge rever, é elucidativa do caminho que tem vindo a ser seguido. Um caminho que procura forçar a sujeição destes países a novas relações de dependência, aos interesses das multinacionais, e que conduz à sobreexploração dos seus recursos em favor de interesses que não os dos seus povos.

A ajuda ao desenvolvimento não deve depender da implementação dos acordos de parceria económica. As reservas e objecções dos países ACP devem ser respeitadas, assim como as prioridades por si estabelecidas.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, vou directo ao assunto para dizer o seguinte: penso que faz pouco sentido o n.º 31 da presente proposta de resolução sobre uma segunda revisão do acordo. Também eu me oponho a esta espécie de corrida de estafetas gerada pelos vários acordos de readmissão para migrantes, através dos quais as pessoas em causa são transferidas de um país para o seguinte. Neste aspecto, há seguramente necessidade de que estes acordos em cascata sejam mais bem regulados a nível internacional. Parece-me mais importante, no entanto, que este tipo de situação comece por ser evitada. Acredito, por isso, que a ideia de conceder vistos de circulação a nacionais dos países ACP não é o caminho a seguir. Por isso, é preciso que apoiemos a auto-ajuda, que promovamos a auto-suficiência. Transformemos os aqueles que vivem da caridade em produtores com sentido do valor próprio. Isso acabará certamente com a emigração social e com a fuga a necessidade de se fugir à pobreza social.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhor Presidente, esta tarde o debate desenrolou-se em torno do desastre inimaginável e de grandes proporções ocorrido no Haiti e da forma como a Europa pode ajudar a levar socorro às vítimas. Este debate devia recordar-nos - e essa a razão por que tomo a palavra durante esta sessão desta noite - que devemos abordar os acordos com países que enfrentam graves problemas económicos e que são particularmente vulneráveis a desastres naturais, como ficou demonstrado pela tragédia no Haiti, num espírito completamente diferente daquele com que olhamos para outros acordos económicos celebrados pela União Europeia. Estamos a falar de países à mercê da pobreza, da indigência e da doença. Estamos a falar de países onde a expressão crise humanitária tende a tornar-se a regra.

Como tal, é nossa responsabilidade, nosso dever, nosso credo e pedra basilar da União Europeia colocarmos a vida humana acima de tudo e só depois quaisquer dimensões técnicas ou económicas. É por isso que tudo o que debatemos hoje, desde a burocracia às questões técnicas, precisa de ser resolvidas o mais rapidamente possível.

Hans-Peter Martin (NI). – (DE) Senhor Presidente, quando penso nas Caraíbas, vêm-me à mente duas imagens: o enorme desastre que assola o Haiti e, quando já se trabalha neste Parlamento há muitos anos, também a dos eurodeputados deleitando-se nas sessões da Assembleia Parlamentar Paritária (APP) ACP-UE.

Depois deste longo debate, em que foram ditas coisas importantes, talvez fosse possível enviar um sinal muito concreto e, por consideração para com a situação no Haiti, passar proximamente sem uma ou duas daquelas luxuosas sessões da APP ACP-UE naqueles mesmos países e utilizar o lucro líquido efectivamente em benefício das vítimas. Seria apenas uma gota no oceano, mas seria simbólica e mostraria que, de facto, levamos a sério as muitas belas palavras proferidas neste Parlamento.

Crescenzo Rivellini (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Assembleia ACP é particularmente importante nesta conjuntura política em que a globalização dividiu, mais ou menos, o mundo em países que produzem produtos e países que produzem ideias, dando origem a uma migração de trabalhadores e também, naturalmente, de mercadorias.

No centro deste processo está o Mediterrâneo, o verdadeiro fulcro entre a Europa e os países ACP. As regras de Cotonu têm, por isso, de se adaptar a esta nova situação, e proponho - a pedido do Presidente da República Italiana, Giorgio Napolitano, que apoia oficialmente esta proposta - que seja criado um gabinete descentralizado ou se realize uma sessão anual fixa da Assembleia ACP na cidade europeia mais multiétnica, mais mediterrânica e próxima dos países ACP: Nápoles.

Repito, por isso - uma vez mais a pedido do Presidente da República Italiana -, que recomendo a discussão desta proposta em novos acordos. Além do mais, tem a vantagem de aproximar a Europa dos seus cidadãos e dos habitantes do Sul de Itália, que é a verdadeira plataforma logística em relação aos países do Mediterrâneo.

Janusz Wojciechowski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, permito-me pedir o uso da palavra depois de ouvir o discurso do senhor deputado Niculescu. Gostaria de apoiar firmemente a ideia que exprimi de que, nas nossas relações económicas com outros países, incluindo os países ACP, não devemos perder de vista a segurança alimentar da sociedade europeia. Nas relações com os países ACP, podemos sempre lembrar-nos da reforma do mercado do açúcar, levada a cabo sob o nobre desígnio do apoio a esses países, mas que, na realidade, agravou consideravelmente a situação dos agricultores e consumidores na União Europeia e não foi igualmente de grande utilidade para os países ACP. É preciso que tenhamos sempre em mente a segurança alimentar e a nossa sociedade, que necessita dessa segurança.

Karel De Gucht, Membro da Comissão. – (EN) Em primeiro lugar, relativamente ao SPG e SPG+, em princípio nada temos contra a sua inclusão no Acordo de Cotonu, mas devemos ter presente que o SPG e SPG+ são unilaterais e Cotonu é contratual. Penso, por isso, que são muito difíceis de incluir no Acordo de Cotonu, embora possamos talvez encontrar fórmulas que tornem essa ligação mais harmoniosa.

(FR) Controlo democrático: diversos oradores solicitaram que se mantivesse a prática de realizar duas reuniões plenárias anuais. A Comissão está disposta a reconsiderar o seu parecer a este respeito. No entanto, talvez pudéssemos aceitar que as reuniões regionais coincidissem, na medida do possível, com uma ou duas das reuniões plenárias, pois considero que as reuniões que se realizam no Parlamento Europeu e as que têm lugar noutras instituições resultam num número demasiado elevado de reuniões. Por conseguinte, concordo em princípio com a ideia de realizar duas reuniões plenárias. Contudo, considero que devem ter lugar numa data mais próxima daquela em que se realizam as reuniões regionais.

Muitos oradores falaram igualmente sobre a natureza dos Acordos de Parceria Económica. Foi esta a expressão que acordámos mas, na realidade, devíamos falar de acordos de parceria para o desenvolvimento. Considero que, dessa forma, a discussão com os países ACP seria mais fácil e teria um pouco mais de abertura. Em todo o caso se, a seu tempo, o Parlamento Europeu der o seu acordo a uma nova Comissão, da qual eu seja membro, tudo farei, no âmbito das minhas competências, para que estes acordos sejam um êxito e para estar presente nas sessões da Assembleia Parlamentar Paritária.

Foram apresentadas algumas questões relativas a assuntos fiscais. Penso que já abordei esta matéria na minha introdução e considero muito importante que esta seja uma questão fulcral no âmbito das nossas discussões com os países ACP, bem como no âmbito das nossas próprias discussões, pois, sejamos sérios - sei que este

assunto também interessa muito à Presidência espanhola -, se realmente quisermos fazer alguma coisa, também temos de ter a coragem de intervir, junto das nossas empresas, nestes países em desenvolvimento. O problema não se coloca apenas a esse nível. Coloca-se, em particular, eu diria mesmo acima de tudo, no âmbito do relacionamento entre a Europa e as suas empresas e indústrias nos países em desenvolvimento. Este processo está a decorrer, e sei que a Presidência espanhola tomará igualmente iniciativas neste domínio.

Migração.

(EN) No que respeita ao artigo 13.º, ambas as partes pretendem uma actualização no domínio da migração. Relativamente a esse artigo, a Comissão apresentou uma proposta equilibrada e coerente que se baseia nos três pilares da cooperação, nos domínios da migração e desenvolvimento, migração legal e migração ilegal e readmissão. Os aspectos apresentados no relatório foram tidos em consideração. Todas as áreas merecem igual atenção. As negociações estão em curso e estamos optimistas quanto à possibilidade de alcançarmos um acordo, desde que se mantenha o equilíbrio entre os três pilares.

O senhor deputado Michael Cashman fez um comentário sobre a discriminação. De momento não está presente, mas concordo plenamente com o que diz. A orientação sexual é um dos elementos propostos pela Comissão, e atribuímos-lhe elevada importância. No entanto, não devemos esquecer que, em alguns países ACP, a homossexualidade é proibida por lei. A Comissão tem esse mesmo facto em consideração. Dirigimo-nos recentemente ao Presidente do Burundi e ao Presidente do Uganda, por terem introduzido legislação discriminatória. Porém, este é um tema bastante melindroso e penso que, a determinada altura, os senhores deputados terão que o aceitar. Ou insistem que o texto seja muito claro, e provavelmente não chegaremos a acordo: é essa a primeira hipótese; ou, outra possibilidade, talvez utilizamos linguagem menos específica. A linguagem utilizada pelas Nações Unidas é menos específica, mas abrange a orientação sexual. Trata-se de uma questão que deve ser novamente discutida no âmbito das negociações. Penso que respondi à maior parte das questões, ainda que, por esse motivo, me tenha alongado demasiado.

Eva Joly, relatora. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a pobreza não diminuiu após a entrada em vigor do Acordo de Cotonu. Por conseguinte, falhámos na nossa missão de desenvolvimento. Algo tem que mudar com esta segunda revisão.

Congratulo-me com o facto de existir um consenso relativamente alargado quanto às medidas que proponho e considero que uma das medidas que podemos aplicar para erradicar a pobreza é combater de forma eficaz os paraísos fiscais e recorrer a este instrumento para levarmos a cabo o que for possível. No seio da União Europeia e na região ACP, podemos obrigar as empresas multinacionais a declarar os lucros arrecadados e os impostos pagos em cada país em que operem.

Essa é igualmente uma reivindicação a nível internacional. No entanto, muitos anos hão-de decorrer até que esta reivindicação seja satisfeita a esse nível. Por conseguinte, aproveitemos as oportunidades que este Acordo nos proporciona para estabelecer esta regra na Europa. É por esse motivo que peço que rejeitem a alteração proposta ao nº 16 e que seja mantida a redacção inicial, que apela a que "arrumemos" a nossa própria casa.

No mesmo sentido, podemos obrigar o nosso próprio Banco de Investimento a agir relativamente aos paraísos fiscais. Deveríamos proibir investimentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento em empresas que não trazem benefícios aos países onde operam, mas sim aos paraísos fiscais.

Foi o que aconteceu na Zâmbia, onde foram realizados investimentos significativos - penso que no valor de 46 milhões de dólares americanos - na mina de Mopani, por exemplo. Esses investimentos em nada contribuíram para melhorar a vida da população daquele país. Em vez disso, melhoraram a vida dos accionistas que beneficiaram da ajuda concedida. Por conseguinte, foi totalmente contraproducente. Está nas nossas mãos. Podemos alterar o mandato do nosso Banco. Façamos então o que estiver ao nosso alcance e não adiemos nada para amanhã. Devemos agir neste domínio.

Existem igualmente princípios relativamente aos quais devemos permanecer totalmente empenhados: os direitos humanos e os direitos dos migrantes. Apelo a que mantenham a redacção que propus para o artigo 31.º e a que não suprimam os protestos contra os acordos bilaterais os quais, na realidade, constituem uma externalização dos fluxos migratórios.

(Aplausos)

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã (Quarta-feira, 20 de Janeiro de 2010).

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Corina Creţu (S&D), *por escrito*. – (RO) A segunda revisão do Acordo de Cotonu representa uma oportunidade para avaliar os domínios que permanecem abertos a mudanças incorrectas ou ineficazes. É igualmente o momento em que é possível efectuar correcções ao Acordo, em conformidade com os desenvolvimentos a nível do processo de globalização. São numerosos os desafios a enfrentar, desencadeados por fenómenos sociais e económicos, como a crise financeira e económica e os conflitos armados, bem como os suscitados pela tendência negativa a nível da saúde da população, conforme revela o aumento do número de pessoas com doenças infecciosas (tuberculose, SIDA, malária) e o aumento do número de vítimas de violência ou de desastres naturais. Existem igualmente os desafios colocados pelas alterações climáticas, que são mais difíceis de controlar. Tendo em conta todos estes desafios, é urgente tornar a população dos países em desenvolvimento mais resistente a deficiências sociais sistémicas. Para tal, as acções de cooperação para o desenvolvimento devem centrar-se mais em elementos essenciais a nível dos sistemas de educação e de saúde pública. Por conseguinte, considero fundamental que estes aspectos sejam abordados de forma mais clara, através da consolidação do título I - Estratégias de desenvolvimento - na parte III do Acordo.

Martin Kastler (PPE), *por escrito*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votarei a favor deste relatório, pois considero que é importante aprofundar a cooperação entre a União Europeia e os países ACP no quadro dos Acordos de Parceria. Dito isto, gostaria de referir que este relatório contém a expressão "protecção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos". Que está por trás desta frase? Será que, em primeiro lugar, significa assegurar o bem-estar físico e mental das populações no que respeita a todas as áreas da reprodução e sexualidade humanas, por exemplo, através do combate contra a violência sexual e a mutilação genital? Será que, em segundo lugar, significa assegurar o acesso a informação sobre o chamado planeamento familiar? Ou que, em terceiro lugar, também abrange o aborto? No passado, na sequência de perguntas de deputados ao Parlamento Europeu, a Comissão e o Conselho clarificaram que a "saúde sexual e reprodutiva" não abrange o aborto. É exactamente essa a minha posição. Por conseguinte, considero importante estabelecer que a expressão "saúde sexual e reprodutiva das mulheres" não inclui o aborto, pelo que proponho uma clarificação nesse sentido no texto do Acordo.

Siiri Oviir (ALDE), *por escrito*. – (ET) Está actualmente a decorrer a segunda revisão do Acordo de Cotonu, de 2000. Essa revisão tem por objectivo introduzir uma série de alterações ao Acordo, as quais nos vão ajudar a atingir os objectivos nele estabelecidos: a erradicação da pobreza, o desenvolvimento económico e a integração gradual do Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico na economia mundial. Devemos ter em conta que, desde a última revisão do Acordo de Cotonu, em 2005, a situação mundial foi marcada por numerosos acontecimentos (por exemplo, a crise financeira, as alterações climáticas, o aumento dos preços dos produtos alimentares e da energia, etc.). Todos eles afectam directamente os países de África, Caraíbas e Pacífico. Concorro plenamente com a relatora quando afirma que essas evoluções registadas a nível da situação global podem, caso não sejam devidamente abordadas no âmbito do processo de revisão do Acordo, travar as perspectivas de consecução dos objectivos do Acordo de Cotonu e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015. Como se sabe, a UE e os países ACP chegaram hoje a acordo relativamente aos domínios e artigos que serão revistos no Acordo de Cotonu. As questões acima referidas foram, em parte, igualmente tidas em conta. Infelizmente, o que é preocupante é que isso significa que o Parlamento Europeu, a Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE e os parlamentos nacionais dos Estados-Membros e dos países ACP não estiveram envolvidos no processo de tomada de decisões adequadas, o que prejudica de forma significativa a transparência e a credibilidade do processo de revisão do Acordo. Considero que, para aumentar a auto-responsabilização e a legitimidade democrática, o papel do Parlamento Europeu, da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE e dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros e dos países ACP deve ser reforçado no âmbito do processo de revisão do Acordo.

9. Direitos processuais em processo penal (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate sobre

– a pergunta oral (O-0155/2009 - B7-0343/2009) dos deputados Sarah Ludford, Elena Oana Antonescu, Carmen Romero López, Heidi Hautala e Rui Tavares, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, sobre direitos processuais no âmbito dos processos penais,

– a pergunta oral (O-0156/2009 - B7-0344/2009) dos deputados Sarah Ludford, Elena Oana Antonescu, Carmen Romero López, Heidi Hautala e Rui Tavares, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, sobre direitos processuais no âmbito dos processos penais.

Sarah Ludford, autora. – (EN) Senhor Presidente, reconheço plenamente que estas duas perguntas orais apresentadas em 1 de Dezembro do ano passado foram ultrapassadas pelos acontecimentos. No entanto, este debate continua a ser pertinente, como forma de reconhecer que a questão dos direitos processuais está novamente em cima da mesa, após uma lamentável ausência de vários anos, e para sublinhar a urgência e a prioridade deste programa.

Na última década, o Parlamento Europeu queixou-se constantemente do facto de as garantias processuais e os direitos dos arguidos não terem sido alvo da mesma atenção, e muito menos da mesma acção, que as iniciativas destinadas a melhorar a celeridade e a eficácia da investigação e dos processos judiciais. Apoiámos essas iniciativas porque, dessa forma, é possível deter mais criminosos. Aqueles que, por uma questão de princípio, rejeitam o mandado de detenção europeu, estão a defender os membros da máfia e os terroristas, os violadores e os ladrões foragidos. Trata-se de uma questão de equilíbrio, bem como de aperfeiçoar o mandado de detenção europeu e, dessa forma, assegurar justiça para todos, através de garantias processuais que acompanhem os processos transfronteiras simplificados. Claro que os opositores do mandado de detenção europeu também não querem qualquer acção da UE a nível dos direitos. Em vez de um aperfeiçoamento do mandado de detenção europeu, pretendem uma limitação do mandado.

No entanto, a aplicação do mandado de detenção europeu sem as devidas garantias processuais conduziu, em alguns casos, a uma negação de justiça, porque o reconhecimento mútuo não foi acompanhado por uma base sólida de confiança recíproca. Um desses casos diz respeito a um dos meus eleitores, Andrew Symeou. Este cidadão encontra-se detido numa prisão grega há seis meses, a aguardar julgamento por homicídio involuntário. Esta acusação parece resultar de um caso de troca de identidades, e receio que as testemunhas tenham sido vítimas de brutalidade policial. Creio igualmente que o mandado de detenção europeu não foi aplicado de forma correcta. Quando se chegou a acordo relativamente ao mandado, em 2002, todas as partes concordaram que esta medida, da qual resultaria o julgamento e detenção de cidadãos da UE noutros Estados-Membros, seria rapidamente acompanhada por outras destinadas a garantir o direito desses cidadãos a um julgamento equitativo e a impedir a ocorrência de erros judiciários. Essa promessa não foi cumprida pelos Estados-Membros, na medida em que não aceitaram a proposta de decisão-quadro da Comissão de 2004 relativa aos direitos processuais, que era razoavelmente abrangente. Agora, o melhor que podemos ambicionar é uma abordagem gradual. Congratulo-me com o facto de ter sido relançada pela Presidência sueca, porém, trata-se apenas de um roteiro, de aplicação gradual.

Temos de encarar o copo como meio-cheio, ser optimistas, embora pessoalmente lamente e considere preocupante que o Conselho apenas prometa ter em consideração a fiança europeia (*Euro-bail*) e não prometa legislar sobre a mesma, a qual teria sido útil para Andrew Symeou, a quem foi formalmente recusado o pedido de libertação sob fiança por se tratar de um cidadão estrangeiro. Actualmente, é pedido aos juízes que executem as sentenças e as decisões dos tribunais de outros Estados-Membros, sem analisarem os factos. Por esse motivo, serão cada vez mais alvo de críticas e do descontentamento popular se, a nível de toda a UE, não se respeitarem as garantias processuais mínimas e os direitos mínimos da defesa, no âmbito da investigação criminal e dos processos judiciais. Não é apenas o cidadão comum que receia uma garantia insuficiente dos seus direitos: também os juízes, a polícia e os procuradores se sentem desencorajados de trabalhar em parceria.

Considero que a garantia dos direitos humanos deve ser uma condição inequívoca para a extradição, no âmbito do mandado de detenção europeu, mesmo que isso desagrade à Comissão. Graças aos democratas e liberais, a legislação britânica que executa esta medida determina que o tribunal deve estar convicto de que não existe qualquer violação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH). No entanto, surpreendentemente, os tribunais britânicos mostram-se relutantes em invocar esta cláusula para impedir a entrega. Se todos os Estados-Membros realmente cumprissem as suas obrigações ao abrigo da CEDH, talvez não fossem necessárias medidas a nível da UE. O problema não reside na inexistência de normas, mas sim no seu incumprimento na prática, e muitos Estados-Membros acabam por responder perante o Tribunal de Estrasburgo precisamente por esse motivo. Tendo em conta que o Tratado da União Europeia e agora o TFUE obriga os Estados-Membros da UE a respeitar a CEDH, esta situação é vergonhosa e inaceitável. Por conseguinte, necessitamos realmente de um mecanismo de execução a nível da UE, o qual, a partir de agora, será assegurado pelas competências da Comissão no que respeita a infracções, bem como pela supervisão do Tribunal de Justiça. Por conseguinte, as medidas da UE devem estar de acordo com a CEDH e não a devem infringir ou desvirtuar, devendo, ao mesmo tempo, contribuir para o reforço da sua aplicação.

Espero que a Comissão e o Conselho concordem que as directivas que garantem os direitos fundamentais devem corresponder a padrões elevados. A iniciativa do Estado-Membro sobre serviços de interpretação e de tradução, no âmbito da qual foi proposto o texto que o Conselho aprovou, no passado mês de Outubro,

é menos ambiciosa que o texto da Comissão e deve ser aperfeiçoada. Por esse motivo, preocupa-nos o facto de esta primeira medida não corresponder aos padrões mais elevados. Espero que sejamos mais ambiciosos e que estabeleçamos um precedente para as próximas fases de criação dos direitos processuais, de modo a que, aos serviços de interpretação e de tradução, se sigam outras medidas como o patrocínio judiciário, o direito à informação, o direito a contactar as autoridades consulares, etc. Por conseguinte, apelo ao Conselho e à Comissão para que dêem novas garantias de que as medidas no âmbito do roteiro serão implementadas de forma suficientemente célere, a fim de aproveitar a actual dinâmica, no sentido de verdadeiramente se assegurar o direito a um julgamento equitativo, que há muito devia ter sido consagrado.

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Congratulo-me com o facto de esta pergunta ter sido apresentada pela senhora baronesa Ludford, que acabou de tomar a palavra, bem como pelos senhores deputados Elena Oana Antonescu, Carmen Romero López, Heidi Hautala e Rui Tavares, pois trata-se de uma questão de extrema importância: os direitos processuais no âmbito dos processos penais. Gostaria de dizer que estamos de acordo que seja atribuída uma maior importância a esta matéria por vós apresentada, bem como que ocorra uma harmonização a nível europeu.

Na vossa pergunta, começam por referir que a Presidência sueca realizou progressos significativos. Efectivamente, a Presidência sueca fez progressos importantes neste domínio. Em Outubro, o Conselho aprovou directrizes gerais no que respeita ao texto relativo aos direitos à interpretação e à tradução no âmbito do processo penal e, um mês mais tarde, em Novembro, adoptou um plano referente a medidas adicionais no âmbito das garantias processuais, em resposta ao apelo da baronesa Ludford. Algumas dessas medidas foram referidas pela senhora baronesa como, por exemplo, o direito à informação sobre os próprios direitos - passe a redundância - e obrigações no âmbito de processos penais, sobre a ajuda, o patrocínio judiciário, a comunicação com familiares e com as autoridades consulares, ou sobre as garantias especiais que devem ser implementadas e a protecção para pessoas vulneráveis que estejam sob acusação. Foi o que sucedeu a nível do Conselho durante a Presidência sueca.

Nesta altura, os senhores deputados poderão perguntar: está tudo muito bem, mas existe algum acordo com o Parlamento Europeu para que este trabalho continue a ser encarado como uma prioridade? Podemos responder-vos: sim, prosseguir essa abordagem é uma prioridade. Como? E através de que iniciativas?

O primeiro passo da Presidência espanhola será tentar assegurar, em cooperação com o Parlamento Europeu, a adopção da Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos direitos à interpretação e à tradução no âmbito do processo penal, proposta por 13 Estados-Membros. Não foi possível continuar com a proposta apresentada pela Comissão, e 13 Estados-Membros substituíram essa iniciativa. Queremos que a referida iniciativa seja aprovada, naturalmente, em cooperação com o Parlamento Europeu. Além disso, esperamos que a Comissão tome as iniciativas adequadas relativamente aos restantes aspectos das garantias processuais. Temos todo o interesse em que tal ocorra com a maior brevidade possível, para podermos iniciar o processo de adopção das mesmas, mais uma vez, em cooperação com o Conselho e o Parlamento.

Para terminar, gostaria de dizer que a Presidência espanhola tenciona organizar um seminário em Madrid, no próximo mês de Março, em conjunto com a Comissão e a Academia Europeia de Direito, sobre o tema Normas comuns no âmbito das garantias processuais. Senhora Baronesa Ludford, penso que isto revela que concordamos plenamente consigo e com todos os que subscreveram esta pergunta, no que respeita à urgência de regulamentar esta matéria, de harmonizar a nível europeu e, naturalmente, de manter o Parlamento permanentemente informado sobre o progresso dos trabalhos.

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Obrigado pela pergunta apresentada. Os senhores deputados sabem em que medida valorizo as referidas garantias processuais. É verdade que a Comissão luta há muitos anos para que sejam verdadeiramente aplicadas em todos os processos penais a nível europeu regras mínimas comuns em matéria de direito de defesa. Essa aplicação é necessária para a cooperação judiciária e constitui uma condição para que a confiança mútua entre os Estados-Membros, que é fundamental, seja possível. A Comissão trabalhou incansavelmente para que seja adoptada legislação europeia neste domínio. É verdade que, graças à Presidência sueca, o roteiro foi adoptado pelo Conselho em 30 de Novembro de 2009. Este é um passo fundamental no âmbito da criação de legislação europeia relativa aos direitos processuais mínimos. Através deste acto, os Estados-Membros chegaram a acordo quanto ao âmbito de aplicação da referida legislação e ao facto de ser prioritário adoptá-la, em total cooperação com o Parlamento Europeu. Tal como os senhores deputados, acabei de ouvir o Senhor Presidente em exercício do Conselho, Diego López Garrido, explicar muito claramente que a Presidência espanhola também partilha a vontade de adoptar as referidas medidas iniciais, que irão assegurar a criação de um conjunto de garantias mínimas.

É verdade que, em última análise, a abordagem gradual do roteiro nos pareceu uma boa solução. Essa abordagem vai permitir que o objectivo pretendido seja atingido. A abordagem gradual possibilita uma análise mais exaustiva de cada direito no contexto da proposta legislativa, e, no quadro das negociações, permite que cada direito seja estudado individualmente. Esse facto torna possível evitar as negociações transversais que, por vezes, caracterizam os textos legislativos que são demasiado abrangentes e que podem permitir que alguns Estados-Membros dominem as negociações com o objectivo de obterem vantagens em domínios muito específicos. Por conseguinte, Senhora Deputada Sarah Ludford, estou certo de que a nova Comissão trabalhará com a maior celeridade possível, de modo a apresentar todas as propostas legislativas previstas no roteiro e para que as mesmas sejam adoptadas assim que possível.

No que respeita aos direitos à interpretação e à tradução, a primeira medida prevista no roteiro, a Comissão tomou conhecimento da iniciativa apresentada por alguns Estados-Membros. Devo referir que esta iniciativa se baseia na proposta da Comissão de Julho de 2009, bem como nas negociações que decorreram no seio do Conselho durante o segundo semestre de 2009. No entanto, é verdade que a iniciativa dos Estados-Membros não está em total conformidade com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem ou com a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

A antiga proposta da Comissão, que tornava obrigatória a interpretação das reuniões entre o acusado e o seu defensor, não é totalmente reproduzida na iniciativa dos Estados-Membros, que limita este direito à comunicação que tem lugar na presença das autoridades policiais e durante o julgamento. Além disso, a antiga proposta da Comissão previa o direito à tradução, um direito mais abrangente no texto da Comissão.

Como é óbvio, o Parlamento Europeu e o Conselho cooperarão neste domínio, e penso que conseguiremos um texto ambicioso no que respeita aos direitos processuais. Esse texto será essencial para a criação de um verdadeiro espaço judicial europeu. Asseguraremos igualmente que o texto esteja em conformidade com os padrões estabelecidos pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem e pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, bem como pela Carta dos Direitos Fundamentais. Por conseguinte, estou certo de que poderemos contar com o empenho do Parlamento nesta matéria, e, mais uma vez, registo que também teremos o apoio da Presidência espanhola.

Elena Oana Antonescu, em nome do Grupo PPE. – (RO) Embora se tenham verificado progressos no domínio do reconhecimento mútuo das decisões penais, muito pouco se tem avançado no que respeita à garantia e reforço dos direitos dos suspeitos e acusados.

As normas comuns são uma condição fundamental para que exista confiança recíproca entre os sistemas jurídicos dos Estados-Membros. A falta de equilíbrio entre os direitos dos suspeitos ou acusados, por um lado, e os instrumentos de que dispõe a acusação, por outro, podem comprometer o princípio do reconhecimento mútuo das decisões. É por esse motivo que a iniciativa da Presidência sueca, de Julho de 2009, de apresentar um roteiro para o reforço dos direitos processuais dos suspeitos ou acusados em processos penais constitui um passo em frente muito importante.

No que respeita aos direitos à interpretação e à tradução, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 1 de Dezembro, resultou num novo quadro institucional. Foi necessário que a proposta de decisão-quadro, pendente na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, fosse convertida em proposta de directiva para que os trabalhos no âmbito do presente dossiê pudessem continuar.

Preocupavam-nos o calendário e o âmbito de aplicação das futuras iniciativas sobre direitos processuais. Foi por esse motivo que decidimos apresentar estas perguntas à Comissão e ao Conselho. Pouco depois de terem sido apresentadas, em Dezembro, 13 Estados-Membros, incluindo a Roménia, apresentaram uma iniciativa tendo em vista a adopção de uma Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho. Estou certa de que, no decurso de todo o processo, conseguiremos aperfeiçoar o texto no que respeita ao seu âmbito de aplicação e de modo a assegurar a integridade dos procedimentos e a qualidade da tradução e da interpretação.

Relativamente às outras medidas estabelecidas no roteiro, consideramos que têm por objectivo assegurar o acesso aos direitos, bem como a assistência e patrocínio judiciários, estabelecer garantias especiais para suspeitos ou acusados vulneráveis e disponibilizar informação sobre os próprios direitos e sobre os custos envolvidos. Gostaríamos que o Conselho e a Comissão assumissem um compromisso claro, de modo a que as propostas de regulamento sejam apresentadas tão brevemente quanto possível.

As diferenças que existem actualmente entre os Estados-Membros exigem a adopção urgente de normas comuns.

Carmen Romero López, *em nome do Grupo S&D*. – (ES) Gostaria de felicitar a Presidência espanhola e, simultaneamente, lembrar que esta é a primeira iniciativa em matéria de direitos processuais. Já tínhamos debatido este tema, mas nada foi concluído até ao final da Presidência sueca.

Esta proposta de iniciativa já se encontra no Parlamento e o primeiro debate já teve lugar. Por conseguinte, consideramos que a pergunta é pertinente, que continua a ser pertinente, devido à importância do tema. Certamente que serão possíveis aperfeiçoamentos neste domínio, e esperamos que sejam possíveis progressos à medida que a iniciativa passe pelas diferentes fases.

Conforme referiu o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Jacques Barrot, a proposta da Comissão era sem dúvida mais ambiciosa e, por conseguinte, devemos melhorar o texto actual no Parlamento Europeu. No entanto, não se trata, de forma alguma, de um novo texto, uma vez que já foi discutido pelo Parlamento e pela Comissão, com a resistência dos Estados-Membros.

A Presidência sueca tentou desbloquear o processo com o seu roteiro, mas, apesar disso, a situação continua difícil no que respeita aos Estados-Membros. A situação mudou claramente após o Tratado de Lisboa, uma vez que agora o Parlamento toma as decisões. Por esse motivo, consideramos que a Comissão e o Conselho devem rever os direitos processuais, face ao novo cenário em que actualmente nos encontramos.

Gostaríamos que os referidos direitos processuais fossem considerados em conjunto. Não é possível reconhecer o direito à tradução sem reconhecer igualmente o direito à assistência judiciária ou à informação. Por essa razão, consideramos que deve ser atribuída prioridade aos planos da Comissão de ir propondo, ano após ano, estes direitos, de modo a que esta matéria possa ser considerada com a maior brevidade possível.

É verdade que a legislação contra o terrorismo retirou algumas garantias, mas, se quisermos construir um espaço de justiça e liberdade, temos que confiar nos nossos valores, para os podermos transmitir também ao projecto europeu.

Graham Watson, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente, este Plenário propôs a criação do mandado de detenção europeu em 6 de Setembro de 2001. A nossa proposta ainda estaria numa prateleira a apanhar pó se não fossem os acontecimentos em Nova Iorque, cinco dias mais tarde. Ossama Bin Laden contribuiu para o tornar realidade, e mim coube-me a honra de acompanhar esta medida no Parlamento.

Nessa altura, este Hemiciclo insistiu que deveria ser acompanhado por garantias processuais mínimas no âmbito dos processos penais. A Comissão apresentou as suas propostas em 2002 e determinou que seria necessário agir sem demora. Então por que razão, até há pouco tempo, esta matéria esteve parada, em cima da "mesa" do Conselho? Por que não lutou a Comissão para que todas as suas propostas fossem aprovadas e para que não fossem aprovadas de forma separada?

O mandado de detenção europeu veio substituir a extradição. Diminuiu significativamente o tempo necessário para a entrega. Promoveu o contacto directo entre as autoridades judiciais dos Estados-Membros. Impediu decisões baseadas em conveniências políticas, na medida em que os Estados-Membros entregam os seus próprios cidadãos.

O mandado de detenção europeu melhorou significativamente o Estado de direito no nosso continente. No entanto, depende da confiança recíproca, e existem demasiados casos em que essa confiança é posta em causa pelos nossos cidadãos.

Dois dos meus eleitores encontram-se actualmente detidos na Hungria, a aguardar julgamento. Apesar de a sua extradição já ter sido pedida há mais de um ano e de se encontrarem naquele Estado-Membro há dois meses, ainda não foi deduzida acusação e o início do julgamento pode demorar vários meses. Um deles perdeu o emprego e a principal fonte de rendimento da sua família. Ambos estão privados da companhia dos seus entes queridos. No entanto, os dois podem estar inocentes dos crimes de que são acusados.

Casos como este dão uma má reputação à cooperação judiciária a nível europeu. Tornam vergonhosa a inacção dos governos no Conselho. Os autores desta pergunta oral têm razão: é urgente que a Europa dê atenção a esta questão.

(O orador aceita responder a uma pergunta de outro deputado segundo o procedimento "cartão azul" nos termos do n.º 8 do artigo 149.º)

Presidente. – Obrigado, Senhor Deputado Graham Watson. Ia chamar-lhe o "padrinho" do mandado de detenção europeu, mas depois pensei que poderia resultar em algum mal-entendido.

William (The Earl of) Dartmouth (EFD). – (EN) O senhor deputado Graham Watson refere Ossama Bin Laden e o 11 de Setembro como a justificação que abriu caminho à adopção do mandado de detenção europeu. Considera então que o mandado de detenção europeu apenas deve ser utilizado contra terroristas e assassinos e relativamente a crimes graves e violentos?

Graham Watson, *em nome do Grupo ALDE.* – (EN) Senhor Presidente, se me permite, não referi Ossama Bin Laden como justificação. Disse que nos ajudou a agilizar o processo. O objectivo nunca foi que o mandado abrangesse apenas crimes no âmbito do terrorismo. Pretendia-se que fosse aplicável a todos os crimes graves. Quem se opõe à sua aplicação está, efectivamente, a opor-se ao Estado de direito no nosso continente, bem como à protecção que o mandado de detenção europeu proporciona aos nossos cidadãos.

Heidi Hautala, *em nome do Grupo Verts/ALE.* – (FI) Senhor Presidente, o senhor deputado Graham Watson tem toda a razão quando afirma que o Parlamento Europeu insistiu, desde o início, que o mandado de detenção europeu fosse acompanhado por normas mínimas claras no âmbito dos processos penais. Vemos agora com clareza o tipo de problemas que muitos Estados-Membros enfrentam devido ao facto de o mandado de detenção europeu ter sido construído sobre areia. Foi, efectivamente, construído sobre areia, pois presumiu-se que os Estados-Membros poderiam confiar nos sistemas judiciais alheios: que o Estado de direito e as normas relativas a julgamentos equitativos seriam uma realidade nos diferentes Estados-Membros.

Tal como outros oradores antes de mim, também eu poderia descrever situações que comprovam que a realidade não é essa e que é urgente que a Comissão actue, conforme o senhor deputado propôs momentos atrás. Temos que estabelecer um sistema abrangente em que os direitos mínimos no âmbito dos processos penais sejam acautelados. Considero que o Tratado de Lisboa também nos proporcionará essa oportunidade, pois o Parlamento Europeu passou a ter competências legislativas totais, em conjunto com o Conselho, e foi com grande satisfação que ouvi o Senhor Vice-Presidente Jacques Barrot dizer que tem confiança nesta parceria entre a Comissão e o Parlamento. A Comissão e o Parlamento devem agora constituir um eixo de poder que efectivamente ultrapasse a resistência dos Estados-Membros que se têm oposto aos progressos neste domínio.

Prometi contar-vos uma história sobre o que sucede quando o sistema do mandado de detenção europeu é cumprido, mas o Estado de direito não é respeitado. Actualmente, na Finlândia, um casal checheno, Hadižat e Malik Gataev, estão detidos. Antes de viajarem para a Finlândia, residiram na Lituânia onde, durante muitos anos, dirigiram um orfanato para as crianças vítimas da guerra na Chechénia. Acontece que, na Chechénia, a polícia de segurança pôs fim às suas actividades, alegando que poderão ter ocorrido casos de violência sem gravidade na família. Foram provavelmente situações relacionadas principalmente com a família e, por conseguinte, nada que se assemelhe a agressões graves, por exemplo. O referido casal está agora na Finlândia. Requereram asilo, e a Lituânia pediu a sua extradição. A audição do processo terá lugar na próxima Segunda-feira, no Tribunal Distrital de Helsínquia.

Que podemos nós fazer numa situação como esta, tendo em conta que temos que partir do princípio de que a Finlândia deveria confiar que, na Lituânia, este casal terá direito a um julgamento equitativo? Temos provas muito concretas de que isso não tem acontecido. Eu diria que existem muitos exemplos de casos como este, em que o mandado de detenção europeu não fez qualquer sentido. Temos que fazer progressos neste domínio, pois, caso contrário, será completamente impossível estabelecermos a confiança entre os Estados-Membros, a qual será inevitavelmente necessária caso queiramos implementar a cooperação judiciária.

Janusz Wojciechowski, *em nome do Grupo ECR.* – (PL) Senhor Presidente, tal como a senhora deputada Heidi Hautala, gostaria de referir um exemplo. No Reino Unido, um jovem polaco foi condenado a prisão perpétua por violação, no âmbito de um julgamento que se baseou em provas circunstanciais. O julgamento decorreu sob a influência de uma intensa campanha de difamação na comunicação social e, segundo alguns observadores, não esteve de forma alguma à altura dos padrões polacos relativos a um julgamento equitativo. Esse cidadão está agora a cumprir a pena de prisão perpétua numa prisão polaca, apesar de a legislação daquele país não prever que o crime de violação seja punido com prisão perpétua, que apenas se aplica ao crime de homicídio. Na Polónia, o crime de violação apenas pode resultar numa pena máxima de 12 anos de prisão. Por conseguinte, trata-se de uma situação em que um cidadão está detido numa prisão polaca, a cumprir uma pena que não está em conformidade com os princípios da lei daquele país.

Este exemplo serve para demonstrar o problema que enfrentamos e revela a necessidade urgente de estabelecer determinadas normas gerais, quer no domínio dos processos penais, quer, na minha opinião, no domínio das regras relativas à execução de penas. Acontece que nos estamos a deparar, cada vez mais, com situações

em que os cidadãos que praticam crimes são julgados num país e cumprem a pena noutro. Por conseguinte, apoio a ideia da criação de normas e da adopção de uma directiva.

Rui Tavares, em nome do Grupo GUE/NGL. – Senhor Presidente, a União Europeia avança sobre duas pernas: por um lado, a dos Estados-Membros e, por outro lado, a dos cidadãos, que estão representados nesta Casa através dos seus representantes eleitos.

Ora, acontece que, muitas vezes, após os Estados terem resolvido os seus problemas, terem encaixado os seus sistemas judiciais, após terem colocado em comunicação os seus sistemas policiais, se esquecem de tratar de tudo o resto e se esquecem de fundamentar, de criar alicerces de confiança entre os cidadãos da União Europeia. Este é um desses casos.

O mandado europeu, evidentemente, torna mais expeditas as coisas e torna mais fácil a vida dos sistemas judiciais na União Europeia. No entanto, outros direitos, como os de tradução e interpretação (nos quais tive o prazer e a honra de trabalhar com a colega Ludford), são essenciais para que os cidadãos europeus sintam confiança ao serem tratados pelos sistemas judiciais de outros Estados-Membros.

É com prazer que me junto aos meus colegas para pedir à Comissão e ao Conselho que, rapidamente, produzam textos que, através do processo de co-decisão, possam fazer avançar este processo em outros direitos procedimentais em processos criminais.

William (The Earl of) Dartmouth, em nome do Grupo EFD. – (EN) Tomo a palavra esta noite porque, conforme foi referido, dois cidadãos, Michael Turner e Jason McGoldrick, encontram-se detidos na ala 2 da penitenciária central de Budapeste, na Hungria. Estão detidos desde 3 de Novembro e ainda não foram presentes a julgamento. Na realidade, a data do julgamento ainda nem sequer foi definida. As condições em que se encontram são difíceis. Estão em locais diferentes e não têm qualquer contacto um com o outro. Partilham uma cela exígua com três outros reclusos. Estão confinados às suas celas durante 23 horas por dia. Estão autorizados a fazer três telefonemas e a tomar um duche por semana. Os familiares podem visitá-los uma vez por mês.

Resumindo, estão isolados. A barreira linguística torna o isolamento ainda mais difícil de suportar. Foram acusados de cometer um "crime de colarinho branco". Não são assassinos ou terroristas. Apenas estão detidos devido ao mandado de detenção europeu.

De uma assentada, o mandado de detenção europeu anulou as garantias relativas à detenção que foram estabelecidas no Reino Unido ao longo de mil anos. Pode abanar a cabeça à vontade, Senhor Deputado Graham Watson: deveria, sim, pedir desculpa. As trocas de identidade e os roubos de identidade significam que o que aconteceu aos senhores Jason McGoldrick e Michael Turner pode agora também acontecer a qualquer cidadão britânico, em qualquer altura.

O Partido Trabalhista, os Democratas e Liberais e o Partido Conservador votaram a favor do mandado de detenção europeu. Para citar Zola, "*J'accuse*" (eu acuso) os partidos do poder político estabelecido do Reino Unido: o seu apoio ao mandado de detenção europeu pôs todos os cidadãos britânicos em risco de serem vítimas de uma detenção arbitrária.

Krisztina Morvai (NI). – (HU) Sendo húngara e advogada de direito penal, devia ter vergonha, porque hoje, aqui no Parlamento Europeu, a propósito do assunto da falta de garantias processuais em processos penais, dois dos meus colegas deputados, que representam duas visões políticas diferentes, referiram a Hungria como exemplo flagrante. Ainda que fique envergonhada, não posso deixar de concordar com eles, porque eu própria tive experiências semelhantes. Peço-lhes, tal como a todos os restantes deputados, os poucos ainda aqui estão presentes durante o debate deste importante assunto, que considerem o seguinte: se sabemos dessas graves infracções à lei em casos envolvendo estrangeiros, que são politicamente irrelevantes para o Estado húngaro e para o Governo húngaro, o que não será o destino daqueles que se opõem ao governo húngaro, digamos, porque se opõem politicamente ao Governo?

Actualmente, estão presas 15 pessoas em prisão preventiva por terem tentado assumir posição contra os actos corruptos do Governo húngaro. Como retaliação, foram instaurados processos penais contra essas pessoas, com base em acusações falsas de terrorismo. Até agora, não foi apresentada qualquer prova; as autoridades não se sentem na obrigação de mostrar qualquer tipo de prova. As pessoas em causa estão detidas nas condições que ouvimos, sem contacto com as suas famílias, com o público e com a imprensa. Por favor, é preciso que nos unamos e façamos algo para normalizar a situação na Hungria e fazer com que seja

impossível tirar partido da falta de garantias processuais em processos penais, em especial por razões políticas. A Hungria tem de instituir tais garantias.

Carlos Coelho (PPE). - Senhor Presidente, o Sr. Ministro López Garrido não levará a mal que a primeira palavra seja para o Vice-Presidente Barrot. Não sei se teremos a oportunidade de estar com ele neste plenário antes da entrada em vigor da nova Comissão e, portanto, queria, por precaução, agradecer-lhe o esforço, a inteligência e a espectacular colaboração que teve com o Parlamento Europeu nesta área da justiça e dos assuntos internos.

Queria dizer que junto a minha voz àqueles que acham que esta é uma área muito importante. Nós não queremos apenas construir a Europa da segurança. Queremos também construir a Europa da justiça e, por isso, todas as iniciativas que tenham a ver com os direitos processuais são fundamentais.

Nós temos que tomar medidas no sentido do apoio às vítimas e do respeito pelos direitos dos cidadãos que se encontram perante a justiça. Creio que essa é uma mensagem que fica, com dois apelos muito claros: um para o Conselho, na sequência daquilo que Graham Watson disse, melhor do que eu.

Não faz sentido que, passados oito anos, nós estejamos ainda nesta fase do processo e apenas relativamente a alguns tipos de direitos. Temos que ser mais expeditos, mais rápidos, e essa é uma tarefa que fica para o Conselho e para o Parlamento e para o Comissário Barrot sensibilizar a sua colega, a próxima Comissária, a próxima Comissão.

A Comissão tem que tomar a iniciativa em todas as outras áreas que têm a ver com os direitos processuais, e não apenas com estes relativos à língua e à tradução.

Monika Flašíková Beňová (S&D). - (SK) A questão dos direitos processuais fundamentais em processos penais é um dos assuntos-chave que deveriam ter ressonância no domínio da justiça e dos assuntos internos.

Em princípio, o projecto de decisão-quadro define um conjunto de direitos processuais fundamentais em processos penais, nomeadamente o direito a apoio jurídico, o direito à interpretação e tradução, o direito a atenção específica em domínios sensíveis e o direito a comunicar e a cooperar com autoridades consulares. A lista de direitos fundamentais deveria ser considerada como estritamente demonstrativa, uma vez que o papel da União Europeia é o de assegurar que os Estados-Membros respeitem o conjunto mais amplo possível de direitos fundamentais, inclusivamente na perspectiva do estatuto de Partes no Conselho da Europa dos Estados-Membros e com referência à Convenção do Conselho da Europa.

O nosso esforço deveria ir no sentido de promover meios de regulação das relações processuais em matéria penal que assegurem os referidos direitos a todos quantos estejam envolvidos em processos penais, quer sejam vítimas e partes lesadas, quer sejam autores dos crimes, de modo a que disponham de um julgamento justo e democrático que satisfaça integralmente a finalidade de quaisquer penas aplicadas, que não é unicamente a repressão, mas também a reabilitação social e a educação.

Gerard Batten (EFD). - (EN) A comissão parlamentar solicita que o Conselho continue a trabalhar com vista a direitos processuais europeus comuns em matéria penal. Um procedimento comum existente, o Mandado de Captura Europeu (MCE), veio eliminar as salvaguardas, com séculos de existência, contra a detenção e a prisão injustas, de que os Britânicos gozavam. Isto não é um argumento académico. O MCE está a destruir a vida de pessoas inocentes. Andrew Symeou, eleitor da minha circunscrição, é apenas uma de entre um número crescente de pessoas que são extraditadas sem que um tribunal britânico tenha competência para conhecer dos indícios contra elas e para impedir a extradição injusta. A extradição foi reduzida a uma mera formalidade burocrática. Andrew Symeou esteve preso seis meses na famigerada prisão de Korydallos, sem caução, nem perspectiva de julgamento. O cinismo político dos Democratas e Liberais britânicos é aflitivo. Agora, choram lágrimas de crocodilo em Londres a propósito da sorte de Andrew Symeou, apesar de terem sido materialmente responsáveis pelos processos comuns que a causaram e de, aqui, trabalharem em prol de mais legislação do mesmo género. Os processos comuns têm a ver com baixar os padrões jurídicos europeus, e não com elevar esses padrões.

Permitam-me que faça uma sugestão. Se quiserem padrões mais elevados de processo penal na Europa, adoptem o *habeas corpus*, o julgamento por júris e as disposições principais da Magna Carta e da Carta de Direitos de 1689 como normas europeias comuns.

Georgios Papanikolaou (PPE). - (EL) Senhor Presidente, é crucial realizarmos os maiores progressos possíveis na criação de um quadro de referência europeu comum para direitos processuais em sede de aplicação da justiça. O conceito-chave é o conceito de confiança. Queremos que os cidadãos europeus que

recorrem à justiça tenham confiança quanto à protecção dos seus direitos fundamentais. Também queremos confiança entre os Estados-Membros no quadro da cooperação entre estes e da aplicação última da justiça a cada pessoa chamada perante esta. Por fim, precisamos da confiança de todos nós quanto à aplicação da justiça. Enquanto não promovermos estes quadros comuns a nível europeu, quer queiramos, quer não, haverá, por vezes, alguns crimes que exploram os vazios e, em última análise, não conseguiremos a aplicação da justiça pela qual lutamos, precisamente por não existirem tais quadros comuns.

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Depois de ouvir as intervenções, gostaria de dizer que me congratulo por ver que muitos deputados, de grupos políticos muito diferentes, estão de acordo quanto à necessidade de harmonizar garantias processuais a nível europeu e de elaborar um autêntico direito europeu das garantias processuais.

Todos os oradores e todos os grupos políticos estão de acordo quanto à necessidade de elaborar um autêntico direito europeu das garantias processuais. Isto mostra a importância e a necessidade do processo de integração europeia e a importância de uma Europa dos Cidadãos, de um espaço judicial europeu e da aplicação do Tratado de Lisboa. Este assunto está no cerne do programa da Presidência espanhola para o próximo semestre, e mereceu um apoio inequívoco em todas as intervenções a que assisti, com base em diversos argumentos e considerado de diferentes pontos de vista: a necessidade de avançar no sentido de garantias processuais harmonizadas.

Gostaria também de retomar a questão suscitada pela senhora deputada Flašíková Beňová, que considero muito importante, isto é, a questão da necessidade de dar esse passo especificamente no momento em que a União Europeia está prestes a assinar a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, tal como estabelecido no Tratado de Lisboa.

Queria terminar, Senhor Presidente, declarando que o Conselho e a Presidência espanhola vão trabalhar no sentido de assegurar que todas essas garantias processuais sejam postas em prática, através das directivas que a Comissão Europeia irá apresentar oportunamente, bem como da directiva cuja elaboração está em curso, baseada numa iniciativa de 13 Estados-Membros, se bem me lembro.

Gostaria de referir um último ponto, sobre o Mandado de Captura Europeu. O Mandado de Captura Europeu só foi evocado para ser criticado. Gostaria de dizer que o Mandado de Captura Europeu constitui um exemplo fundamental do que é a União Europeia e de cooperação contra a criminalidade organizada na União Europeia. Tenho autoridade para o dizer alto e bom som, sendo eu, como sou, de um país como Espanha, que continua a sofrer com o terrorismo e para o qual o Mandado de Captura Europeu constitui uma arma essencial na luta contra o terrorismo.

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, o Senhor Secretário de Estado tem razão e o senhor deputado Carlos Coelho disse-o muito bem antes, quando falou de “uma Europa da segurança, uma Europa da justiça”. Sim, Senhor Deputado Watson, o Mandado de Captura Europeu tem sido muito eficaz e muito útil, apesar de ser verdade que, ao mesmo tempo, precisamos de pôr o espaço judiciário europeu de pé e a funcionar, e é neste domínio que temos de trabalhar por essa Europa da justiça, de modo a que haja verdadeiramente confiança no modo como a justiça é exercida em toda a Europa.

A este propósito, gostaria, uma vez mais, de agradecer aos autores da pergunta e de lhes dizer, uma vez mais, que, com base no texto que reflecte a abordagem geral do Conselho de 23 de Outubro de 2009, a Comissão, com a ajuda do Parlamento Europeu e da Presidência espanhola, vai assegurar que esse texto fique com mais qualidade do que o actual. Acrescentaria que, obviamente, vamos ter o cuidado de formular todas as propostas legislativas necessárias na devida altura, de modo a que não sejam necessárias iniciativas da parte dos Estados-Membros.

A Comissão já está a trabalhar na proposta relativa a uma carta de direitos. A Comissão esforçar-se-á por que todas as medidas previstas no plano sejam adoptadas o mais rapidamente possível. A estimativa de um ano para a aplicação de cada medida é meramente indicativa. Se as negociações o permitirem, a Comissão terá todo o prazer em avançar mais rapidamente, não haja dúvidas quanto a isto.

Acredito firmemente que as opiniões mudaram e que, com o programa plurianual de Estocolmo, temos efectivamente a obrigação de produzir resultados neste domínio. Além disso, tenho a dizer que, desde que assumi tais responsabilidades, fiz tudo quanto era possível para conseguir progressos nesta questão das garantias processuais e, apesar de termos optado por uma fórmula passo-a-passo, acredito que estamos agora no bom caminho. Gostaria de agradecer ao Parlamento Europeu e à Presidência espanhola, convencido como estou de que uma Europa da justiça fará progressos significativos em 2010.

Presidente. – Muito obrigado, Senhor Comissário. Estou certo de que muitas pessoas fora desta Assembleia gostariam de subscrever as afirmações do senhor deputado Carlos Coelho, ao agradecer-lhe a sua dedicação e empenhamento enquanto Comissário ao longo deste período. Muito obrigado.

Está encerrado o debate.

10. Tráfico de seres humanos (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate sobre

– a pergunta oral ao Conselho sobre a prevenção do tráfico de seres humanos, das deputadas Anna Hedh e Edit Bauer, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (O-0148/2009 - B7-0341/2009), e

– a pergunta oral à Comissão sobre a prevenção do tráfico de seres humanos, das deputadas Anna Hedh e Edit Bauer, em nome da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (O-0149/2009 - B7-0342/2009),

Anna Hedh, autora. – (SV) Como todos sabemos, o tráfico de seres humanos é um dos crimes mais graves e abomináveis do mundo. É por isso que estou muito decepcionada com o facto de estar a debater esta importante questão tão tarde, esta noite, perante uma Assembleia vazia, sem público nem jornalistas.

Em 1850, a escravatura foi oficialmente abolida em toda a Europa. Não obstante, quase 200 anos depois, centenas de milhar de pessoas sofrem com a forma moderna de escravatura que é o tráfico de seres humanos na Europa. O Parlamento Europeu e as outras Instituições da União Europeia têm uma enorme responsabilidade quanto a combater e a pôr termo à escravatura dos nossos dias, que assume muitas formas diferentes: trabalho forçado, escravatura sexual, tráfico de órgãos, adopção e mendicância, por exemplo.

É por isso que me agrada que hoje estejamos a debater esta importante questão. Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer a vossa boa colaboração até agora, e espero que, em conjunto, acabemos por conseguir chegar a uma resolução comum. Espero também que a nova Comissão apresente uma directiva sobre tráfico de seres humanos o mais rapidamente possível – uma directiva que tenha mais força e que vá ainda mais além do que a proposta apresentada pela Comissão cessante, que, em si, era uma boa proposta.

Para fazer face ao problema do tráfico de seres humanos, precisamos de dispor de uma perspectiva geral que leve em conta todas as políticas afectadas, isto é, não só o direito penal, mas também a migração. Precisamos também de dispor de sanções apropriadas que reflectam verdadeiramente a gravidade deste crime e que penalizem verdadeiramente quem ganha dinheiro com o tráfico de seres humanos. Temos de assegurar que as vítimas recebam melhor ajuda e protecção, que seja dispensada atenção especial às vítimas que sejam menores, e precisamos de melhor coordenação no âmbito das Instituições da União Europeia.

No entanto, para enfrentar verdadeiramente o problema do tráfico de seres humanos, todos os Estados-Membros têm de investir um esforço substancial no trabalho de prevenção, o que, em grande medida, significa reduzir a procura existente nos nossos países de serviços prestados pelas vítimas de tráfico. Se conseguirmos reduzir a procura, a oferta de serviços também baixará.

Por fim, apelo ao Conselho, à Comissão, ao Parlamento Europeu, aos Estados-Membros e às outras Instituições da União Europeia: unamo-nos para pôr termo ao tráfico de seres humanos na Europa, o qual é uma forma moderna de escravatura.

Edit Bauer, autora. – (HU) Não há maior sinal da gravidade do problema do tráfico de seres humanos do que o facto de, mesmo na Europa, várias centenas de milhar de pessoas por ano serem vítimas do mesmo. Provavelmente foi por isto ser tão inacreditável que os intérpretes disseram “várias centenas” em vez de “várias centenas de milhar”. A opinião popular vai mais ou menos no mesmo sentido. Acha que é uma questão marginal, e subestima, quer as suas consequências, quer o peso do próprio fenómeno. Penso que a Europa tem obrigação de reforçar a luta contra o tráfico de seres humanos. Gostaria de me referir a dois assuntos. O primeiro é a protecção das vítimas, e o segundo é a eliminação da procura. No que toca à protecção das vítimas, há legislação europeia, que a Comissão prometeu reavaliar até 2009. Infelizmente, apesar de essa directiva, a Directiva 2004/81 efectivamente exigir actualização, até agora a dita reavaliação não viu a luz do dia, enquanto a maioria das vítimas é tratada como acessória do crime e é ainda mais vitimizada. Todos sabemos, igualmente, que, sem a ajuda das vítimas, é impossível apanhar os grupos criminosos, tal como foi confirmado pela administração da Europol.

Gostaria de chamar a atenção para o processo legislativo relativo a outra questão, nomeadamente a da eliminação da procura. O tráfico de seres humanos tem o seu próprio mercado. As leis da oferta e da procura aplicam-se-lhe tal como se aplicam a outros mercados. Habitualmente, lidamos com o lado da oferta e esquecemos mais ou menos, ou não queremos abordá-lo, o lado da procura, mas, enquanto não conseguirmos eliminar a procura, estaremos provavelmente a procurar em vão combater o tráfico de seres humanos. Além disso, gostaria de salientar a necessidade de coordenação de políticas. Verificámos que, na Comissão, certas DG, certas direcções-gerais, não coordenam verdadeiramente as suas políticas, e que o fluxo de informação entre essas direcções-gerais também é insatisfatório. Penso que também temos trabalhar a fazer neste aspecto.

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhora Deputada Hedh, Senhora Deputada Bauer, não podia concordar mais com a iniciativa, a pergunta e o debate que criaram aqui esta noite. Penso que o tráfico de seres humanos é a maior praga da humanidade. É, por isso, um dos grandes desafios que temos de assumir, e que temos de assumir em conjunto. Este é mais um exemplo da importância de combinarmos os nossos esforços a nível europeu, e fora da Europa, para eliminar essa praga.

Na vossa pergunta, começaram por questionar se a abordagem a adoptar pela União Europeia deveria ser centrada nos direitos humanos, holística e focalizada no repatriamento e na reintegração, nos assuntos sociais e na inclusão social. A resposta é sim. Concordamos inteiramente que é essa a abordagem certa. Concordamos também com a proporcionalidade na severidade das sentenças – este é outro dos pontos que suscitaram na vossa pergunta – e com a necessidade de medidas adicionais para a protecção das vítimas. Chamaram a atenção e salientaram – e eu concordo totalmente – que a protecção das vítimas é essencial, se queremos lutar contra o comércio e o tráfico de seres humanos, e que o consentimento na exploração por parte de vítimas indefesas ou crianças é completamente irrelevante; tem de ser irrelevante, quando se trata de punir esse comportamento explorador.

Penso que a vossa ideia sobre a questão da procura também é importante. É uma ideia muito importante que também tem de ser examinada. O mesmo se aplica à questão da jurisdição.

Sobre a segunda parte da pergunta, pensamos que a coordenação da informação é absolutamente necessária. Concordamos, por isso, com a proposta referida na pergunta, que nos parece muito apropriada.

Também nos questionaram sobre medidas preventivas. Posso afirmar, sobre este assunto, que a União Europeia está a trabalhar em tais medidas. Em 2005, o Conselho adoptou um plano a este respeito, o qual necessitaria de ser implementado de forma eficaz. No mesmo sentido, e como sabem, o tráfico de seres humanos é um assunto consignado em muitos acordos entre a União Europeia e países terceiros, por exemplo, a Parceria Estratégica África-União Europeia. É também uma das prioridades dos acordos de estabilização e associação entre a União Europeia e os Balcãs Ocidentais. Referiria ainda que a assistência em matéria de formação e consciencialização de pessoas susceptíveis de estar em contacto com vítimas desempenha um papel importante na luta contra o tráfico de seres humanos. Exemplos de pessoas nessas condições são os elementos da polícia de fronteiras e da polícia e os funcionários da segurança em países terceiros.

Gostaria de terminar afirmando que a Presidência espanhola trabalhará nesta direcção e preocupar-se-á especificamente com a questão das crianças que são afectadas pelo tráfico, que constitui uma das principais prioridades da Presidência espanhola. Entre outras iniciativas, solicitámos à Comissão que apresentasse, no início de 2010, um plano de acção em matéria de menores não acompanhados que entram na União Europeia.

Por último, Senhor Presidente, durante o seu mandato, durante o semestre, a Presidência espanhola pedirá um debate imediato sobre uma directiva destinada a lutar contra o tráfico de seres humanos, e tenho a certeza de que a nova Comissão irá apresentar tal proposta imediatamente. Quando a Comissão elaborar o seu projecto, a Presidência espanhola dará início à respectiva discussão no Conselho e com o Parlamento. Queiram considerar isto como uma expressão da nossa determinação no que toca a lutar contra esta forma moderna de escravatura, tal como os oradores precedentes muito bem disseram.

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, o Senhor Secretário de Estado acabou de explicar de que modo, de facto, este tráfico de seres humanos é uma forma de escravatura. Gostaria muito de agradecer às senhoras deputadas Hedh e Bauer por terem apresentado esta pergunta.

Temos de apresentar uma abordagem holística e pluridisciplinar que não se limite à repressão, mas que integre a cooperação internacional com países terceiros. Essa abordagem integrada foi a adoptada pela Comissão na sequência da proposta de decisão-quadro publicada em Março de 2009. Essa decisão-quadro baseia-se na Convenção do Conselho da Europa relativa à Acção contra o Tráfico de Seres Humanos, de 2005, mas vai mais longe.

Naturalmente, tal como acaba de afirmar o Senhor Secretário de Estado, utilizaremos a nova base jurídica proporcionada pelo Tratado de Lisboa para apresentar, o mais rapidamente possível, uma proposta de directiva, a qual tomará em consideração as discussões que tiveram lugar antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Com esta nova proposta de directiva, esperamos ser capazes de manter um nível elevado de ambição.

Entendemos que o Parlamento Europeu deve desempenhar um papel fulcral e que o seu empenhamento é muito importante para o reforço do quadro jurídico europeu de medidas destinadas a combater o tráfico de seres humanos. Passo, por isso, a dar-vos alguma informação, em resposta ao conteúdo da pergunta.

Em primeiro lugar, as penas: o tráfico de seres humanos é um crime muito grave, devendo ser punido em conformidade. As sentenças devem ser severas e a harmonização das penas máximas deve prosseguir. Essas penas variam muito consoante os Estados-Membros, de três a vinte anos para crimes simples e de dez anos a prisão perpétua para crimes com agravantes.

Ainda que eu admita que o modo como as sentenças são pronunciadas possa diferir de um Estado-Membro para outro, tão grande discrepância entre penas é injustificável num contexto europeu, pelo que, na nova proposta, vamos prever penas muito severas.

Passaria, agora, à questão da ajuda e protecção dispensadas às vítimas. A ajuda, apoio e protecção dados às vítimas do tráfico de pessoas, nomeadamente no que se refere a alojamento, assistência médica e psicológica, aconselhamento, informação, serviços de interpretação e representação jurídica, são essenciais.

Obviamente, uma vez que é um anseio da Presidência espanhola, consideraremos também medidas específicas e mais protectoras para as crianças que são vítimas de tráfico. O sistema de apoio e representação jurídica deveria ser gratuito, em especial para as crianças.

Finalmente, durante o ano de 2010, a Comissão publicará o seu primeiro relatório sobre a implementação da directiva relativa ao título de residência concedido aos nacionais de países terceiros que sejam vítimas do tráfico de seres humanos e que cooperem com as autoridades competentes. No seguimento desse relatório, veremos se é apropriado alterar a directiva.

No que toca a medidas destinadas a desencorajar a procura, a Comissão, na sua futura proposta de directiva, tenciona também incluir uma cláusula que obrigue os Estados-Membros a tomarem iniciativas neste domínio, bem como encorajá-los a criminalizarem a utilização de serviços ou trabalho sexual, quando o utilizador saiba que a pessoa é ou foi vítima de tráfico de seres humanos.

No que diz respeito à jurisdição, temos de aumentar a capacidade de cada Estado-Membro para perseguir não só os seus nacionais, mas também pessoas que residam habitualmente no seu território e que sejam consideradas culpadas de tráfico de seres humanos no estrangeiro. Este ponto é essencial, quando se trata de combater o fenómeno das chamadas novas máfias, nomeadamente organizações criminosas constituídas por indivíduos de diferentes nacionalidades, que estabelecem o centro dos seus interesses criminosos e, por conseguinte, a sua residência num país da União Europeia.

A seguir, temos a recolha de dados. A Comissão investiu muito no desenvolvimento de indicadores comuns para a recolha de dados. Temos de fornecer à União Europeia estatísticas fiáveis e comparáveis. Vários projectos importantes foram levados a cabo, e os resultados dessas iniciativas devem ser objecto de seguimento apropriado, permitindo o desenvolvimento de um modelo comum de indicador com o Eurostat, com as agências da União Europeia, a Europol, o Eurojust, a Frontex e a Agência dos Direitos Fundamentais.

Termino referindo-me à prevenção. Temos um programa financeiro, "Prevenção e Luta contra o Crime", o qual, em 2010, vai incluir um convite à apresentação de propostas específico, relativo à luta contra o tráfico de seres humanos. Depois, temos o Programa de Estocolmo, que prevê acções específicas, respeitantes, nos termos do documento de orientações gerais adoptado pelo Conselho Justiça e Assuntos Internos, a medidas destinadas a reforçar a cooperação com países terceiros.

Está, portanto, a ganhar forma uma política mais abrangente em matéria de luta contra o tráfico de seres humanos. Tal como afirmei, a Comissão apresentará muito em breve um projecto de directiva, e congratulo-me do facto de a Presidência espanhola ter, por seu turno, anunciado um debate que vos irá permitir enriquecer a proposta da Comissão, a qual, parece-me, é oportuna, uma vez que este fenómeno, infelizmente, está longe de estar em declínio, continuando a crescer nos nossos Estados-Membros. É, por isso, altura de reagir, e de reagir com vigor.

Roberta Angelilli, em nome do Grupo PPE. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de agradecer às senhoras deputadas Hedh e Bauer pela sua iniciativa.

O tráfico de seres humanos, tal como foi dito por todos os oradores, é um crime extremamente grave ligado à exploração sexual e ao emprego ilegal. Esses crimes são cometidos por pessoas sem escrúpulos que recrutam as suas vítimas através da violência ou manobra fraudulenta, eventualmente prometendo um emprego honesto e bem remunerado, ou através de ameaças, dirigidas não só contra as vítimas, mas também contra os filhos ou familiares destas.

Infelizmente, acontece muitas vezes que são as mulheres e as crianças que pagam o preço mais elevado. Estima-se que haja quase três milhões de vítimas de tráfico em todo o mundo, e quase 90% dessas vítimas são mulheres e crianças. Em 2008, com a primeira estratégia europeia para os direitos da criança, o Parlamento Europeu afirmou serem numerosos os objectivos criminosos do tráfico de crianças: tráfico de órgãos, adopção ilegal, prostituição, trabalho ilegal, casamentos forçados, exploração da mendicidade e turismo sexual, para dar apenas alguns exemplos.

Nesse documento, o tráfico era descrito como sendo uma praga real na União Europeia, e afirmava-se que a luta contra o tráfico e a exploração deviam, por isso, tornar-se uma prioridade da agenda futura da União Europeia, antes de mais, através da adopção de todas as medidas legislativas urgentes que eram necessárias para garantir a plena protecção das vítimas e a prestação de assistência às mesmas. O recente Programa de Estocolmo abordava também o tráfico e a exploração de menores.

Em conclusão, portanto, e nos limites do debate desta noite, a nossa esperança é que a Comissão e o Conselho honrem os seus compromissos e que a Comissão elabore esta nova proposta de directiva, que apreciaremos com a máxima atenção.

Claude Moraes, em nome do Grupo S&D. – (EN) Senhor Presidente, o que as senhoras deputadas Hedh e Bauer conseguiram hoje, apesar de o debate ter lugar a horas muito tardias, como disse a senhora deputada Hedh, foi virmos aqui e ouvirmos o Comissário cessante, Jacques Barrot, e a nova Presidência espanhola, empregarem termos como “determinado” e “ambicioso” relativamente ao Comissário. Valeu a pena esperar por esta hora avançada para ouvir isso, porque há muitas pessoas aqui, nesta Assembleia, incluindo as autoras, que compreendem a complexidade deste fenómeno brutal dos tempos modernos, mas que compreendem também que os cidadãos da UE esperam que esta enfrente essa praga dos nossos dias.

O Senhor Comissário Barrot falou da necessidade de nova legislação. Esperamos poder ver muito em breve a proposta da Comissão. Esta manhã, na audição da Comissária designada Cecilia Malmström, também assistimos a uma reacção positiva à nossa proposta relativa a um coordenador anti-tráfico da União Europeia.

Se começarmos a juntar as várias peças deste *puzzle*, pelo menos estaremos a avançar, mas a simples escala do problema, caracterizada pela senhora deputada Hedh, faz com que tenhamos de transformar as palavras em acção. Sendo o tráfico um fenómeno tão complexo, que toca em diferentes domínios, tais como o trabalho forçado, a criminalidade organizada, a exploração sexual e o abuso de crianças, a nossa resposta tem de ser multifacetada e holística. O Senhor Comissário Barrot enumerou muito do que gostaríamos de concretizar, e, se o conseguirmos concretizar sob a forma de um pacote válido para toda a UE, teremos uma política determinada que os cidadãos da UE irão ver como sendo um plano de acção. De momento, os cidadãos da UE compreendem a praga do tráfico, mas não vêem a abordagem holística e não compreendem o que a UE, enquanto todo, está a fazer.

Congratulo-me com o facto de a Senhora Comissária designada Cecilia Malmström ter sublinhado, hoje, o seu compromisso no sentido de avançar com uma nova proposta legislativa muito em breve, e regozijo-me também ao ver a Presidência espanhola salientar não só a luta contra o tráfico, mas também questões conexas, tais como a violência contra as mulheres. É importante que tudo se junte para mostrar verdadeira determinação e empenho nessa proposta. Apesar de ser tarde, precisamos agora de que as palavras se transformem em actos, e as autoras fizeram hoje um bom trabalho para nós.

Nadja Hirsch, em nome do Grupo ALDE. – (DE) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer às autoras pelo seu empenho e excelente cooperação, já que se trata verdadeiramente de um assunto importante. Tal como já dissemos, o tráfico de seres humanos é, porventura, a pior de todas as formas de crime. Os números da Europol, citados na pergunta, mostram que não houve melhorias neste domínio. Na verdade, o que acontece é o contrário. No domínio do trabalho forçado, especificamente, os números estão a aumentar, enquanto os números relativos ao tráfico de mulheres continuam inalterados. É, pois, absolutamente evidente que há uma necessidade urgente, acima de tudo, de uma actuação consistente.

Para que tal actuação resulte, é necessário, antes de mais, adoptar uma abordagem integrada nos domínios mais variados. Um elemento absolutamente essencial é o do aumento da consciencialização – inclusivamente, entre a população da Europa – para o facto de que o tráfico de seres humanos ocorre bem no seio da Europa, em todos os países. Precisamos, acima de tudo, de trabalhar na educação nesta matéria, como fizemos, por exemplo, no Campeonato do Mundo de Futebol, na Alemanha, a fim de chamar para primeiro plano a questão da prostituição forçada, e de mostrar que isto acontece mesmo em toda a parte, bem como de inspirar debate entre a população, de modo a que haja uma consciência que leve a que as vítimas sejam ajudadas.

O meu segundo ponto diz respeito à protecção das vítimas. É precisamente quando as pessoas são salvas de tão dramática situação que também os Estados-Membros devem assegurar que sejam dispensados cuidados médicos e psicológicos a essas pessoas, de modo a que estas tenham apoio para regressar aos seus países de origem, sempre que apropriado, ou de modo a que se abra a via para o asilo ou outras possibilidades análogas de encontrarem aqui um novo lar e de começarem uma nova vida.

Judith Sargentini, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (NL) Hoje, foi publicada uma notícia, num jornal neerlandês, sobre um produtor de espargos que foi detido por suspeita de tráfico de seres humanos e de recorrer a trabalho em regime de escravatura de romenos, por outras palavras, de cidadãos europeus. O tráfico de seres humanos não é algo que acontece apenas a cidadãos de países exteriores à União Europeia, mas acontece também com cidadãos de países da União. Uma política bem integrada de combate ao tráfico de seres humanos não pode limitar-se simplesmente a prender preventivamente traficantes como este e a perseguir severamente quem comete tais crimes, mas tem também de incidir adequadamente sobre as vítimas. Os direitos e o futuro destas devem constituir a primeira prioridade. As vítimas de tráfico de seres humanos nunca deveriam ficar com a impressão de que estão sós ou de que foram abandonadas. Temos de as apoiar de todas as maneiras: juridicamente, clinicamente, socialmente e a nível das comunidades e financeiramente, e talvez as devêssemos compensar. A capacidade das vítimas para tomarem posse dos seus direitos e aproveitarem as oportunidades que a nossa legislação permite é crucial em qualquer nova directiva. Ouvi boas palavras do Senhor Secretário de Estado López Garrido e do Senhor Comissário Barrot a este respeito.

O Senhor Comissário afirmou ainda que as pessoas que recorrem aos serviços de pessoas que foram objecto de tráfico deveriam enfrentar penas mais severas. Para mim, penas mais severas para tais actividades não são, certamente, erradas, mas pergunto-me de que modo ajudamos as vítimas, se criminalizarmos mais a sua função, o seu trabalho – uma vez que ainda é trabalho, ainda que seja trabalho em escravatura. Como é que isso ajuda as vítimas, se estas são obrigadas a ter medo de que o trabalho que fazem neste momento seja mais criminalizado? Gostaria de obter uma resposta a esta pergunta.

Para o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, as vítimas de tráfico de seres humanos têm o direito a um título de residência, um título de autorização de residência permanente, em determinadas circunstâncias, a fim de assegurar que não precisem de recear serem reenviadas para o país onde tudo começou e a fim de assegurar que possam acusar os traficantes, por estarem tranquilas ao saberem que a sua permanência no país está assegurada. Isto porque não pode haver sequer a mais pequena possibilidade de alguém ser reenviado para o país de origem e voltar a cruzar-se com os traficantes. A nova directiva-quadro, Senhor Comissário, Senhor Presidente em exercício do Conselho, deve ter a ver com conferir poder às vítimas. Tem de lhes dar direitos e um futuro novo. É isto que eu gostava de ver.

Zbigniew Ziobro, *em nome do Grupo ECR*. – (PL) Senhor Presidente, é extremamente embaraçoso que a Europa moderna, que preza a liberdade e o respeito pelos direitos humanos, se tenha tornado um local de opressão e de abuso para tantas pessoas. Isto é particularmente chocante quando implica mulheres e crianças, que se encontram em situação de particular risco e são especialmente indefesas.

Enquanto Ministro da Justiça e Procurador-Geral na Polónia, tive a oportunidade de assumir a supervisão de numerosas investigações que revelaram que tais situações ocorrem na Europa, que se alargam para além das fronteiras de cada país em particular e que têm uma natureza particularmente cruel. O principal objectivo do tráfico de seres humanos é a exploração sexual ou o trabalho forçado em regime de escravatura. Com vista a evitar e a eliminar estes fenómenos de forma eficaz, é essencial que existam nos Estados-Membros da UE serviços profissionais de aplicação da lei que idealmente estariam centralizados e garantiriam uma acção decisiva e eficaz, bem como uma boa cooperação internacional. As Instituições da União Europeia deveriam desempenhar um papel fundamental, em especial no que respeita a este último aspecto.

De considerar, ainda, dois outros assuntos. Conscientes do facto de que o tráfico de seres humanos é frequentemente obra de grupos criminosos organizados, os países, a título individual, deveriam garantir

sanções suficientemente severas para crimes tão graves, de modo a dissuadir e isolar os autores dos crimes, incluindo sanções na forma de apreensão de bens, o que tocaria as razões económicas da sua actividade.

Cornelia Ernst, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, o tráfico de seres humanos é, na realidade, uma praga dos tempos de hoje, e alimenta-se da pobreza e da ignorância. A sua pior forma é o tráfico de crianças, frequentemente associado ao abuso sexual. Nós, no Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, pensamos que há necessidade urgente de acção por parte da Comissão. Um dos pré-requisitos mais importantes para um combate bem-sucedido ao tráfico de seres humanos é o reforço dos direitos das vítimas. Só de este se verificar – e não unicamente através de medidas punitivas – se poderá combater o tráfico de seres humanos. Isto requer regras muito claras mediante as quais o tráfico de seres humanos não resulte em quaisquer sanções contra as vítimas. Uma das necessidades das vítimas é protecção e apoio eficazes, antes, durante e também depois de procedimentos penais em que sejam chamadas a testemunhar. Esta deve ser uma prioridade elevada para o período de reconsideração, especificamente, bem como quando as testemunhas se retractam. Há que dispor, com urgência, de programas a longo prazo de protecção de testemunhas.

Outro aspecto que considero importante é a concessão de aconselhamento gratuito a todas as vítimas do tráfico de seres humanos, e não apenas às crianças. Tratando-se de crianças, para que tal seja possível é igualmente necessário – retomarei este ponto mais tarde – recorrer a advogados especializados em crianças. São necessárias medidas urgentes de reforço da prevenção, tais como formação para advogados, polícia, juízes e conselheiros. Congratulo-me pelo facto de a Presidência espanhola tencionar abordar esta questão.

Mario Borghezio, em nome do Grupo EFD. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje, durante a audição da senhora Comissária designada, registei um compromisso muito explícito no que respeita ao combate ao tráfico de seres humanos.

Foi com agrado que ouvi aqui ser expressa uma opinião unânime. Não se ouviu tal unanimidade quando, há muitos anos, algumas das pessoas que ocupavam estes assentos – incluindo eu próprio – denunciaram os perigos que poderiam advir da imigração ilegal em massa, entre os quais um incremento substancial de organizações criminosas que utilizam essa mão-de-obra e os riscos de tráfico de seres humanos e mesmo de tráfico de órgãos. Actualmente, todos descobriram este fenómeno, e só nos podemos regozijar com o carácter unânime deste compromisso.

Contudo, é importante que estejamos cientes de que a causa continua a ser a mesma. A causa, a origem, o solo fértil deste tráfico só tem um nome, ou só tem um nome principal, uma causa principal: a extensão da imigração ilegal e o papel que aqui desempenham organizações criminosas locais europeias e também não europeias, uma vez que actualmente também nos confrontamos com o tráfico de seres humanos que é facilmente organizado por organizações fora da Europa.

Façamos deste um ponto de partida. Deveríamos ter uma visão ponderada de que este fenómeno extremamente grave e vergonhoso é uma subespécie ou sub-consequência da imigração ilegal em massa que não foi adequadamente controlada. A Europa deveria ter a coragem de chamar as coisas pelo seu nome.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhor Presidente, também eu gostaria de aproveitar a ocasião para cumprimentar as autoras por esta importante pergunta. Vivemos tempos modernos nos quais seria de esperar que o tráfico de seres humanos tivesse sido eliminado da nossa sociedade. Infelizmente, porém, os números contradizem isso. Por exemplo: estima-se que mais de 1 800 000 crianças e jovens sejam, por ano, vítimas de tráfico no mundo. De acordo com os números das Nações Unidas, existem 270 000 vítimas na União Europeia. Só na Grécia, o número estimado de vítimas de tráfico para prostituição aumentou para 40 000 num ano, incluindo mulheres e crianças, mas excluindo outras formas de tráfico.

Os dois parâmetros básicos que gostaria de salientar, sem subestimar a importância de outros parâmetros, são: em primeiro lugar, o quadro institucional europeu para combater este tipo de crime, que é de natureza transfronteiriça e é exacerbado pela imigração ilegal, é – como foi dito, com razão – inadequada. É por isto que precisamos de elevar a aposta no sentido de uma abordagem holística, sendo que a directiva que aguardamos é muito importante para o referido quadro, tal como foi dito.

Em segundo lugar, foi identificado um vazio em particular na protecção das vítimas, especialmente em termos de estruturas de apoio. É, por conseguinte, necessário – e foi com o maior agrado que o ouvimos dizer pela Presidência espanhola – que estejam disponíveis recursos e infra-estruturas de modo a melhorar quaisquer infra-estruturas existentes e criar novas infra-estruturas e, claro, proporcionar formação adequada ao pessoal que possa disponibilizar tal apoio.

Esta forma moderna de comércio de escravos não pode nem deve ter qualquer lugar numa União Europeia baseada no princípio do respeito pelos direitos humanos e pela dignidade humana.

Silvia Costa (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de expressar a minha grande satisfação por hoje estarmos a abordar um assunto como este com uma importante pergunta, que agradeço calorosamente às autoras, e gostaria ainda de expressar a minha gratidão pelo elevado nível de cooperação a que assistimos entre todos os partidos políticos e as duas comissões parlamentares.

Regozijo-me, igualmente, pelo facto de ter ouvido compromissos muito sérios anunciados pela Comissão e igualmente pela Presidência espanhola, e espero sinceramente que a nova directiva seja elaborada em breve, segundo as linhas que, no essencial, parecem merecer um amplo consenso.

Penso que sabemos que, neste campo, os números têm uma complexidade difícil de analisar mas, em suma, estamos a falar de quase 300 000 pessoas, 79% das quais mulheres, muitas delas menores, que são anualmente vítimas de tráfico na nossa Europa civilizada. Infelizmente, os números têm vindo a aumentar nos últimos anos. Também por esta razão, precisamos de alcançar progressos muito sólidos à luz das novas áreas de competência da União Europeia e igualmente à luz do que já aprovámos no Programa de Estocolmo, com vista à introdução de algumas inovações.

Foi dado um grande passo em frente quando, a nível da UE, aprovámos a disposição – que, por exemplo, já está em vigor em Itália desde 1998 – que possibilita a emissão às vítimas de títulos de residência humanitários. No entanto, temos igualmente de alcançar progressos relativamente à salvaguarda das vítimas em relação com a protecção, a reintegração social e laboral, a possibilidade de evitar que haja clientes – sobre o que temos de pensar muito seriamente – e medidas mais rigorosas e eficazes em matéria de sanções, que, tal como o Senhor Comissário afirmou, têm de ser harmonizadas a nível da UE.

Em particular, exigimos que o consentimento das vítimas à sua exploração seja considerado irrelevante, tendo em conta o elevado nível de chantagem implicado nestas circunstâncias.

Terminarei de forma muito breve, acrescentando apenas o seguinte: precisamos não apenas de protecção especial para menores, mas também, acima de tudo, de formas de apoio para pessoas que chegam à Europa e que já sofreram previamente formas de tráfico durante as viagens, cada vez mais longas e mais trágicas, realizadas para alcançar as nossas zonas costeiras e os nossos territórios.

Antonyia Parvanova (ALDE). – (BG) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu gostaria de felicitar as autoras, a Comissão e a Presidência espanhola pela coragem em permitir que encontremos finalmente uma solução séria para este problema. Quando falamos de tráfico de seres humanos, é extremamente importante para nós que pensemos em estabelecer uma política permanente a nível da União Europeia. Essa política contribuirá para uma abordagem mais coordenada e permitirá que as acções dos Estados-Membros tenham um impacto maior no que respeita à aplicação da lei e à protecção e assistência disponibilizada às vítimas desta forma de tráfico.

A designação de um coordenador da União Europeia para o combate ao tráfico de seres humanos, actuando sob a supervisão directa do Comissário responsável pela Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, garantirá a utilização de uma abordagem política única e coerente por parte de todos os Estados-Membros ao lidarem com este crime grave. O papel do coordenador será o de identificar os problemas e fontes de tráfico de seres humanos, implementar medidas preventivas, planear e aplicar estratégias a nível europeu, incluindo a cooperação e consulta activas com agências da sociedade civil, bem como organizar campanhas de informação, introduzir medidas para aumentar a protecção das vítimas e a ajuda a estas e apoiá-las no processo de reintegração.

Com vista a enfrentar com sucesso este problema global e transnacional, é necessária uma estratégia coordenada a nível europeu que norteie e apoie os Estados-Membros nos seus esforços conjuntos para combaterem o tráfico de seres humanos de forma eficaz. Muito obrigada pela vossa atenção.

Marina Yannakoudakis (ECR). – (EN) Alguém que é propriedade de outrem e vítima indefesa de qualquer influência dominante – poderiam pensar que se trata de uma definição de tráfico de seres humanos. Na verdade, é a definição de escravatura.

O tráfico de seres humanos é a escravatura de hoje. O tráfico de pessoas, quer se trate de mulheres, homens ou crianças, é um crime e está a aumentar em todos os Estados-Membros. A pobreza extrema, o colapso da família e a violência doméstica contribuem para algumas das causas primeiras do tráfico de seres humanos. No Reino Unido, estimamos que haja aproximadamente 5 000 vítimas, das quais 330 são crianças.

O Grupo ECR acolhe com agrado este debate. Os governos nacionais, os serviços de aplicação da lei e as agências de controlo fronteiriço precisam de trabalhar em conjunto. Os mecanismos de apoio às vítimas precisam de ser reforçados. As iniciativas têm de ser fortes, orientadas pelos Estados-Membros e apoiadas pela UE.

Eva-Britt Svensson (GUE/NGL). – (SV) Se não houvesse procura para a exploração de pessoas como mão-de-obra barata, se não houvesse procura de órgãos, se não houvesse procura para compra de serviços sexuais – então, num mundo assim, não teríamos também tráfico de seres humanos.

A procura é uma palavra-chave na luta contra o tráfico de seres humanos. Outro factor importante é o facto de muitas pessoas em várias partes do mundo viverem na pobreza e em condições desumanas, de onde resulta a possibilidade de se tornarem facilmente presas dos que querem comprar e vender seres humanos.

Por conseguinte, precisamos, não apenas de reduzir a procura como também, obviamente, de medidas preventivas sob a forma de melhoramento das condições de vida de muitas pessoas nessas partes do mundo onde as vítimas são recrutadas.

Eu e o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica gostaríamos de agradecer às senhoras deputadas Anna Hedh e Edit Bauer e aos seus colegas da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros. No entanto, gostaria de ver algumas propostas diferenciadas sobre o modo como podemos apoiar as vítimas do tráfico de seres humanos. Os que são vítimas de trabalho forçado precisam de medidas e apoio diferentes dos que são vítimas de comércio sexual de escravos.

Teresa Jiménez-Becerril Barrio (PPE). – (ES) De acordo com um relatório da Nações Unidas, em 2009 cerca de 270 000 pessoas foram vítimas de tráfico de seres humanos na União Europeia. Tendo presentes estes números, temos de assegurar que a acção da União Europeia se baseie, antes de mais, na protecção da vítima, com especial incidência na situação das mulheres e crianças, que são as vítimas mais vulneráveis.

Não podemos continuar à espera e indiferentes ao espectáculo que se está a dar, ao espectáculo da exploração sexual que se revela perante os nossos olhos. Por esta razão, apoio completamente as exigências do Parlamento no sentido de a assistência à vítima dever ser incondicional e de deverem ser adoptados métodos mais vigorosos e penas mais severas, tal como o Senhor Comissário Barrot acabou de nos dizer.

Dito isto, gostaria de instar a Presidência espanhola, a Comissão Europeia e o Conselho a fazer uso de toda a legislação europeia disponível, tanto a legislação existente como a futura, para proteger as vítimas de tráfico de seres humanos. Considero que a proposta de sistema europeu de protecção das vítimas, que pedi pessoalmente à Presidência espanhola durante os debates de Estocolmo, e que finalmente deu os seus frutos, venha a ser um instrumento eficaz na luta contra estes crimes. Conto com uma responsabilidade firme, como já assistimos, por parte da Presidência espanhola, para garantir que este sistema proporcione às vítimas medidas de protecção especiais que sejam eficazes em toda a União Europeia.

Espero que nós, responsáveis por actuar contra os mais graves problemas da nossa sociedade, consigamos uma resposta real e substancial a este problema extremamente grave do tráfico de seres humanos e que as nossas palavras não sejam promessas vazias. É algo que realmente devemos a todas as vítimas.

Monika Flašíková Beňová (S&D). – (SK) Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha admiração para com as colegas deputadas Anna Hedh e Edit Bauer, atendendo a que, apesar do espaço limitado de que dispuseram, abordaram este assunto de forma muito abrangente.

Apoio a pergunta e gostaria de acrescentar algumas observações e notas factuais. Normalmente, as pessoas comuns não fazem ideia da enormidade da extensão do tráfico de seres humanos. Na verdade, é o terceiro comércio ilícito mais lucrativo no mundo. O facto de afectar predominantemente mulheres e crianças torna este imenso comércio particularmente desumano. A nossa resposta perante isto deve ser maciça e concentrada. A nossa luta tem de ser igualmente eficaz em todos os aspectos do triângulo do tráfico – tem de ter impacto a nível da oferta e da procura, bem como a nível dos próprios traficantes. A oferta existe especialmente sempre que há condições de vida desumanas, pobreza e feminização desta, desemprego, violência contra as mulheres e, em geral, opressão e instabilidade, que provocam desespero nos seres humanos. Como tal, devemos fazer tudo quanto estiver ao nosso alcance para ajudar a que pessoas que se tornam vítimas de tráfico criminoso, dentro e fora da União, possam viver uma vida mais digna.

O lado da procura exige sanções rigorosas. Aqueles que se aproveitam de pessoas exploradas ou manipuladas dentro de uma economia subterrânea não podem permanecer impunes. Os que fornecem este tipo de serviços e os que os utilizam em plena consciência deveriam, igualmente, ser confrontados com sanções.

Finalmente, os operadores de tráfico merecem uma punição exemplar – o crime organizado nesta área deve ser um objectivo prioritário para organizações como o Eurojust, a Europol e a Frontex.

Cecilia Wikström (ALDE). – (SV) A escravatura ainda não foi abolida, tal como muitos salientaram nesta Assembleia. A escravatura dos tempos modernos assume a forma de comércio sexual e acontece aqui e agora. Os corpos de mulheres, raparigas e rapazes são vendidos como pedaços de carne, como qualquer mercadoria, e isto é algo que acontece constantemente.

Roubam-se os direitos humanos mais básicos às pessoas, que se tornam os escravos dos nossos tempos nos vários Estados-Membros. Isto deveria ser visto como o maior fracasso e incapacidade da Europa, e é algo que tem de ser tratado, restringindo-se pondo-se termo, quer à oferta, quer à procura.

No meu país, a Suécia, entrou em vigor, há dez anos, uma lei nos termos da qual é ilegal comprar sexo. Essa lei é importante, já que, com ela, a sociedade indica que nenhum ser humano está à venda. O comércio de escravos para a América foi considerado ilegal em 1807, mas persiste entre nós, em plena Europa. Chegou a altura de o relegar para os recantos obscuros da História. É chegada a altura, e essa é uma responsabilidade que nos cabe, de fazermos tudo quanto estiver ao nosso alcance, e gostaria de agradecer às autoras, as senhoras deputadas Anna Hedh e Edit Bauer, pelo seu excelente trabalho, que a todos beneficia.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Senhor Presidente, há poucos minutos, a representante do Partido dos Verdes salientou de uma forma muito precisa que este assunto – o tráfico de seres humanos, ou a venda de pessoas vivas – não é um problema externo que seja importado pela União Europeia. É também um problema interno. Também cidadãos do meu país estão a ser vendidos para, pelo menos, vários Estados-Membros da União Europeia. É um problema muito significativo e grave. É minha convicção que, sobre este assunto, é necessária uma actuação unida e forte, não apenas por parte das Instituições da UE, mas igualmente por parte dos Estados-Membros. Recordaria, a este propósito, um incidente que ocorreu há poucos anos, quando a polícia e a administração italianas, ao reagirem a certas informações provenientes da Polónia, puseram cobro a casos de tráfico de seres humanos que envolviam trabalhadores polacos ilegalmente empregados em Itália. Também isto é tráfico de seres humanos e não devemos mantê-lo em silêncio.

Zuzana Roithová (PPE). – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, todos os anos mais de um milhão de pessoas são vítimas de abuso para trabalhar em regime de escravatura, e 90% das mesmas são vítimas de abuso para fins de serviços sexuais. Apenas 3 000 vítimas receberam assistência e uns escassos 1 500 casos foram levados a tribunal, não obstante tal facto configurar um crime em toda a União Europeia. Os estudos mostraram que os lucros resultantes do tráfico de seres humanos excedem os lucros provenientes do contrabando e comércio de drogas. Este tipo de crime organizado aumentou com o alargamento ao Leste da União. E, no entanto, ainda não dispomos de uma estratégia comum e não há coordenação das medidas tomadas pelas várias instituições e pelos Estados-Membros, que não deveriam opor-se à harmonização da sua legislação, apesar de aquela não estar consignada nos Tratados.

Por esta razão, dirijo-me à Presidência espanhola no sentido de completar as negociações com os Estados-Membros sobre definições comuns de penas e sanções. Gostaria de salientar que a nova directiva por que aguardamos deveria também combater mais eficazmente a procura de serviços sexuais ilegais; de facto, é alarmante que o abuso das crianças em particular tenha vindo a aumentar. No caso das crianças, o número está a aproximar-se de uma percentagem de 20%. Está também a faltar uma educação e prevenção eficazes centradas tanto nas crianças como nos pais. Têm conhecimento de que apenas 4% dos pais de crianças vítimas de abuso admitiram que as suas crianças foram atraídas para encontros através da Internet? Em 2008, foram descobertos, nada mais, nada menos, do que 1 500 sítios Internet nos quais as crianças são sexualmente abusadas. Aquilo que, sem sombra de dúvida, devemos aos cidadãos da União Europeia é uma abordagem nova e coordenada, bem como harmonização da legislação para combater igualmente a procura e, naturalmente, o próprio tráfico de seres humanos. Por conseguinte, insto a Comissão a submeter ao Parlamento Europeu uma proposta legislativa abrangente, com vista a uma luta mais eficaz contra o comércio de seres humanos, no mais curto espaço de tempo possível.

Britta Thomsen (S&D). – (DA) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer às autoras esta importante iniciativa, uma vez que a UE enfrenta um imenso desafio na prevenção e no combate ao tráfico de seres humanos. O tráfico de seres humanos é um negócio lucrativo em rápido crescimento e atraente, já que as penas são suaves, quando comparado com as de outras formas de fazer

dinheiro do crime organizado, como o comércio de drogas e de armas. Por conseguinte, temos de atacar vigorosamente contra quem se encontra por detrás disto.

As vítimas do tráfico de seres humanos são as pessoas mais vulneráveis e indefesas e precisam da nossa protecção. Não podemos mandá-las novamente para os braços dos traficantes de seres humanos. Devemos dar-lhes títulos de residência. Além disso, devemos também centrar-nos na procura dos serviços que são prestados pelas pessoas que foram vítimas de tráfico e implementar medidas diversas, tais como a criminalização da compra de prostituição e o reforço das sanções contra os que usam mão-de-obra traficada. Congratulo-me, por conseguinte, por a Comissão estar a considerar a criminalização do abuso de seres humanos vítimas de tráfico.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D). – (LT) Os acontecimentos dos últimos dias na Lituânia, em que um grupo organizado foi detido por se aproveitar do tráfico de seres humanos, demonstraram mais uma vez que este crime é um fenómeno alargado que está a intensificar-se ainda mais durante a crise financeira e económica. Actualmente, quase 90% das pessoas vítimas de tráfico são mulheres e crianças, sendo que a maioria destas se tornam vítimas em virtude da pobreza e em ligação com tentativas de conseguir meios de sobrevivência. O tráfico de seres humanos é um crime monstruoso e uma humilhação extrema da dignidade humana; não há nada pior do que ser vendido para escravatura. Assim, é muito importante reforçar a cooperação entre os Estados-Membros e com países terceiros, assegurar um diálogo com organizações não-governamentais e apelar à Comissão no sentido de criar o cargo de coordenador europeu para estes assuntos. É igualmente necessário assegurar a segurança das vítimas de tráfico de seres humanos e a sua total integração. Não se pode permitir que os cúmplices, organizadores ou patrocinadores deste crime terrível se furem à sua responsabilidade.

Miroslav Mikolášik (PPE). – (SK) Gostaria de felicitar as autoras da pergunta, as senhoras deputadas Anna Hedh e Edit Bauer. Gostaria de dizer que o tráfico de seres humanos é uma das formas mais lucrativas do crime internacional organizado e que, de acordo com os vários relatórios e fontes, se calcula que a sua escala a nível mundial se situe entre 700 000 e 2 milhões de pessoas, alguns apontando para um número superior, das quais entre 300 000 e 500 000 pessoas são vítimas de tráfico só na própria União Europeia.

O actual quadro jurídico parece ser inadequado; por conseguinte, apoio inteiramente a adopção, num futuro próximo, de medidas eficazes para reforçar tanto a prevenção como a repressão do tráfico de seres humanos. Dever-se-iam impor sanções mais rigorosas aos autores directos dos crimes, incluindo pessoas colectivas, bem como aos utilizadores de serviços prestados pelas vítimas. Por outro lado, acredito firmemente em que um nível de protecção elevado, a par com uma compensação justa e adequada, devem ser proporcionados às vítimas, independentemente dos Estados-Membros nos quais estejam instalados ou onde tenha sido cometido o crime. A protecção, apoio e assistência disponibilizados não deverão levar a uma vitimização secundária, e gostaria ainda de dizer que as disposições relativas a menores, que facilmente se tornam vítimas, dada a sua vulnerabilidade e credulidade, merecem uma atenção particular.

Para terminar, gostaria de dizer que o tráfico de seres humanos também ocorre frequentemente para efeitos de recolha de órgãos.

Karin Kadenbach (S&D). – (DE) Senhor Presidente, é bastante significativo que estejamos hoje, nesta Assembleia, a debater o assunto do tráfico de seres humanos, já que este assunto continua a ser tabu e que, infelizmente, na nossa sociedade altamente desenvolvida, são as mulheres que, em particular, são muitas vezes vítimas deste tráfico de seres humanos. Estou a pensar principalmente na prostituição, mas igualmente nas crianças. Muitas vezes, não queremos vê-lo. Para um programa bem-sucedido contra o tráfico de seres humanos precisamos de dar prioridade à educação e a um nível de consciência elevado, e precisaremos, mais tarde, de dinheiro. Deveríamos tomar este aspecto em linha de conta desde o início da nossa reflexão, já que o alvo não pode ser apenas deter os autores dos crimes e impor uma pena justa; devemos também procurar ter uma protecção das vítimas que faça com que as vítimas não se tornem vítimas uma segunda vez, mas também dispormos de fundos para as reintegrar na sociedade. Temos de ter aspirar a afastar os traumas sofridos pelas crianças e a integrar as mulheres, como primeira prioridade, no nosso mundo do trabalho, que é um mundo de trabalho legal.

Catherine Bearder (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, a acção europeia sobre esta questão é algo que esperamos desde há muito, pelo que muito me regozijei ao ouvir as observações do Senhor Secretário de Estado López Garrido sobre as crianças, as observações do Senhor Comissário, e, hoje de manhã, ao saber que a Senhora Comissária designada Malmström tenciona apresentar, como prioridade, uma nova directiva nesta área.

Gostaria de instar, quer o Conselho, quer a Comissão a considerar os sistemas de apoio às vítimas, em particular as necessidades específicas das crianças vítimas de tráfico, que têm necessidades muito diferentes das dos adultos vítimas de tráfico. No Reino Unido, só no ano passado, 325 crianças foram identificadas como suspeitas de serem vítimas de tráfico. Muitas delas eram cidadãs do Reino Unido vítimas de tráfico no Reino Unido, e não recrutadas no estrangeiro, se me é permitido usar esta expressão.

Na minha própria região, há crianças que foram objecto de tráfico, e descobrimos que, mesmo após inscrição nos serviços sociais, muitas crianças vítimas de tráfico desaparecem pura e simplesmente, porque permanecem sob o controlo dos seus traficantes. É-lhes muito fácil voltar a traficar essas crianças. Tal acontece em toda a UE e há que acabar com isto. As pessoas vítimas de tráfico não têm voz e são vulneráveis e confiam em que a União Europeia fale em seu nome para parar com este crime hediondo e tratar delas.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, mendicância, prostituição, furto e roubo – os traficantes de seres humanos e os grupos de contrabando de pessoas precisam de pessoas, principalmente de mulheres e crianças, para estas e outras actividades igualmente intoleráveis. Estamos a falar, aqui, de uma actividade criminosa difícil de monitorizar, com um número muito elevado de casos não declarados. Sobre este aspecto, gostaria de assinalar que o meu país de origem, a Áustria, é particularmente afectado enquanto país de trânsito muito procurado, mas igualmente enquanto destino final com muita procura. Precisamos, por conseguinte, de estar cientes de que a larga maioria de grupos de contrabando de pessoas actuam na passagem de pessoas da Europa de Leste e Sudeste para a Europa Central e de que as vítimas não são apenas recrutadas em países terceiros, mas provêm também dos próprios Estados-Membros. O facto é que houve um aumento de casos como estes e que os controlos nas nossas fronteiras externas praticamente não funcionam.

À luz deste desenvolvimento e da realidade verificável de que essas viagens se efectuam frequentemente de autocarro – turismo criminoso – poder-se-ia perguntar a que ponto não poderia fazer sentido, nestas circunstâncias, para além da elaboração de relatórios pela Europol, pela Frontex e outros, reintroduzir controlos fronteiriços nas regiões fronteiriças relevantes e suspender Schengen por um período de tempo limitado, sempre que necessário.

Anna Záborská (PPE). – (SK) Felicito as autoras pela pergunta apresentada, bem como o Senhor Comissário, pela resposta dada.

Gostaria de sublinhar um dos muitos aspectos relacionados com esta questão. O projecto de resolução declara que as crianças são particularmente vulneráveis e, como tal, incorrem em maior risco de se tornarem vítimas do tráfico de seres humanos. Ao mesmo tempo, afirma que 79% das vítimas identificadas de tráfico são mulheres e raparigas. No entanto, não menciona que os pais deveriam desempenhar um papel primordial na protecção das crianças contra o tráfico. Muitas vezes, os pais nem sequer conhecem os riscos a que estão expostas as crianças ou não se interessam de todo pela forma como estas ocupam os seus tempos livres. No contexto da prevenção, tenho proposto repetidamente uma campanha à escala europeia designada “Sabe onde está o seu filho neste momento?”. Essa campanha deveria alertar os pais para os riscos que os seus filhos enfrentam. Acredito firmemente que só podemos proteger as crianças contra o tráfico de seres humanos se cooperarmos com os pais. Infelizmente, os pais não são mencionados em parte alguma do projecto de resolução.

Artur Zasada (PPE). – (PL) Senhor Presidente, no contexto do debate de hoje, é necessário chamar a atenção para três temas que exigem particular atenção. São demasiadamente poucos os criminosos que são chamados a comparecer perante a justiça. Apesar do aumento do número de processos penais que envolvem tráfico de seres humanos, esse número continua a ser muitas vezes inferior ao número de crimes cometidos.

As vítimas não recebem assistência, abrigo ou compensação apropriadas. Tendo presente a dimensão estimada do tráfico de seres humanos na Europa, é de notar que apenas alguns países tomaram medidas susceptíveis de ser consideradas como uma verdadeira reacção.

Em terceiro lugar, a situação não está a ser suficientemente monitorizada. É óbvio que este problema não afecta apenas a União Europeia. Por conseguinte, é de importância vital que a União trabalhe ainda mais estreitamente com as organizações internacionais apropriadas para criar um novo padrão na luta contra este fenómeno terrivelmente perigoso.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Creio que este amplo debate serviu para salientar que estamos perante um enorme problema, um problema que nos coloca um enorme desafio. Congratulo-me por este debate ter ocorrido precisamente no dia em que intervim pela primeira vez perante

o Parlamento Europeu, o que é, sem dúvida, uma honra. Congratulo-me que tal tenha ocorrido nestes dois importantes debates, mantidos esta noite neste importante e poderoso Parlamento.

Creio que não basta simplesmente identificar este enorme problema ou reflectir sobre ele. É necessário combatê-lo com todas as nossas forças, porque se trata de um problema muito grave e os inimigos que enfrentamos são muito fortes. Para o combater, precisamos, portanto, de grande vontade política. Aqui, esta noite, essa grande vontade política tem sido manifestada, e de que maneira! Posso assegurar-vos que a Presidência espanhola demonstrará a sua determinação para enfrentar este assunto, em conjunto com todas as Instituições europeias.

Creio que podemos também dizer que este é um problema que tem de ser abordado de uma perspectiva europeia. Foi referido muito claramente o modo como estas situações acontecem na Europa; a senhora deputada Hirsch assinalou-o claramente, enquanto o senhor deputado Papanikolaou e a senhora deputada Parvanova se referiram ao carácter transfronteiriço deste assunto. Este fenómeno está a acontecer na Europa e temos de o abordar da perspectiva da Europa. Tem sido muitas vezes repetido e eu repito-o agora: é importante que a Comissão proponha uma directiva, tão depressa quanto possível, a fim de abordar o problema desta perspectiva. Creio que a senhora deputada Roithova o resumiu muito bem na sua intervenção.

Creio que os três principais aspectos que temos de tratar e realçar na regulamentação que a Europa publicar, no trabalho que a Europa fizer, deverão ser os seguintes. O primeiro é a protecção à vítima. A protecção à vítima é um aspecto central e seguramente um dos mais discutidos aqui esta noite. As autoras da questão, as senhoras deputadas Sargentini, Ernst e Thomsen, e outros oradores, assinalaram a importância da protecção às vítimas, que são normalmente, e sobretudo, mulheres e crianças – as pessoas mais vulneráveis. As senhoras deputadas Jiménez-Becerril Barrio, Kadenbach e Bearder expressaram também, de forma eloquente, a necessidade de introduzir um sistema de protecção à vítima, que é um instrumento essencial e uma prioridade da Presidência espanhola.

A protecção à vítima está, portanto, em primeiro lugar; em segundo lugar, temos de fazer uma perseguição implacável e aplicar um castigo severo aos traficantes – o senhor deputado Ziobro expressou-o de forma muito contundente na sua intervenção; e, em terceiro lugar, temos de ponderar na questão da procura desses serviços. Esta questão é muitas vezes difícil de enfrentar, mas é parte do problema e, como tal, creio que tem de ser incluída nos três principais aspectos sobre os quais se tem de basear, segundo creio, uma abordagem global. Como afirmei anteriormente, Senhoras e Senhores deputados, a Presidência espanhola está, e estará, absolutamente empenhada num assunto de tamanha importância como é este.

Jacques Barrot, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, creio que este debate contribuiu muito para clarificar a preparação da futura directiva e posso, claro, confirmar, Senhor Secretário de Estado, que a Comissão pretende apresentá-la nesta Primavera.

Gostaria de retomar os comentários do senhor deputado Moraes, para dizer que temos de utilizar os mais modernos meios para lutar contra este flagelo, também ele muitas vezes fruto dos métodos mais modernos, e que temos de lutar contra todas as formas de exploração.

O Senhor Secretário de Estado acabou de dizer que existem três pilares: as vítimas, a gravidade das penas e, finalmente, o problema da procura. Volto a salientar a questão das vítimas e da protecção às vítimas, uma vez que, na decisão-quadro, já negociámos o apoio incondicional a todas as vítimas, a imunidade em relação à acção penal e o direito à assistência jurídica. Além disso, na futura directiva, pretendemos tratar do alojamento, do tratamento médico e psicológico, do aconselhamento e informação, numa língua que a vítima compreenda, e ainda de todos os tipos de apoio complementar.

Em resposta à senhora deputada Záborská, gostaria de acrescentar que, de facto, no que respeita às crianças que são vítimas de tráfico, a Comissão abordará as questões relacionadas com a prevenção deste flagelo, bem como com a protecção, o retorno e a reintegração dessas crianças, num plano de acção sobre a situação de menores não acompanhados. Trata-se aliás, Senhor Ministro, de uma forte exigência da Presidência espanhola.

Apresentaremos, por conseguinte, esse plano de acção, que poderá ser aprovado pelo Colégio na Primavera de 2010, para que possa ser analisado pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu. Esse plano de acção proporá diversas áreas de acção, para enfrentar os principais desafios colocados por este fenómeno que afecta menores não acompanhados que chegam à União Europeia em diferentes contextos, e será orientado pelo superior interesse da criança.

No entanto, a senhora deputada Záborská também tem razão; as famílias têm de ser cada vez mais envolvidas na vigilância, em particular, da utilização da Internet, que expõe as crianças, mais uma vez, a novos riscos.

Como disse, Senhor Secretário de Estado, no Parlamento Europeu a vontade política existe. Creio que a Comissão já fez um bom trabalho de preparação neste projecto de directiva e apresentá-lo-á rapidamente. Gostaria de agradecer ao Parlamento Europeu não só por todo o seu apoio, como por toda uma série de ideias muito interessantes sugeridas durante este debate. Gostaria de agradecer mais uma vez a todos os intervenientes. De facto, acredito que o Parlamento Europeu tem um papel crucial a desempenhar na luta contra este grande flagelo.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na 1ª parte da sessão de Fevereiro.

Declarações escritas (Regra 149)

Liam Aylward (ALDE), por escrito. – (GA) Os envolvidos no tráfico de seres humanos não fazem qualquer distinção entre homens, mulheres e crianças, desde que possam ganhar dinheiro a traficá-los. Muitas vezes são as crianças que correm o maior perigo. Segundo a OIT, estão actualmente envolvidas em trabalho infantil aproximadamente 218 milhões de crianças. É, no entanto, impossível fornecer um número definitivo uma vez que estas crianças estão envolvidas em prostituição, escravatura, trabalhos forçados, etc., áreas para as quais não se dispõe de números precisos. A UE tem, urgentemente, de lutar contra o tráfico no mercado de trabalho. Considero encorajador que esta questão seja uma prioridade para a Presidência espanhola e espero que os membros do Conselho trabalhem juntos para colocar as questões relacionadas com o tráfico de seres humanos e o trabalho infantil no centro da legislação da UE e, em particular, que essas questões sejam tratadas no contexto de acordos comerciais. Como resultado do seu importante papel nos assuntos do comércio global e do seu compromisso na protecção dos direitos humanos, a UE tem a responsabilidade de combater o tráfico de seres humanos e o trabalho infantil.

Nessa Childers (S&D), por escrito. – (EN) O tráfico de seres humanos é deplorável em qualquer parte do mundo, mas particularmente vergonhoso na União Europeia tendo em conta os nossos elevados níveis de cooperação e de recursos internos. Em particular, o tráfico de mulheres jovens para alimentar o comércio do sexo é um vestígio do passado de uma Europa dividida e tem de tornar-se uma fase ultrapassada da história europeia. Em relação a isto, a União Europeia tem de se empenhar ao longo do mandato de cinco anos da próxima Comissão para aumentar a segurança das fronteiras e implorar aos governos nacionais que façam mais para combater o comércio do sexo, particularmente quando envolve mulheres jovens que foram traficadas de um outro país. Actualmente, na maioria dos países existem leis, mas simplesmente não são respeitadas.

Vasilița Viorica Dăncilă (S&D), por escrito. – (RO) A rapidez com que se iniciou este debate, tão cedo após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, não é apenas oportuna o ponto de vista legislativo, mas é também uma exigência absoluta ditada por uma situação agravada pela crise económica. A pobreza, a perda de empregos, a falta de perspectivas para os jovens, a ausência de informação rigorosa acerca dos riscos envolvidos e a ausência de um nível mínimo de educação sexual são alguns dos factores que contribuem significativamente para a situação vulnerável das potenciais vítimas. Creio ser necessária uma vigorosa campanha de informação, especialmente entre os menores de áreas e grupos desfavorecidos, para melhorar a eficácia das acções de prevenção. Não podemos falar particularmente do combate ao tráfico de mulheres, sem ponderar medidas fortes de combate às actividades criminosas de tráfico e às redes que controlam esse tráfico, que são extremamente activas nos Balcãs e nas regiões mediterrâneas. Quero salientar que são necessárias medidas para desencorajar o nível de procura da prostituição, que é a via mais directa, com a adopção de medidas para punir os clientes. Tenho que referir que é igualmente necessário um melhor financiamento dos programas destinados a combater o tráfico de seres humanos. Apelo à aprovação de legislação punitiva dura e à cooperação mais estreita entre os Estados-Membros e as Instituições europeias competentes: Europol, Frontex e Eurojust.

Kinga Göncz (S&D), por escrito. – (HU) Apesar de dos actos da legislação europeia actualmente em vigor se aplicarem ao tráfico de seres humanos e às suas vítimas, os Estados-Membros da União Europeia, na prática, muitas vezes encaram essas pessoas como imigrantes ilegais. É muito importante fazer a distinção entre as duas situações. Os imigrantes ilegais são muitas vezes obrigados a deixar os seus países devido a determinada circunstância financeira ou social e chegam ao território europeu ilegalmente, ainda que como resultado da sua própria decisão. As pessoas afectadas pelo tráfico de seres humanos não tomaram uma decisão livre e informada sobre toda a situação. Têm de ser tratadas inteiramente como vítimas.

Os Estados-Membros da UE têm de proporcionar protecção adequada às vítimas. Não apenas se lhes deve garantir protecção jurídica ou física, mas assistência médica e psicológica, reabilitação social e, às que

colaborarem com as autoridades, devem ser dadas autorizações de residência durante o período da investigação do caso de tráfico de seres humanos. Além disso, seria importante, que a Comissão utilizasse campanhas de informação para ajudar a garantir que todos os que possam estar em risco tenham conhecimento dos seus direitos, das oportunidades e dos perigos, tanto dentro da UE como em países terceiros, e que fizesse todo o possível para assegurar que os Estados-Membros transponham e apliquem devidamente a legislação europeia aplicável. Considerando que o assunto do tráfico de seres humanos está sob a alçada de diversos Comissários, incluindo os Comissários responsáveis pela justiça, liberdade e segurança, pelas relações externas e pelo emprego, assuntos sociais e igualdade de oportunidades, seria desejável considerar a nomeação de um coordenador para esta questão que pudesse intermediar eficazmente, com vista a garantir que este problema seja tratado de forma adequada.

Zita Gurmai (S&D), *por escrito*. – (EN) As mulheres e as crianças são as principais vítimas do tráfico de seres humanos. Quando for formulada uma nova decisão-quadro do Conselho respeitante ao tráfico de seres humanos, a acção tem de se centrar nas mulheres e nas crianças. Portanto, concordo com as opiniões expressas de que devem recolher-se dados da violência específica de género por toda a União Europeia o mais depressa possível. A protecção às vítimas custa dinheiro, e esse dinheiro, destinado a salvar vidas, deve ser gasto com sensatez. Deveríamos ter em mente que sem dados correlacionáveis e comparáveis, não seremos capazes de aplicar os recursos onde fazem falta e de um modo adequado. Temos também de ter consciência de que os diferentes Estados-Membros, e especialmente as diferentes culturas, lidam com o problema de maneira diferente. Há Estados-Membros onde a protecção à vítima está bem organizada e ao alcance de todos, como em Espanha, e há Estados-Membros em que a questão praticamente não se coloca. Tal significa que não só temos de aplicar os recursos com sensatez, como também temos de apresentar soluções estatísticas e concretas (isto é, com pelo menos um padrão europeu mínimo), com vista a abordar o problema latente e a prestar atenção a esta questão onde for necessário.

Jim Higgins (PPE), *por escrito*. – (EN) O problema do tráfico de seres humanos existe entre nós há muito tempo, mas em vez de o dominarmos, a postura dos Estados-Membros indicia a nossa incapacidade individual e colectiva de lidar com esta exploração e degradação da mulher. Embora a liberdade de circulação facilite o tráfico devido à extinção do controlo das fronteiras, poderíamos imaginar, por outro lado, que a crescente cooperação policial deveria contribuir para combater o problema. O que é claro é que não existe vontade política. A “Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos”, de Maio de 2005, foi ratificada apenas por nove países; dois terços das mulheres traficadas para prostituição vêm da Europa de Leste e, no entanto, países como a República Checa e a Estónia não assinaram a Convenção. Além da inexistência de vontade política, também não existe vontade policial. O número de condenações é irrisório face à dimensão do problema; a polícia não encara o tráfico de seres humanos como um crime.

Marian-Jean Marinescu (PPE), *por escrito*. – (RO) As Nações Unidas estimaram que, em 2009, na União Europeia, as vítimas de tráfico de seres humanos foram cerca de 270 000. A própria União Europeia tem de se empenhar num futuro muito próximo e apresentar actos legislativos que abranjam, quer a prevenção, quer a luta contra o tráfico de seres humanos, bem como a protecção dos direitos das vítimas do tráfico. A futura legislação europeia tem de rever o nível de sanções contra os traficantes, de modo a serem proporcionais à gravidade da infracção. A cooperação judicial internacional, a colaboração entre todas as agências de protecção de menores e as que defendem os direitos humanos, a angariação de fundos específicos para indemnizar e proteger eficazmente as vítimas, são todas elas áreas que têm de ser reforçadas. Além disso, penso que o Eurojust, a Europol e a Frontex têm de se envolver ainda mais na luta contra o tráfico de seres humanos e na protecção às vítimas, bem como na recolha de dados e na compilação de estatísticas sobre este fenómeno.

11. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta

12. Encerramento da sessão

(A sessão encerrou às 24.00)